

# NECESSIDADES EM PORTUGAL

Tradição e tendências emergentes  
*Resultados do Inquérito por Questionário*

Junho 2009

# NECESSIDADES EM PORTUGAL

Tradição e tendências emergentes  
*Resultados do Inquérito por Questionário*

ENTIDADE PROMOTORA



RESERVAÇÃO PARA O "SIN SÍMBOLO" ME K'U

COORDENAÇÃO CIENTÍFICA



CENTRO DE  
ESTUDOS  
TERRITORIAIS



Instituto Universitário de Lisboa

ENTIDADES PARCEIRAS



FUNDAÇÃO  
CALOUSTE  
GULBENKIAN INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, L.P.

CONSULTORES CIENTÍFICOS



ENTIDADE FINANCIADORA



UNIÃO EUROPEIA



Fundo Social Europeu

Índice .....	3
Introdução.....	11
I. NECESSIDADES FÍSICAS E DE RECURSOS .....	20
1. Trabalho e Emprego .....	21
1.1 Uma sociedade fortemente salarial: condição perante o trabalho .....	21
1.2 Precariedade: um traço forte no mercado de emprego .....	23
1.3 Percepções sobre estabilidade dos percursos profissionais : entre a segurança e a insegurança.....	24
1.4 A (ainda) presença da ética do trabalho: Satisfação com o trabalho e insatisfação com o salário .....	27
1.5 Reduzido esforço para a mudança no Trabalho e Emprego .....	28
2. Nível de Vida, Gestão de Rendimentos e Consumos.....	31
2.1 Uma população com baixos níveis de rendimentos.....	32
2.2 Da (in) capacidade de fazer face a despesas à (in)capacidade de poupança .....	34
2.3 Famílias endividadas .....	38
2.4 Apoios Institucionais, Familiares e de Vizinhaça .....	40
2.5 O sentido do futuro: poupança para a saúde e reforma e consumo sustentável .....	43
2.6 Privação e gestão de rendimentos: índice de privação e perfis .....	44
3. Habitat, Ambiente Local e Mobilidades .....	48
3.1 Diversidade de morfologias e predomínio da casa própria.....	48
3.2. Uma apreciação positiva do conforto dos alojamentos.....	49
3.3 Maioritária satisfação com a Casa .....	51
3.4 Satisfação com a zona envolvente mas identificação de várias carências .....	51
4. Saúde Física e Mental.....	58
4.1 Doença, incapacidade ou problema de saúde físico ou mental .....	58
4.2. Bem-estar emocional mas pouca vontade de arriscar.....	61
4.3 Saúde Preventiva.....	65
4.4 Satisfação razoável com o seu estado de saúde.....	66
4.5 Recurso a serviços de saúde. A predominância dos serviços públicos .....	67
II. Necessidades de Competências e Capacidades.....	70

5. Competências e Expectativas de Aprendizagem.....	71
5.1 As escassas habilitações ainda dominam .....	72
5.2 A conformação relativamente às baixas habilitações e a desigualdade de expectativas.....	73
5.3 Competências informais mais apetecíveis?.....	77
5.4 Diversidade de perfis face aos conhecimentos.....	80
III. NECESSIDADES SOCIO-AFFECTIVAS.....	81
6. Família e Redes de suporte .....	82
6.1 Tipos e morfologia de famílias: uma composição moderna.....	82
6.2 Redes de suporte e responsabilidades familiares: a família como espaço-âncora .....	83
6.3 A satisfação com a família e com as redes de amizade .....	87
6.4 A sociedade de risco: falta de confiança interpessoal e nas instituições, défice de participação informal e incertezas face ao futuro.....	89
IV. NECESSIDADES DE DESENVOLVIMENTO PESSOAL E DE BEM-ESTAR .....	96
7. Satisfação, Felicidade e Qualidade de Vida.....	97
7.1 Satisfação com a vida e grau de felicidade: satisfação acima do ponto médio da escala e grau de felicidade mais elevado.....	97
7.2 Satisfação com a vida em geral – factores explicativos: para além das dimensões individuais do bem-estar ...	100
7.3 Níveis de satisfação com as várias dimensões da vida: prioridade para as esferas mais privadas e identitárias .....	102
7.4 Factores que incrementariam a qualidade de vida: o (ainda) peso das necessidades materiais e de recursos. ....	105
7.5 Prioridades para melhorar a qualidade de vida em Portugal: habitação e combate à corrupção e violência? ...	106
8.O(s) tempo(s) da Vida: trabalho, família e desenvolvimento pessoal .....	108
8.1 O Tempo afecto a domínios da vida: o peso do trabalho e o défice das relações com os outros.....	108
8.2 Trabalho pago, não pago e vida familiar: o desequilíbrio entre sexos.....	110
8.3 Conciliação entre Trabalho e vida familiar: uma ética da responsabilidade? .....	111
8.4 Perfis de relação com o Tempo .....	114
Conclusões .....	119
Bibliografia .....	134
Anexos .....	135

## ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1. Tipologia de Necessidades .....	15
Quadro 2. Satisfação média com o Trabalho por Sexo, Idade, Rendimento e Região e diferenças face à média .....	27
Quadro 3. Tipos de Apoios por Rendimento Líquido mensal do Agregado Familiar .....	41
Quadro 4. Nível de Privação, por Rendimento líquido mensal do agregado .....	45
Quadro 5. Nível de Privação, por Sexo do inquirido .....	46
Quadro 6. Nível de Privação, por Idade do inquirido .....	46
Quadro 7. Nível de Privação, por Morfologia do agregado residencial .....	46
Quadro 8. Problemas na casa onde mora, por região (%) .....	50
Quadro 9. Problemas existentes na casa onde mora – União Europeia (%) .....	51
Quadro 10. Satisfação média com domínios da vida por Sexo, Idade, Rendimento e Região .....	51
Quadro 11. Problemas na área de residência (%) .....	52
Quadro 12. Queixas sobre problemas na área de residência (%) .....	53
Quadro 13. Facilidade ou dificuldade de acesso a equipamentos (%) .....	55
Quadro 14. Factores explicativos do tipo de sentimento predominante entre os inquiridos: análises de regressão linear múltipla .....	64
Quadro 15. Variação na satisfação média com estado de saúde, segundo o Sexo, Idade, Rendimento e Região de residência de Ego .....	66
Quadro 16. Dificuldades no acesso a cuidados de saúde (%) .....	69
Quadro 17. Variação da satisfação com o nível de educação/ formação, por sexo, idade e rendimento .....	73
QUADRO 18. Variação da satisfação com o nível de educação/ formação, por nível de instrução .....	73
Quadro 19. Percepção da preparação e necessidade de aprender mais sobre um conjunto de competências informais .....	79
Quadro 20. Tipo de Família, por Região .....	83
Quadro 21. A quem primeiro pediria ajuda nas seguintes actividades, por sexo e idade .....	84
Quadro 22. Não ter ninguém a quem recorrer... por Rendimento líquido mensal do agregado .....	85
Quadro 23. Não ter ninguém a quem recorrer... por Tipo de Família e existência de doença/incapacidade física ou psíquica ..	85
Quadro 24. Variação da satisfação com a vida familiar e relações de amizade, por sexo, idade e rendimento .....	88
Quadro 25. Preocupações com Crianças e Jovens a Cargo .....	95
Quadro 26. Satisfação com a vida e variação relativamente à média, por privação, rendimento, condição perante o trabalho, nível de instrução de Ego .....	99
Quadro 27. Satisfação com a vida e ou variação relativamente à média por sexo, tipo de família e idade de Ego .....	100
Quadro 28. Níveis de satisfação com as várias dimensões da vida por região (médias) .....	105
Quadro 29. O que poderia melhorar a qualidade de vida de Ego, por escalões etários % (factor referido em primeiro lugar) ..	106
Quadro 30. Prioridades para melhorar a qualidade de vida em Portugal (%) .....	107

## ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1.Origem regional dos inquéritos validados (NUT II) .....	16
Gráfico 2.Origem regional dos inquéritos validados (NUT II) por dimensão do agregado populacional .....	16
Gráfico 3.Dimensão do agregado populacional por NUT II (%) .....	16
Gráfico 4.Distribuição etária por Sexo dos Inquiridos (%).....	17
Gráfico 5.Nacionalidades não portuguesas (%).....	17
Gráfico 6.Estado civil dos inquiridos (%).....	18
Gráfico 7.Tipologia de agregados residenciais (%).....	18
Gráfico 8.Indicador socioprofissional individual de classe (%).....	19
Gráfico 9.Condição perante o trabalho de Ego (%).....	22
Gráfico 10.Regime de Contrato de Trabalho de Ego (%).....	24
Gráfico 11.Se perdesse o emprego nesta altura, conseguiria arranjar um trabalho compatível com o actual? (%) .....	25
Gráfico 12.Avaliação das seguintes situações (%) .....	26
Gráfico 13.Concordância com afirmações relativas à satisfação com o Trabalho (%).....	27
Gráfico 14.Vontade de trabalhar ou estudar temporariamente noutro país por Sexo (%).....	29
Gráfico 15.Vontade de trabalhar ou estudar temporariamente noutro país por Região (%) .....	30
Gráfico 16.Principal motivo pelo qual sairia para trabalhar ou estudar temporariamente noutro país (%).....	30
Gráfico 17.Rendimento líquido mensal por agregado (%) .....	33
Gráfico 18.Rendimento líquido mensal por agregado, segundo o Estado Civil de Ego (%).....	34
Gráfico 19.Dinheiro que sobre por mês por idade de Ego (%).....	35
Gráfico 20.Dinheiro que sobra por mês por regiões (%) .....	35
Gráfico 21.Capacidade de poupança por grupo sócio-profissional .....	36
Gráfico 22.Despesas que teve dificuldade em pagar nos últimos 12 meses (%).....	37
Gráfico 23.Despesas que tem dificuldade em realizar (%).....	37
Gráfico 24.O que custa mais deixar de fazer por falta de dinheiro (%) .....	38
Gráfico 25.Principais fontes de endividamento (%).....	39
Gráfico 26.Principais fontes de endividamento por idade de Ego (%) .....	40
Gráfico 27.Peso de dívidas contraídas em percentagem do orçamento familiar (%).....	40
Gráfico 28.Tipos de apoios recebidos por região (%) .....	41
Gráfico 29.Tipo de apoios recebidos por grupos etários (%) .....	42
Gráfico 30.Tipo de apoios recebidos por habilitações (%) .....	42
Gráfico 31.Existência de PPR e Seguro Privado de Saúde por sexo e escalões etários (%) .....	43
Gráfico 32.Acções de sustentabilidade ambiental (%) .....	44
Gráfico 33.Índice de Privação (%).....	45

Gráfico 34.Perfis: Privação e Gestão de Rendimentos .....	47
Gráfico 35.Tipos de habitação (%).....	49
Gráfico 36.Coisas que poderiam melhorar a qualidade da zona onde mora (%).....	54
Gráfico 37.Tempo de deslocação a equipamentos (minutos).....	56
Gráfico 38.Doença, incapacidade ou problema de saúde físico ou psíquico (%).....	59
Gráfico 39.Incidência da percepção de doença, incapacidade ou problema de saúde físico ou psíquico por escalão etário de Ego (%).....	59
Gráfico 40.Grau de limitação física ou psíquica percebida por Ego (%).....	60
Gráfico 41.Grau de limitação física ou psíquica, por escalão etário de Ego (%).....	60
Gráfico 42.Factores de limitação nas actividades diárias .....	61
Gráfico 43.Sentimentos predominantes .....	62
Gráfico 44.Actividades realizadas com a intenção de preservar/ melhorar o seu bem-estar físico e saúde.....	65
Gráfico 45.Índice de Saúde Preventiva (%).....	66
Gráfico 46.Tipo de serviços de saúde utilizado (%).....	67
Gráfico 47.Recurso a Serviço Nacional de Saúde e Sistemas Privados de Saúde, por Região (%).....	68
Gráfico 48.Motivo principal para recorrer a serviços privados de saúde.....	68
Gráfico 49.Nível de Instrução de Ego (%).....	72
Gráfico 50.Pessoas que frequentaram algum curso nos últimos 3 anos, por Região (%).....	74
Gráfico 51.Motivo que levou à frequência de um curso nos últimos três anos (%).....	74
Gráfico 52.Intenção de voltar a estudar (%).....	75
Gráfico 53.Motivo pelo qual não tenciona voltar a estudar (%).....	76
Gráfico 54.Redes de entreajuda em caso de necessidade (%).....	84
Gráfico 55.Inquiridos que residem com dependentes a cargo (%).....	86
Gráfico 56.Inquiridos que afirmam precisar de serviços específicos ou apoios para cuidar de dependentes a cargo (%).....	86
Gráfico 57.. Tempo médio diário despendido na realização de tarefas domésticas e/ou cuidar de dependentes a cargo, por sexo (horas/minutos).....	87
Gráfico 58.Grau de satisfação com a família e relações de amizade por tipo de família .....	88
Gráfico 59.Grau de confiança interpessoal em Portugal e Europa (2007-2008).....	89
Gráfico 60.Grau de confiança interpessoal, por escalão de rendimento mensal por agregado.....	90
Gráfico 61.Grau de confiança interpessoal, condição perante o trabalho.....	91
Gráfico 62.Confiança nas instituições (%).....	92
Gráfico 63.Participação cívica (%).....	93
Gráfico 64.Índice de participação informal (%).....	93
Gráfico 65.Satisfação média com a vida e felicidade média .....	98
Gráfico 66.Satisfação com a vida e grau de felicidade, por região (médias) .....	100
Gráfico 67.Níveis médios de satisfação com as várias dimensões da vida .....	102

Gráfico 68. Níveis de satisfação com as várias dimensões da vida por sexo (média).....	103
Gráfico 69. Níveis de satisfação com as várias dimensões da vida por escalões etários (média).....	104
Gráfico 70. Tempo dispendido em actividades (%).....	109
Gráfico 71. Horas médias de trabalho por dia (%).....	110
Gráfico 72. Chegar muito cansado(a) do trabalho para fazer as tarefas domésticas que precisam de ser feitas (%).....	112
Gráfico 73. Ser difícil responder às responsabilidades familiares, por passar muito tempo no emprego (%).....	112
Gráfico 74. Ser difícil concentrar-se no trabalho, devido às responsabilidades familiares (%).....	113
Gráfico 75. Chegar muito cansado do trabalho para realizar tarefas domésticas, por nº de horas diárias de trabalho.....	114
Gráfico 76. Disposição dos clusters de relação com o tempo no espaço social.....	115
Gráfico 77. Tipo de relação com o tempo (clusters), por sexo do inquirido.....	116
Gráfico 78. Tipo de relação com o tempo (clusters), por idade do inquirido.....	117
Gráfico 79. Tipo de relação com o tempo (clusters), por grau de instrução.....	117
Gráfico 80. Tipo de relação com o tempo (clusters), por tipo de morfologia familiar.....	118

## LISTA DE ABREVIATURAS

CC3 – 3 Países Candidatos à União Europeia Croácia, Antiga República Jugoslava da Macedónia e Turquia

EQLS – European Quality of Life Survey

EU15 – 15 Estados-membros da União Europeia (Alemanha, Áustria, Bélgica, Dinamarca, Espanha, Finlândia, França, Grécia, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Holanda, Portugal, Reino Unido, Suécia)

EU27 – 27 Estados-membros da União Europeia

INE – Instituto Nacional de Estatística

LVT – Lisboa e Vale do Tejo

NUT II - Nomenclatura de Unidades Territoriais para fins Estatísticos de nível II (Região do Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo, Algarve, Região Autónoma dos Açores, Região Autónoma da Madeira)

## RESUMO

Face às mudanças recentes da sociedade portuguesa, que necessidades emergem? Quais as mais prementes? O que falta para se ser feliz, vivendo em Portugal? De que já não abdicamos e de que precisamos ainda quando falamos de qualidade de vida? Que exigências de inovação espreitam na resolução de novas e velhas necessidades?

A partir de uma reflexão sobre as transformações contemporaneamente observadas na sociedade portuguesa, o Estudo ***Necessidades em Portugal – tradição e tendências emergentes*** propõe-se concretizar uma identificação alargada das necessidades consideradas *não satisfeitas* em Portugal continental, conferindo particular atenção às tendências latentes e emergentes que, na actualidade e a breve trecho, perturbam e prejudicam a optimização das oportunidades da vida individual e colectiva do país.

O presente relatório dá conta de alguns dos principais **resultados de um inquérito por questionário** aplicado, em Novembro de 2008, junto da população residente em Portugal Continental.

Preparada, lançada e analisada, em articulação com a equipa TESE/CET-ISCTE, pelo Centro de Estudos e Sondagens de Opinião da Universidade Católica Portuguesa (CESOP-UCP), esta inquirição teve como objectivo a identificação extensiva de danos e de percepções de carência representativamente expressos no referido território.

Seguindo o plano de investigação, o inquérito antecede a realização da fase subsequente do estudo (actualmente em execução), dedicada ao estudo de casos/situações sociais considerados como indícios de problemas emergentes na sociedade portuguesa.

## O ESTUDO

A partir de uma reflexão sobre as transformações contemporaneamente observadas na sociedade portuguesa, o Estudo ***Necessidades em Portugal – tradição e tendências emergentes*** propõe-se concretizar uma identificação alargada das necessidades consideradas *não satisfeitas* em Portugal continental, conferindo particular atenção às tendências latentes e emergentes que, na actualidade e a breve trecho, perturbam e prejudicam a optimização das oportunidades da vida individual e colectiva do país.

Promovido pela TESE – Associação para o Desenvolvimento, em parceria com o Instituto da Segurança Social e a Fundação Calouste Gulbenkian, o Estudo desenvolve-se desde Janeiro de 2008, sob Coordenação Científica do Centro de Estudos Territoriais do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (CET/ISCTE). A Young Foundation e o Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-UL) assumem, neste percurso partilhado, o papel de Consultores Científicos.

## Pertinência do Estudo

Tendo como base o Estudo “Mapping Britain’s Unmet Needs”, desenvolvido pela Young Foundation em 2006, este projecto radica na constatação, quer das melhorias registadas no desenvolvimento humano em Portugal, quer da persistência de *tradicionais* e severos fenómenos de pobreza e exclusão social. Interrogam-se as novas fragilidades em âmbitos de desenvolvimento aparentemente *resolvidos* e os renovados contornos de *velhos* problemas bem como a emergência de fenómenos e *riscos*, efectivamente, novos.

Na origem deste trabalho encontra-se também um conjunto de desafios, já institucionalmente identificados:

- A percepção das distintas velocidades da mudança social e das consequências que as próprias transformações induzem na permanente dinâmica individual e colectiva de transferência e mediações mútuas entre necessidades, aspirações e expectativas;
- O desafio de pensar e confrontar a diversidade e a desigualdade social na multiplicidade das necessidades, bem como nas capacidades e oportunidades de acesso e manipulação de recursos e possibilidades de vida;
- A urgência de uma atitude prospectiva, de antecipação de tendências, permitindo actuar ao nível dos processos geradores de desconfortos e danos, promovendo a flexibilidade das

respostas e evitando a reacção pressionada às solicitações manifestas – as quais, por essa via, tendem a emergir com carácter premente, urgente, já socialmente problemático;

- O desafio de ultrapassar a dificuldade de projecção de acções integradas, em alguma tradição de planeamento sectorializado;
- A importância de pensar as necessidades em articulação com outros temas, num momento em que a valorização de elementos de natureza não material se revelam fulcralmente determinantes na construção das condições da dignidade e felicidade humanas. Neste âmbito, o tema da qualidade de vida assume particular importância.

### Objectivos Gerais do Estudo

Assume-se, como objectivos centrais:

- Reflectir sobre os impactes das transformações contemporâneas na sociedade portuguesa e as eventuais alterações nos padrões de necessidades que – manifestos, latentes e/ou emergentes – se manifestam na diversidade dos seus membros e territórios, por relação a constrangimentos objectivos, aspirações e expectativas sobre bem-estar e qualidade de vida;
- Clarificar os factores que modelam a complexa relação (e as eventuais disfunções) entre o planeamento e a oferta de mecanismos de resposta às necessidades sociais e a efectiva satisfação das necessidades e expectativas dos indivíduos e grupos destinatários das políticas;
- Aprofundar a relação entre reconhecimento de necessidades, avaliação das respostas e capacitação para a sua satisfação (*empowerment*);
- Fomentar uma postura prospectiva no que concerne ao planeamento das respostas, actuando antecipadamente ao nível das causas das necessidades e motivos da sua eventual insatisfação, promovendo a flexibilidade de respostas às consequências desse desencontro.

### Necessidades – definição operatória adoptada

Em termos operatórios, na presente pesquisa, a compreensão do que é *ter* ou *estar* em necessidade, apela à distinção entre as seguintes duas dimensões as quais, intrinsecamente articuladas, não são necessariamente sobreponíveis:

- Do ponto de vista subjectivo, necessidades referem-se a *um conjunto multidimensional de percepções de carência ou de falta de algo desejado*<sup>1</sup> num tempo presente (e não futuro, hipotético e/ou ideal);

---

<sup>1</sup>Sublinhe-se que necessidade e desejo são elementos “*não redutíveis um ao outro, [podendo desejar-se] o que não se necessita e [necessitar-se] o que não se deseja*” (BRAGE, 1999: 101) – mesmo conscientemente, em situações que se pressupõem cabalmente informadas. Retenha-se, portanto, a distinção proposta entre necessidades (*needs*) e desejos (*wants*), explicitamente patente na seguinte frase: “*eu quero um cigarro mas preciso de deixar de fumar*” (DOYAL e GOUGH, 1991: 39). Ou como, de alguma forma, “*o desejo de agir de uma determinado modo, não deve ser confundido com as fundamentações normativas ou empíricas invocadas para justificar esse comportamento*” (Thompson in DOYAL e GOUGH, 1991: 36).

- Do ponto de vista objectivo, ter ou estar em necessidade de algo reporta a *um conjunto de danos físicos, psíquicos ou sociais, individualmente e/ou socialmente identificados e reconhecidos como expressões ou manifestações práticas de estados de carência.*

Em síntese, a noção de necessidade refere-se a um conjunto multidimensional *de percepções de carência e/ou a um conjunto danos físicos, psíquicos ou sociais* – estes últimos, social e/ou individualmente identificados e reconhecidos como expressões ou manifestações práticas de estados de carência – cuja deficiente e/ou *insatisfatória* resposta e provisão obsta à plena inserção social dos indivíduos, eventualmente prejudicando a optimização das oportunidades de desenvolvimento da vida pessoal e societal (GOUGH e DOYAL *in* Young Foundation, 2006).

Será importante notar que ao que é objectivamente apontado como um dano decorrente de uma necessidade, pode não corresponder a percepção individual de uma carência.

De igual forma, uma determinada percepção de carência pode não ser reconhecida como uma necessidade - no sentido em que a sua *não satisfação* se presume inócua no que respeita à produção de danos objectivamente mensuráveis, aferidos e quantificáveis na dimensão individual, colectiva e/ou societal.

Corolário desta sequência de ideias, nem todas as necessidades assumem, de forma socialmente extensa, a natureza de *problemas sociais*. Sucedendo também que a consagração de determinados fenómenos como *danos* se configura como um processo histórico tenso, não isento de eventual conflitualidade e desencontro entre as estratégias e as expectativas de actores associados à provisão de respostas às necessidades sociais, e dos indivíduos considerados como alvo de tais iniciativas.

Recusadas enquanto *estádios*, as necessidades são antes entendidas como processos dinâmicos, objectiva e subjectivamente gerados, ao longo do devir histórico e biográfico, no jogo dialéctico de tensões, de encontros e discrepâncias (de intensidade e frequências variáveis) entre Capacidades e Oportunidades dos indivíduos e dos colectivos sociais. Um jogo no qual aspirações e expectativas alcançam um papel simultaneamente mediador e propulsor. Entende-se que as *oportunidades* oferecidas podem, quer comprometer, quer potenciar a aquisição e o exercício de capacidades; a aquisição/detenção de determinadas *capacidades* pode revelar-se, por sua vez, um instrumento de geração de oportunidades – ampliando o espectro possível das mesmas, conquistando-as e transformando-as, e alargando, na racionalidade e reflexividade reconhecida aos sujeitos, a autonomia e capacidade de escolha dos mesmos.

## O INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO

Reconhecendo a vivacidade de um percurso nacional onde coexistem estruturais persistências e velozes mudanças, a identificação extensiva de danos e de percepções de carência expressos pela população residente em Portugal Continental assumiu-se como objectivo norteador da aplicação de um inquérito por questionário, representativo das opiniões manifestas no referido território.

O presente relatório dá conta dos resultados de tal aplicação, realizada, em Novembro de 2008, junto de indivíduos residentes no continente português com 18 anos ou mais.

A preparação e lançamento da inquirição foram conduzidas, em articulação com a equipa TESE-CET/ISCTE, pelo Centro de Estudos e Sondagens de Opinião da Universidade Católica Portuguesa (CESOP-UCP).

Seguindo o plano de investigação, o inquérito antecede a realização da fase subsequente do estudo (actualmente em execução), dedicada ao estudo de casos/situações sociais considerados como indícios de problemas emergentes na sociedade portuguesa.

### Os resultados do Inquérito

Importa sublinhar que o instrumento aplicado está centrado nas percepções e avaliações do *sujeito* mais do que nas potenciais necessidades respondidas ao nível externo, através das *políticas sociais*<sup>2</sup>. Nesta perspectiva, aprofunda-se uma análise sobretudo centrada nas percepções e reivindicações dos destinatários das respostas às necessidades sociais, não se realizando a análise dessa oferta.

O inquérito debruçou-se sobre dimensões temáticas diversas que, tendo orientado a construção do guião aplicado, permanecem como veios a considerar na exploração das respostas obtidas: 1) trabalho e emprego; 2) nível de vida e gestão de rendimentos e consumos; 3) habitat, ambiente local e mobilidades; 4) educação e competências; 5) família, redes de apoio; 6) confiança e capital social; 7) tempo e conciliação entre vida profissional, familiar e pessoal; 8) bem-estar subjectivo e 9) saúde física e mental<sup>3</sup>.

Ao longo do presente relatório, a abordagem a cada um dos temas surge acompanhada pela breve indicação de elementos que, associados à evolução contemporaneamente observada em tais áreas temáticas suscitam, no âmbito deste Estudo, particulares interrogações.

As questões colocadas exploram elementos que, segundo a perspectiva teórica da presente investigação, remetem para o que se considera ser, analiticamente, diferentes *tipos de necessidades*:

---

<sup>2</sup> Tendo-se presente que falar na provisão de *respostas às necessidades* não se reduz à reflexão sobre as políticas planeadas pelo Estado. Conforme reflectido no inquérito, a *resposta às necessidades* é um processo social no qual podem intervir actores afectos a vários âmbitos institucionais (Famílias, sector privado, Terceiro sector...).

<sup>3</sup> A análise destas áreas temáticas no relatório não segue linearmente esta sequência, visto terem sido as questões contidas no seu interior reagrupadas em função da tipologia de necessidades.

**Quadro 1. Tipologia de Necessidades**

<b>Necessidades físicas e de recursos</b>	Condições materiais necessárias para assegurar a sobrevivência e evitar a privação (recursos económicos, abrigo e condições da habitação, acesso ao emprego, condições de trabalho, saúde e segurança ambiental).
<b>Necessidades de competências e capacidades</b>	Competências e aptidões necessárias para a integração na sociedade, exercício da liberdade e possibilidade de influenciar e gerir mudança(s).
<b>Necessidades sócio-afectivas</b>	Necessidades de relacionamento (amizade, trabalho, família e parentesco), sentimentos de pertença, suporte emocional, aconselhamento, compreensão, participação na comunidade local, constituição de <i>identidades sociais</i> .
<b>Necessidades de desenvolvimento pessoal e bem-estar</b>	Necessidades associadas ao reconhecimento, realização pessoal, bem-estar e felicidade.

Adaptado: Young Foundation, 2006.

### **Metodologia e caracterização geral da Amostra**

As entrevistas foram realizadas dias 22 e 23, 29 e 30 de Novembro de 2008, tendo-se obtido 1237 inquéritos válidos.

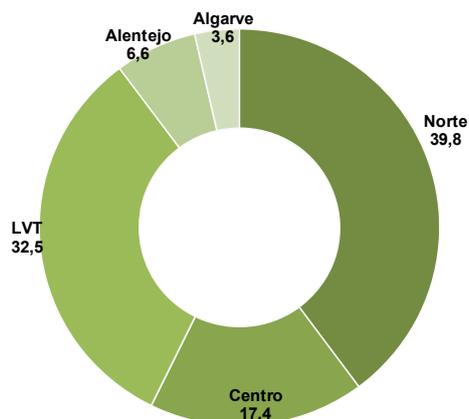
O erro máximo da amostra, com um grau de confiança de 95%, é de 2.9%.

Foram definidos 46 pontos de amostragem, tendo sido aleatoriamente seleccionadas um conjunto de freguesias em cada região do Continente (NUT II).

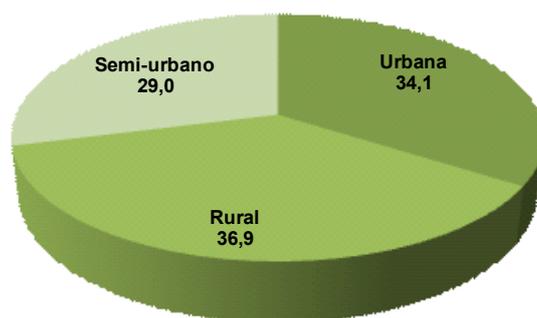
Atendendo à sua dimensão e observação dos cadernos eleitorais de Fevereiro de 2007, considerou-se a distinção entre: freguesias rurais (com até 3.000 eleitores inscritos nos cadernos eleitorais); freguesias semi-urbanas (as que apresentavam entre 3.000 e 10.000 eleitores inscritos); e freguesias urbanas (com mais de 10.000 eleitores inscritos).

Os gráficos seguintes identificam a distribuição dos inquéritos recolhidos em cada uma das regiões consideradas, por dimensão de freguesia.

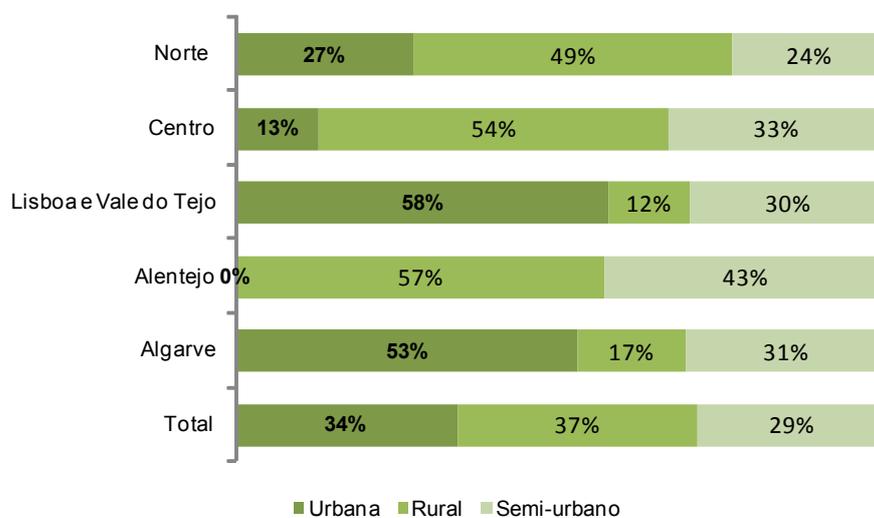
**Gráfico 1. Origem regional dos inquéritos validados (NUT II)**



**Gráfico 2. Origem regional dos inquéritos validados (NUT II) por dimensão do agregado populacional**

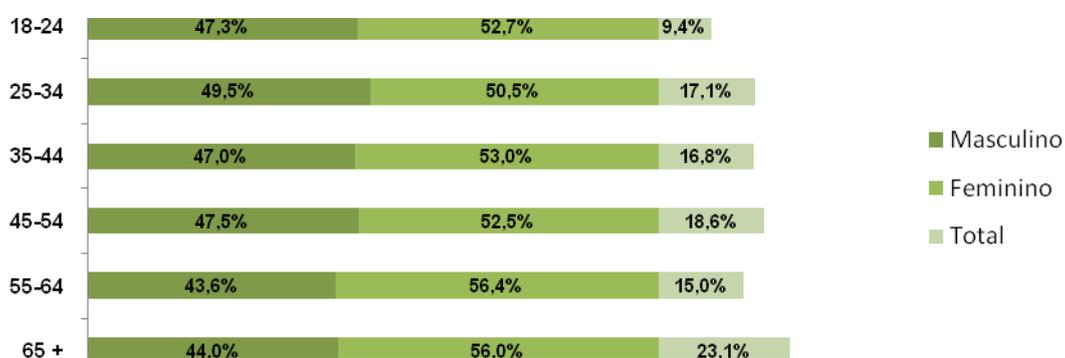


**Gráfico 3. Dimensão do agregado populacional por NUT II (%)**



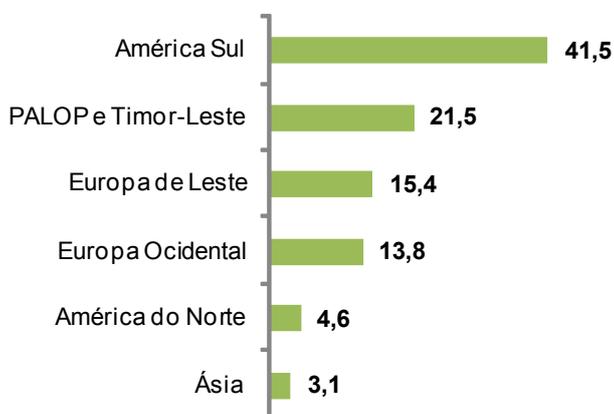
A unidade de sondagem foi a Família, na escolha das quais foi seguido um caminho aleatório sistemático, com passos definidos para a realização dos inquéritos. Para garantir a aleatoriedade, a selecção do inquirido foi feita solicitando, entre as pessoas residentes no alojamento que pertencem ao universo, a colaboração da última a ter feito anos. A amostra é constituída por 53,7% de mulheres e 46,3% de homens. Se observada a três escalões, a distribuição etária revela a coincidência existente entre o peso relativo do grupo de inquiridos com 55 ou mais anos (38,1%) e com idades compreendidas entre os 35 e os 54 anos (35,4% do total da amostra).

**Gráfico 4. Distribuição etária por Sexo dos Inquiridos (%)**



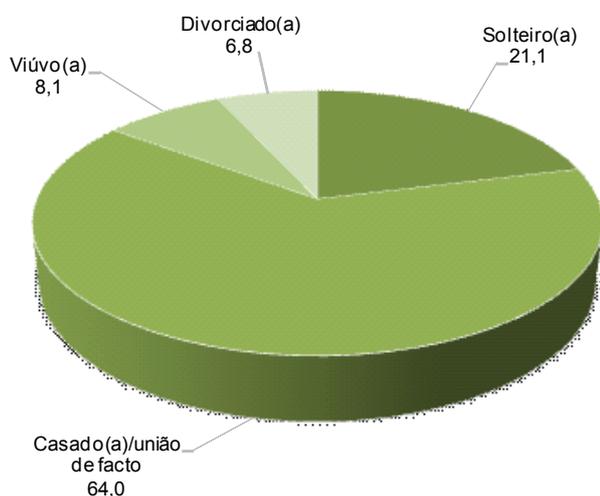
A maioria dos inquiridos tem **nacionalidade** Portuguesa (94,7%), registando-se 5,3% de representação de outras nacionalidades. Entre estas, 41,5% correspondem a países da América do Sul, seguindo-se os nacionais dos PALOP e Timor-Leste (com 21,5%), e da Europa de Leste (15,4%). Existem 13,8% de respondentes com nacionalidades afectas a países da Europa Ocidental.

**Gráfico 5. Nacionalidades não portuguesas (%)**



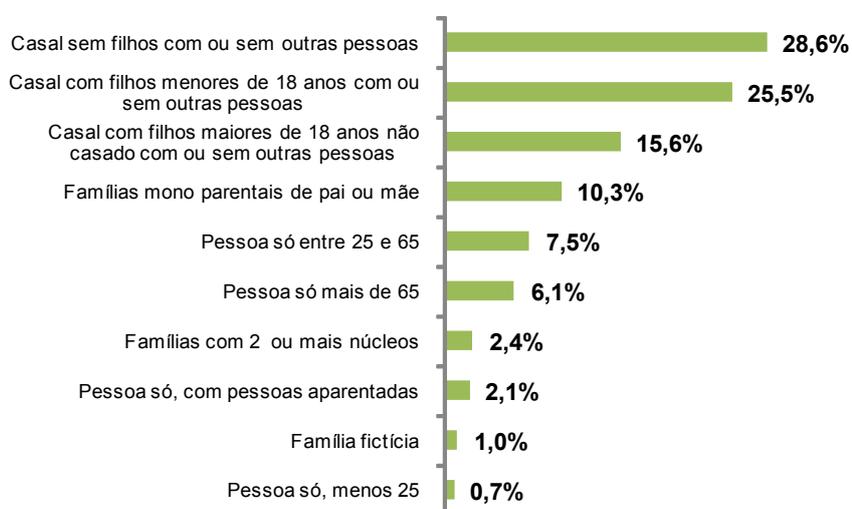
O *casamento/união de facto* é o **estado civil** mais frequente no total da amostra, agregando a maioria dos inquiridos (64%). Seguem-se os *solteiros* (21,1%) e os *viúvos* (8,1%) e, por último, a situação de *divorciado* - partilhada por 6,8% dos respondentes.

**Gráfico 6. Estado civil dos inquiridos (%)**



Na diversidade de **tipologias familiares** inerente ao agregado residencial dos inquiridos, observa-se a predominância dos *casais sem filhos* (com ou sem outras pessoas residentes) (28,6%) e dos *casais com filhos menores de 18 anos* (vivendo ou não em coabitação com outras pessoas) (25,5%). Destaca-se também a prevalência de pessoas só e de casais residindo com filhos maiores de 18 anos que representam, respectivamente, 16,4% e 15,6% dos casos.

**Gráfico 7. Tipologia de agregados residenciais (%)**



Relativamente à estrutura de classes, e a partir da utilização do Indicador Socioprofissional de Classe, destacar-se-ia a predominância de Empregados Executantes, Operários, Profissionais Técnicos e de Enquadramento.

**Gráfico 8. Indicador socioprofissional individual de classe (%)**



Tendo em conta os dados gerais de caracterização da amostra optou-se pela aplicação de um ponderador, para corrigir a sobre-representação de alguns grupos. Para uma informação mais completa, poderá consultar-se, em anexo, a respectiva Ficha Técnica.

# I. NECESSIDADES FÍSICAS E DE RECURSOS

Necessidades relacionadas com condições materiais necessárias para assegurar a sobrevivência e evitar a privação (recursos económicos, condições de habitação, emprego, condições de trabalho, saúde e qualidade do ambiente).

**Temas**

Trabalho e Emprego  
Nível de Vida e Gestão de Rendimentos  
Habitat, Ambiente Local e Mobilidades  
Saúde Física e Mental

## 1. TRABALHO E EMPREGO

### ***Sub-temas e sua leitura***

Condição perante o trabalho

Precariedade no emprego

Avaliação das condições de trabalho

A incorporação, nos processos produtivos e na própria organização do trabalho, dos frutos do progresso tecnológico, o conjunto de alterações introduzidas nos quadros legais que regulam o mercado de trabalho e a recente evolução da economia mundial vêm provocando importantes impactes: ao nível das condições de inserção e de negociação do emprego, da estabilidade dos percursos profissionais e da segurança financeira no planeamento de estratégias de vida, e ao nível da própria relação entre a formulação de identidades profissionais e ocupacionais dos indivíduos. Neste quadro, introduzem-se novas tensões na ética e no lugar do próprio trabalho nos modos de vida, apelando-se a outras reconciliações entre emprego, vida familiar, lazer e projecto individual de vida.

Pretende-se, nesta dimensão, indagar sobre as condições objectivas associadas à condição perante o trabalho, às condições de inserção no emprego e situação profissional actual dos indivíduos. Pesquisam-se também as percepções de satisfação dos mesmos relativamente ao trabalho, a percepção da sua vulnerabilidade e/ou estabilidade, bem como as expectativas futuras sobre a sua evolução profissional.

Apesar da crise do mercado de trabalho, Portugal, apresenta-se como uma sociedade fortemente salarial onde o trabalho ocupa uma percentagem significativa da população. As transformações recentes do mercado de trabalho fazem sentir-se na instabilidade dos vínculos laborais mas curiosamente uma parte significativa dos inquiridos acredita estar relativamente seguro no trabalho que tem, apenas se sentindo ameaçado se perder o emprego considerando, nesse caso, ser difícil encontrar trabalho semelhante. O gosto pelo trabalho e pelo sentido que este tem para si e para a colectividade confronta-se com o desgosto pelo baixo salário e pelas negativas perspectivas de promoção.

### **1.1 Uma sociedade fortemente salarial: condição perante o trabalho**

O forte grau de assalariamento é o traço dominante da situação perante o trabalho da população inquirida. Se contarmos com os activos desempregados, 68% da população está inserida no mercado de trabalho, distribuindo-se os restantes entre os reformados (22%) e um peso diminuto de pessoas domésticas (4%). Esta distribuição de respostas é observável em ambos os sexos, e escalões etários observados<sup>4</sup> e em todas as regiões de Portugal Continental.

<sup>4</sup> Observação da distribuição etária considerando 3 escalões (dos 18-34 anos, dos 35-54 e mais de 55 anos).

**Gráfico 9. Condição perante o trabalho de Ego (%)**



O desemprego é já assinalável no total da amostra, com 10,5% de desempregados dos quais 64% são mulheres<sup>5</sup>. Como é característico, o desemprego é mais elevado entre os indivíduos com níveis de instrução formal mais baixos: 84,6% dos desempregados tem o ensino Básico; 11,1% o Secundário enquanto apenas 4,3% cumpriram um nível Superior de ensino. Também o desemprego das faixas etárias mais velhas se encontra presente: até aos 54 anos, o desemprego é a segunda condição mais frequente entre os respondentes.

Também o tempo médio na condição de desempregado é longo, cerca de 3 anos.

### ***Exercício de segunda profissão sobretudo presente nos mais qualificados ou especializados***

Apenas 8% dos inquiridos exerce alguma actividade remunerada, além da sua profissão principal. Entre estes, dir-se-á que a maioria reside na região de Lisboa e Vale do Tejo (46,8%) e Norte (34%) e tem idade compreendida entre os 18 e os 34 anos (52,3%).

Esta prática alcança maior expressão percentual também entre os respondentes com Ensino Superior (para 19% destes inquiridos), junto dos Profissionais Técnicos e de Enquadramento (13,7% dos quais afirma fazê-lo) e dos Operários (11,6%).

Importará notar que o motivo mais frequentemente invocado para o exercício de um trabalho remunerado adicional é a *necessidade económica decorrente da insuficiência do rendimento obtido* para a cobertura das necessidades na actividade principal (apontado por 79,5% dos respondentes que protagoniza esta dupla inserção profissional).

<sup>5</sup> Sendo que, a *fazer trabalho doméstico, a cuidar de crianças ou de outras pessoas sem ser pago*, só se encontram mulheres, sendo esta a 4ª categoria mais frequente entre as mesmas (8%).

## 1.2. Precariedade: um traço forte no mercado de emprego

Maioritariamente activos, a precariedade assume-se como traço marcante no mercado de emprego, insinuando-se sobretudo na estrutura de ocupação e *condição perante o trabalho*, bem como na distribuição dos *regimes laborais experimentados pelos indivíduos*. As representações sobre a actual linearidade ou não linearidade dos percursos profissionais, apresenta-se como um interessante elemento de reflexão a considerar na percepção individual da vulnerabilidade ou resiliência num mercado de trabalho competitivo e em particular mutação.

Embora a maioria pense que estará seguro no seu emprego, também a maioria considera que dificilmente encontrará um emprego com os mesmos níveis de remuneração que hoje auferem. De facto, apenas cerca de metade dos inquiridos tem um contrato sem termo dividindo-se os restantes em tipos de contrato que incluem alguma instabilidade. Cerca de 41,3% dos respondentes<sup>6</sup> têm vínculos passíveis de traduzir condições de alguma precariedade – adicionando-se, à *ausência de contrato* (12,3%), os *contratos a termo certo* (20,4%), os *contratos a termo incerto* (6,9%) e a categoria *recibos verdes cumprindo horário* (1,7%), considerada como uma situação frequente de falsa prestação de serviço<sup>7</sup>.

O *contrato a termo certo* (20,4%) é o regime maioritariamente experimentado pelos inquiridos. A duração média destes últimos é 12,97 meses, sendo que os contratos mais frequentes têm a duração de 12 meses (40% – moda da distribuição) e 6 meses (30,8%). No total da amostra, 41% dos respondentes têm contratos até 6 meses e 50% até 12 meses.

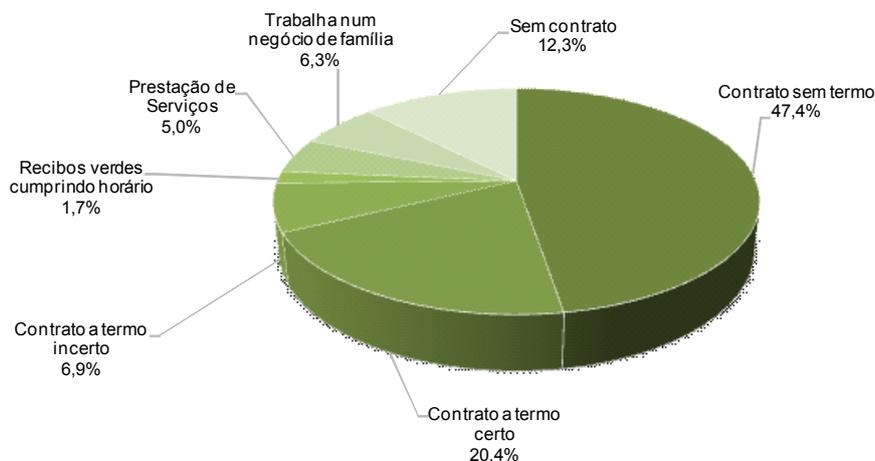
A manifestação de maior precariedade - o *trabalho sem contrato* - surge como a terceira categoria mais representada (12,3%). A distribuição de respostas observada para o total da amostra é generalizável quando os resultados são cruzados pelas variáveis *sexo* e *nível de instrução*.

---

<sup>6</sup>Entende-se por *actividade principal*, aquela que mais contribui financeiramente para o total do rendimento auferido pelo indivíduo.

<sup>7</sup>Do total de inquiridos na situação de recibos verdes cumprindo horário (9 inquiridos), 78% são homens, a maioria apresenta um rendimento mensal líquido entre 905€ e 1500€ (63%) e têm idades compreendidas entre 18 e 34 anos (44%).

Gráfico 10. Regime de Contrato de Trabalho de Ego (%)



São os mais jovens e as mulheres que apresentam maior número de contratos precários. Entre os mais jovens, importará distinguir entre distintos padrões de distribuição das respostas:

- Entre os inquiridos incluídos no escalão etário mais jovem (com idades compreendidas entre os 18 e os 24 anos), o trabalho *a termo certo* é o regime mais comum (46,3%), seguindo-se o contrato *sem termo* (29,6%) e o contrato *a termo incerto* (14,8%).
- No grupo entre os 25 e os 34 anos, o regime maioritário é o contrato *sem termo* (47,2%), seguindo-se o *trabalho a termo certo* (24,2%) e o *trabalho sem contrato* (8,7%).

### 1.3. Percepções sobre estabilidade dos percursos profissionais : entre a segurança e a insegurança

A percepção sobre a estabilidade do seu emprego balança entre a consideração maioritária da não probabilidade em perdê-lo mas a também a crença generalizada de que se isso acontecesse seria difícil encontrar novo emprego que se equiparasse ao trabalho actual.

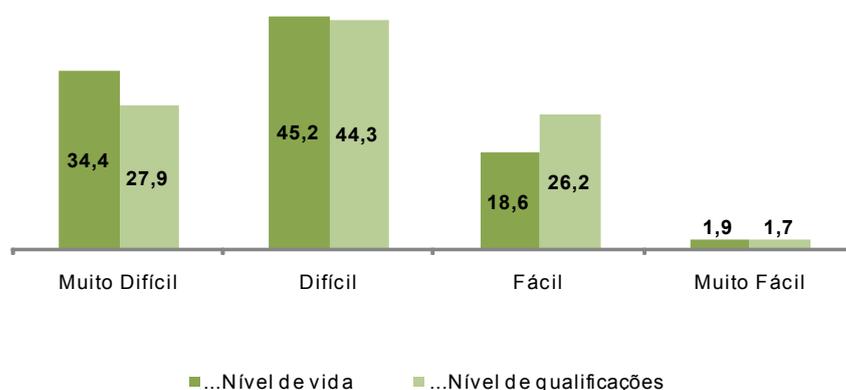
A grande maioria dos inquiridos (74,8%) considera improvável, no seu caso pessoal, vir a *perder o emprego ou ser despedido*<sup>8</sup> mas também a maioria dos inquiridos considera que, se perdesse o emprego actualmente, seria difícil ou muito difícil arranjar emprego compatível, quer com o actual nível de vida (79,6%), quer com o actual nível de qualificações (72,2%).

Esta é uma tendência generalizada, observada quando considerados os três níveis de qualificações agregados: Básico, Secundário e Superior (a maioria dos inquiridos acha difícil ou

<sup>8</sup> Uma perspectiva optimista, observável em todos os escalões etários (3 escalões e 6 escalões).

muito difícil voltar a encontrar um trabalho compatível com os seus actuais níveis de qualificações e nível de vida)<sup>9</sup>.

Gráfico 11. Se perdesse o emprego nesta altura, conseguiria arranjar um trabalho compatível com o actual? (%)



A percepção de alguma estabilidade afigura-se presente também na crença na probabilidade de poder vir a *trabalhar na mesma empresa/instituição até se reformar* – algo considerado provável por 60,1% dos respondentes. Esta é a opinião dominante em todas as regiões de Portugal Continental, à excepção do Algarve: nesta região a maioria dos indivíduos (68,8%) acha improvável trabalhar na mesma empresa/instituição até ao momento da reforma.

A maioria dos respondentes considera também improvável, no seu caso pessoal, *vir a ter mais do que um emprego* (63,9%) e *vir a ter de mudar de lugar de residência para trabalhar* (75%).

Ainda assim, sublinhe-se o que poderá entender-se como factores indiciadores de mudança de perspectivas sobre a estabilidade dos percursos profissionais. Em contraste com os restantes escalões etários, a maioria dos mais jovens (61% entre os 18 e os 34 anos) considera *improvável vir a trabalhar na mesma empresa/instituição até se reformar*. Ao contrário do observado na distribuição das respostas nos restantes escalões etários, estes respondentes consideram também *provável vir a ter mais do que um emprego* (51,9%)<sup>10</sup>.

<sup>9</sup> Metade ou mais de metade dos inquiridos com o ensino Secundário ou Superior considera “difícil” poder vir a encontrar um trabalho compatível com que com o seu actual nível de vida (53,8% no Secundário e 60% no Superior), quer com os seus actuais níveis de qualificações (52,7% no Secundário e 50,8% no Superior).

<sup>10</sup> Resultado verificado, em termos totais, para o escalão etário entre os 18 e os 34 anos. Contudo, se observarmos este escalão com maior pormenor, verifica-se que a crença na probabilidade de vir a ter mais do que um emprego é apenas maioritária no grupo de indivíduos com idades situadas entre os 25 e os 34 anos. Ou seja, a maioria dos *mais jovens dos jovens* (dos 18 aos 24 anos), acompanha a tendência geral observada na totalidade dos restantes escalões, acreditando ser improvável vir a ter mais do que um emprego.

## A avaliação da não linearidade dos percursos profissionais – um traço em mudança?

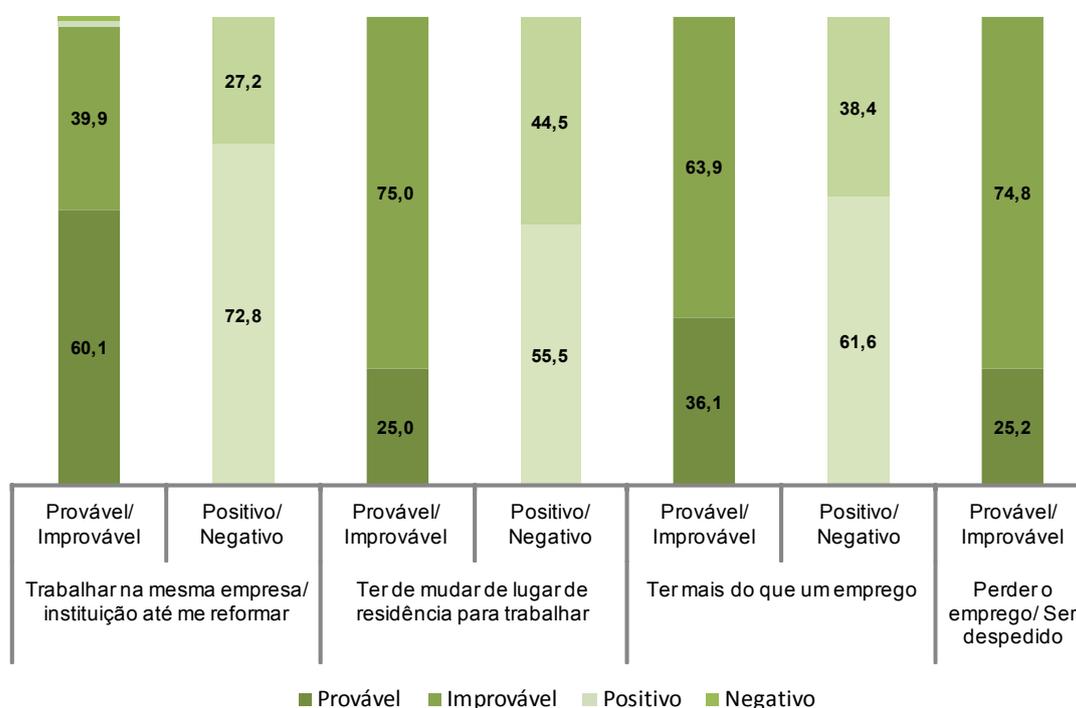
Apesar da crença maioritária na linearidade dos seus percursos profissionais, a possibilidade de mudança de emprego e de residência que pode estar associada a esta mudança, não é avaliada de forma negativa.

Em termos totais, *trabalhar na mesma empresa/instituição até se reformar* (72,8%) é considerado positivo mas, curiosamente, *ter de mudar de lugar de residência para trabalhar* (55,5%) e *ter mais do que um emprego* (62% no total da amostra – e 82% no Algarve<sup>11</sup>) é igualmente avaliado de forma positiva

Em contraste com a tendência geral regionalmente observada, no Alentejo, a maioria dos respondentes considera negativo *ter de mudar de lugar de residência para trabalhar* (58,1%) e *ter mais do que um emprego* (51,6%).

Há também um diferença no género, pois para os homens, tal mudança afigura-se positiva (opinião manifesta por 61,5% dos inquiridos masculinos); no caso das mulheres, este cenário apresenta-se maioritariamente conotado como negativo (51,7%).

Gráfico 12. Avaliação das seguintes situações (%)



<sup>11</sup> Nas restantes regiões, as respostas maioritárias aproximam-se dos valores observados para o total da amostra. Quando observados por níveis de instrução dos inquiridos, os factores descritos são maioritariamente avaliados positivamente na totalidade dos escalões: Básico, Secundário e Superior.

#### 1.4. A (ainda) presença da ética do trabalho: Satisfação com o trabalho e insatisfação com o salário

Numa graduação pontuada de 1 até 10 (em que 1 significava *nada satisfeito*, e 10, *muito satisfeito*), a *satisfação dos indivíduos com o seu trabalho* alcança um valor de 6,56, acima do ponto médio da escala. Em termos médios, observa-se que a satisfação com o trabalho parece ser menor entre as mulheres, entre os inquiridos mais jovens e os residentes na região de Lisboa e Vale do Tejo.

**Quadro 2. Satisfação média com o Trabalho por Sexo, Idade, Rendimento e Região e diferenças face à média**

Satisfação com	Média Total	Sexo		Idade			Rendimento		Região				
		Mulheres	Homens	18-34	34-55	≥ 55	Até 500€	3000€ +	Norte	Centro	LVT	Alentejo	Algarve
O seu trabalho	6,56	-0,24	0,22	-0,19	0,17	-0,01	-0,01	0,07	0,16	0,04	-0,37	0,33	0,53

A apreciação positiva do sentido do seu trabalho traduz-se no facto de a maioria dos inquiridos concordar ou concordar totalmente que o desempenho do seu trabalho contribui para o seu bem-estar pessoal (86%) e para a melhoria do próprio país (84%), indiciando não serem apenas as dimensões individuais valorizadas mas também a contribuição do trabalho individual para a colectividade. A maioria concorda, ainda, ou concorda totalmente com o facto de o seu trabalho ser adequado às suas qualificações (84%), de trabalhar em condições seguras e que protegem a saúde (82%) e com o reconhecimento de ter capacidade de decisão e autonomia (75%) dispondo de um número de horas suficiente à prossecução das tarefas atribuídas (77%).

**Gráfico 13. Concordância com afirmações relativas à satisfação com o Trabalho (%)**



Esta identificação pessoal e social com o valor do trabalho não apresenta correspondência quando se aprecia uma potencial mobilidade laboral ou a remuneração do próprio trabalho. Metade dos inquiridos (50%) considera ser injustamente remunerado para aquilo que faz e não ter perspectivas de conseguir ser promovido no emprego (58%<sup>12</sup>). Saliente-se, ainda que não traduza uma posição maioritária, a percentagem dos que consideram não usufruir de capacidade de decisão e autonomia (25%).

As mulheres, já mais insatisfeitas com o trabalho que realizam, estão também mais insatisfeitas com o salário que recebem (56,7% considera-se injustamente remunerada no seu trabalho) resultado que contrasta com a opinião dominante entre os homens em que 55,9% *concorda* ou *concorda totalmente* ser justamente remunerado.

### 1.5. Reduzido esforço para a mudança no Trabalho e Emprego

Parece revelar-se a tendência para uma certa aceitação da actual situação laboral já que a maioria dos inquiridos (69%) não revela vontade de mudar a sua situação profissional. Mesmo assim, será de salientar que se identifica um grupo de quase 1/3 dos activos (31%) que manifesta vontade de mudar pese embora as acções que possam desencadear nesse sentido nem sempre estejam presentes.

Entre os que pretendem mudar, as mulheres e os jovens são os mais insistentes. Contra os quase 70% que não pretendem mudar, nos mais jovens (s 18 e os 34 anos) 52,3% afirma tal vontade, 58% das mulheres, 47% dos trabalhadores por conta de outrem e 28% dos desempregados.

Apesar de ser minoritário o desejo de mudança, esta atitude atinge valores percentualmente mais expressivos nas regiões de LVT (36,4%) e Norte (29,3%). Em contraste, o Alentejo é a região onde tal atitude alcança menor expressividade percentual, sendo partilhada por 17,1% dos residentes nesta região<sup>13</sup>.

Mas a ausência de qualquer iniciativa é a resposta maioritária entre os inquiridos que assumem a vontade de mudar a sua situação profissional: *não fez, nem está a fazer nada* para que tal aconteça é a resposta apontada por 37,5% destes respondentes.

Nas iniciativas para mudar de situação destaca-se: a procura de emprego ou a colocação/resposta a anúncio nos jornais/internet (25,9%) e o investimento na formação pessoal (17,3%). Segue-se, como opção preferencial, a procura realizada junto de amigos e

---

<sup>12</sup> A avaliação da possibilidade de *ter boas perspectivas de ser promovido no emprego* suscita, entre os inquiridos com um nível de ensino Superior, uma quase divisão de opiniões: 50% *concorda* ou *concorda totalmente* com esta afirmação.

Hipótese cepticamente recebida no total da amostra, a perspectiva de ser promovido no emprego é apenas maioritariamente considerada possível pelos inquiridos entre os 18 e 24 anos (60,4%).

À excepção da região Centro, em todas as outras regiões, os indivíduos *discordam* ou *discordam totalmente* da perspectiva de poder vir a ser promovido no emprego (56,1% no Norte, 64,0% na LVT, 69,7% no Alentejo e 56,3% no Algarve).

<sup>13</sup> Apesar de se afigurar como resposta minoritária nos 3 níveis de instrução considerados, a vontade de mudar é significativamente superior no nível Secundário (40,1%), contra 30,8% no Superior e 28,9% no Básico.

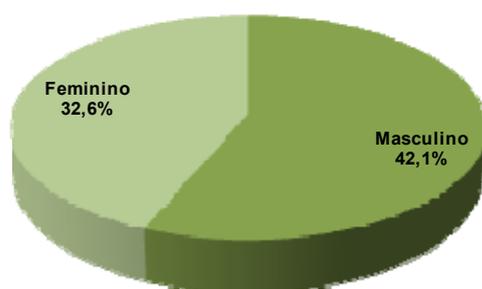
conhecidos (17%). Montar uma empresa ou negócio próprio para mudar a sua situação profissional é uma estratégia minoritariamente assumida (5,2%).

### ***A emigração como possibilidade para sair da situação laboral actual.***

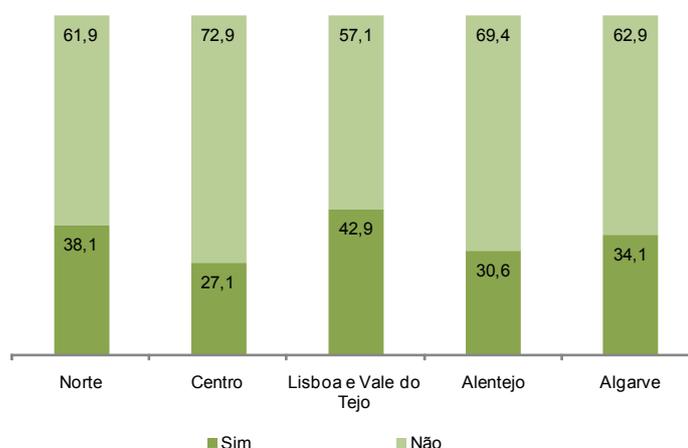
Entre as iniciativas desejadas para melhorar a sua situação profissional, a emigração parece ser equacionada por mais de 1/3 dos entrevistados. Apesar de a resposta negativa ser maioritária em todas as regiões, a vontade de ir trabalhar ou estudar temporariamente noutro país é significativamente mais expressiva em LVT, onde 42,9% dos residentes afirma ter vontade de aproveitar essa oportunidade. Nas restantes regiões, as percentagens de indivíduos a expressar intenção de ir trabalhar ou estudar temporariamente para outro país assume valores menos elevados.

Ainda que sendo a opção minoritária tanto para os homens, como para a mulheres, a vontade de ir trabalhar ou estudar temporariamente para outro país parece atrair significativamente mais os homens (42,1% dos homens aproveitaria tal oportunidade, *contra* 32,6% das mulheres).

**Gráfico 14. Vontade de trabalhar ou estudar temporariamente noutro país por Sexo (%)**



**Gráfico 15. Vontade de trabalhar ou estudar temporariamente noutro país por Região (%)**



A vontade de aproveitar a oportunidade de trabalhar ou estudar temporariamente noutro país é mais expressiva nos extremos da escala de rendimentos:

- Naqueles cujo rendimento líquido mensal do agregado se situa abaixo dos 500€ (neste escalão, 29,5% dos respondentes sairia temporariamente do país, se tivesse oportunidade);
- Naqueles que auferem de 3000€ a 5000€ (28,2%) e naqueles agregados cujo rendimento líquido mensal auferido alcança 5000€ ou mais.

*Ganhar mais dinheiro* assume-se como principal motivo que levaria a sair do país (60%) mas emerge ainda a *possibilidade de conhecer novas culturas* – elemento descentrado de uma preocupação de pendor mais materialista – que se afirma como segundo motivo mais frequente (15%), a par da falta de perspectivas de emprego em Portugal.

**Gráfico 16. Principal motivo pelo qual sairia para trabalhar ou estudar temporariamente noutro país (%)**



## 2. NÍVEL DE VIDA, GESTÃO DE RENDIMENTOS E CONSUMOS

### **Sub-temas e sua leitura**

Privação

Poupança

Apoios recebidos

Consumo sustentável

Provisão do futuro

A análise do *nível de vida* presta-se de modo particular a apreciações *objectivas*, baseadas na medição de indicadores afectos às designadas condições materiais de existência.

A atenção ao rendimento disponível não é suficiente, contudo, para ilustrar as reais vicissitudes enfrentadas pelos indivíduos no acesso, na conquista e na manipulação dos recursos que permitem responder às suas necessidades: algumas das tradicionais abordagens à pobreza monetária tendem a proporcionar “uma abordagem incompleta [quer] dos recursos das famílias [quer] dos aspectos multidimensionais da pobreza” (Farinha, 2008: 24-25).

Defende-se que a análise decorrente de uma conjugação entre a detecção do rendimento disponível com indicadores de privação permite iluminar as subtilezas da desigualdade social no quotidiano, no que tais subtilezas revelam sobre a própria racionalidade dos actores – sobre as suas estratégias, as suas preferências, as suas escolhas nos modos de obtenção, de gestão e de aplicação de recursos.

Tomar esta opção não invalida a atenção votada a uma realidade marcante: em Portugal, 18% da população vive abaixo da oficial Linha de Pobreza, sendo que as prestações especificamente orientadas para a luta contra tal flagelo encontram-se indexadas a esse limiar, *administrativamente* traçado. Importa reter que, neste fenómeno, parecem combinar-se fragilidades estruturais do país e importantes traços contextuais, sendo que a actual crise financeira e económica emergia, no momento da aplicação do Inquérito (em Novembro de 2008), como uma omnipresença mediática.

Assume-se que estamos, em grande medida, neste modo de abordagem ao terreno, no campo das percepções dos indivíduos, opção estratégica importante num plano de investigação votado à análise de percepções de carência expressas pelos próprios indivíduos

Além da articulação entre indicadores crus, descritivos do rendimento auferido e indicadores de privação (associados às capacidades quotidianas de acesso a bens, serviços e oportunidades), a atenção à estrutura dos recursos que suporta os próprios níveis de vida polariza a atenção do Estudo. Procura distinguir-se entre distintas fontes, não apenas de rendimento, mas também de apoios não monetários. No contexto europeu, as análises tendem a valorizar as duas principais fontes de rendimento: o mercado de trabalho e as políticas de redistribuição social de responsabilidade do Estado. Frequentemente, são ignorados (ou menos valorizados) os rendimentos e apoios cuja distribuição é interna à família ou a redes de sociabilidade e solidariedade não institucionalizadas.

Tendo em conta a evolução de mudança contemporaneamente registada em Portugal, o Endividamento assume-se como fenómeno a explorar no modo como os inquiridos gerem rendimentos disponíveis. Procura também recolher-se indícios sobre a eventual adesão a novos sistemas de provisão futura de recursos, nomeadamente os complementares ao sistema público de protecção social.

A opção de análise do nível de vida e da gestão dos rendimentos por via do questionamento directo dos indivíduos é uma opção não raras vezes criticada em alguns meios académicos, sobretudo pela dúvida suscitada acerca da veracidade das informações obtidas.

Desconfia-se da percepção subjectiva das necessidades e aponta-se o poder do efeito da desejabilidade social da informação prestada, atravessada também pela imagem pública que se quer fazer passar e que depende dos vários contextos de inquirição.

As transformações nos modos de vida, o actual questionamento do consumo ambiental e financeiramente não sustentável, as próprias fases do ciclo de vida e as expectativas de mobilidade social influenciam a percepção de vulnerabilidade e as formas de gestão dos rendimentos. Nesse sentido, a auto-apreciação dos rendimentos é com certeza uma avaliação que depende dos modos de vida e dos níveis de consumo a que as famílias estão habituadas e desejam. Mas é precisamente por isso que, no presente Estudo, se entende que a percepção subjectiva da situação socio-económica, entendida no exacto contexto em que é produzida, guarda um poderoso potencial de revelação das tensões entre necessidades, aspirações e reais expectativas dos indivíduos.

Esta apreciação reveste-se também de uma natureza comparativa em que o *espaço dos pontos de vista* traduz leituras projectadas, quer sobre o próprio grupo social de referência, quer sobre a relação entre grupo social de referência e restante estrutura de poder(es) e (des)igualdades.

Mas de facto, a crer na informação recolhida, os níveis de rendimento da população inquirida são reduzidos, com mais de metade da população a viver com menos de 1.000 euros por mês. Embora se dê conta da diversidade dos rendimentos e poupanças, identifica-se um conjunto de população para quem as dificuldades são quotidianas e básicas.

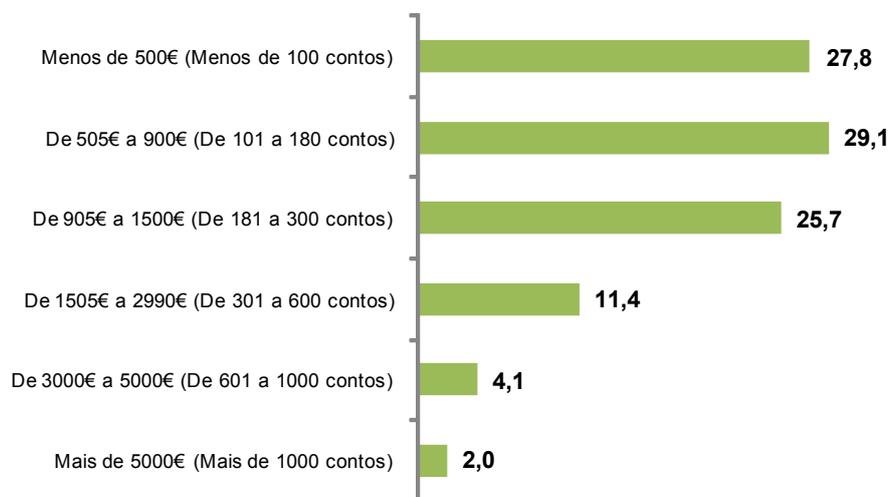
## **2.1 Uma população com baixos níveis de rendimentos**

Os reduzidos níveis de rendimento familiar estão presentes nos escalões de rendimento declarados. Mais de metade da amostra (57%) auferem até 900€ mensais, dos quais 29% tem um rendimento entre 505€ a 900€ e 28% vive com um rendimento líquido mensal inferior a 500€. No escalão mais reduzidos estão incluídas a muitas das famílias monoparentais (38%) e das pessoas que vivem sozinhas (entre 25 e 64 anos, 39%; com 65 ou mais anos, 69,6%). Mas a maioria dos casais sem filhos e com filhos menores auferem um rendimento até 900€ (58%, 50%, respectivamente).

As diferenças na distribuição do rendimento líquido mensal por agregado são também visíveis, nas seguintes situações:

- A maioria dos agregados aos quais pertencem inquiridos com ensino Básico auferem um rendimento até 900€ (65,4%). Verifica-se que existe uma correlação positiva entre o nível de instrução e o nível de rendimentos, sendo que este vai aumentando à medida que se presencia um aumento da escolaridade (54,3% dos inquiridos com ensino Superior tem um rendimento mensal entre 1505€ e 5000€).
- A maioria dos inquiridos com 55 ou mais anos têm como rendimento mensal menos de 500€ (42,6%) e os mais jovens, dos 18 aos 34 anos, recebem entre os 505€ e os 1500€.
- Nas regiões Norte (31,6%), Alentejo (41,7%) e Algarve (46,9%), o rendimento mensal auferido mais frequente é igual ou inferior a 500€. No Centro, a maioria ganha entre 505€ e 900€ (30,8%). Em LVT a maioria dos agregados ganha entre 905€ e 1500€ (30,1%).
- A maioria dos agregados com rendimento mensal inferior a 500€ localiza-se na região Norte (44,9% do total destes agregados), seguida de LVT (21,3% destes agregados). A maioria dos agregados com rendimento líquido mensal superior a 5000€ situa-se em LVT (55,6% destes agregados).

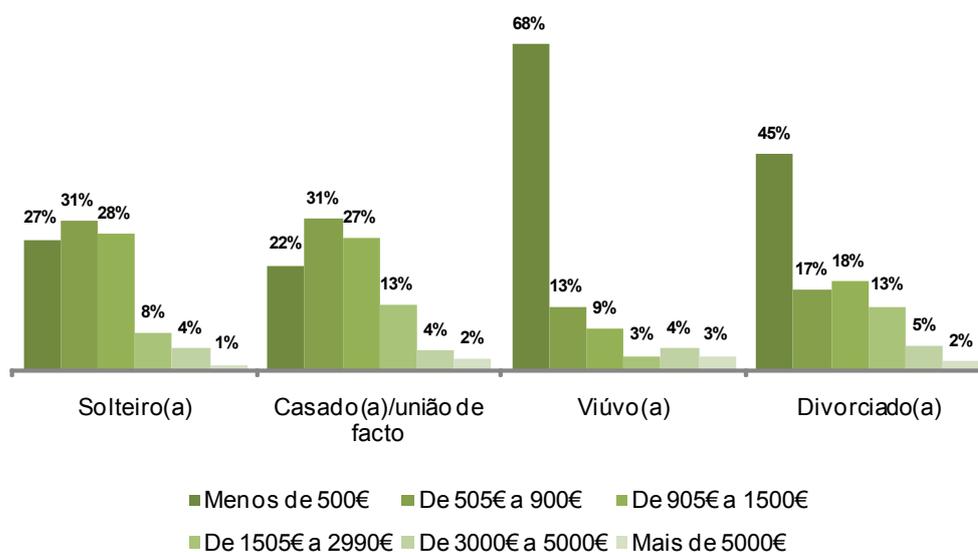
**Gráfico 17. Rendimento líquido mensal por agregado (%)**



Nesta distribuição de rendimentos surgem penalizados os agregados familiares com menos activos como as pessoas viúvas, os divorciados (68% e 46% respectivamente) e as famílias monoparentais <sup>14</sup>.

<sup>14</sup> Os resultados do II EQLS (2009: 7), confirmam estes dados pois, a par de fenómenos como o desemprego ou o confronto com uma condição de saúde fragilizada, “perder o parceiro, por divórcio ou morte” é um elemento particularmente associado a menores níveis de rendimento – observação que se destaca. De acordo com este Estudo, em termos médios, “os divorciados ou viúvos auferem, em média, um rendimento cerca de 20% abaixo do auferido pelos casados ou que vivem com um parceiro” (Idem, ibidem).

Gráfico 18. Rendimento líquido mensal por agregado, segundo o Estado Civil de Ego (%)



## 2.2. Da (in) capacidade de fazer face a despesas à (in)capacidade de poupança

O baixo nível de rendimentos assinalado está provavelmente na origem da baixa capacidade de poupança, do endividamento e da impossibilidade em concretizar algumas actividades consideradas desejáveis.

### **Reduzida capacidade de poupança**

Mais de metade dos inquiridos (59%) afirma que *nada lhe sobra por mês* depois de pagas as despesas fixas e apenas cerca de 7% considera que mais de 25% do seu rendimento lhe sobra. Em todos os escalões de rendimento líquido mensal, a maioria dos entrevistados afirma ter pouca ou quase nenhuma capacidade de poupança, pese embora a capacidade de poupança ser directamente proporcional aos rendimentos: entre os agregados que ganham até 500€, em 76,5% dos casos afirma-se que *nada ou quase nada* lhes sobra por mês – sendo que esta percentagem é de 36,8% entre os agregados que auferem mais de 5000€ líquidos mensais.

As informações sobre o *dinheiro que sobra* por grupos etários demonstram que os extremos da escala etária são os mais penalizados. São os grupos mais velhos, com idade igual a 65 ou mais anos, a quem sobra menos dinheiro, seguidos dos jovens – que se apresentam como o segundo grupo com menos percentagem de dinheiro sobranante. Neste fenómeno, podem reflectir-se *causalidades* distintas: umas mais relacionadas com as dificuldades de inserção no mercado de trabalho e outras relacionadas com a insuficiência de apoios financeiros.

A desigualdade imediatamente visível regista-se nos padrões apresentados por região. As regiões onde predominam os inquiridos que dizem que *nada ou quase nada* lhes sobra residem sobretudo no Alentejo e no Norte, com o Algarve apresentando a situação mais positiva.

Gráfico 19. Dinheiro que sobra por mês por idade de Ego (%)

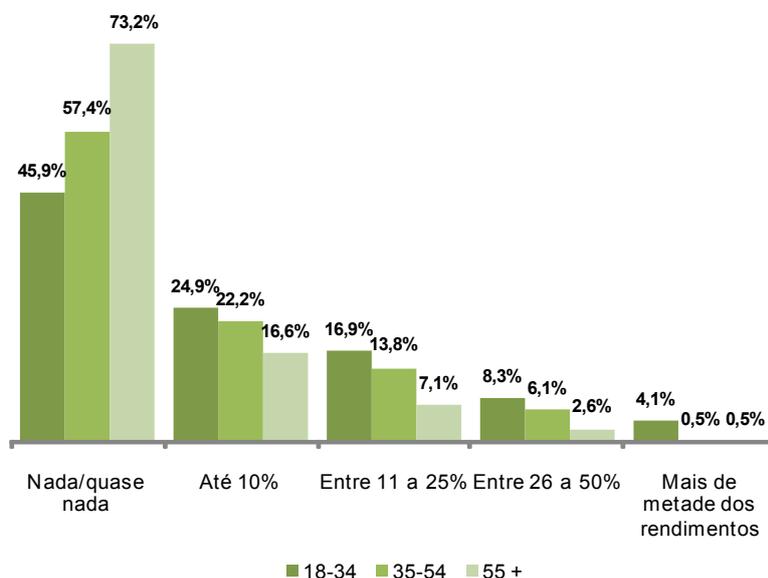
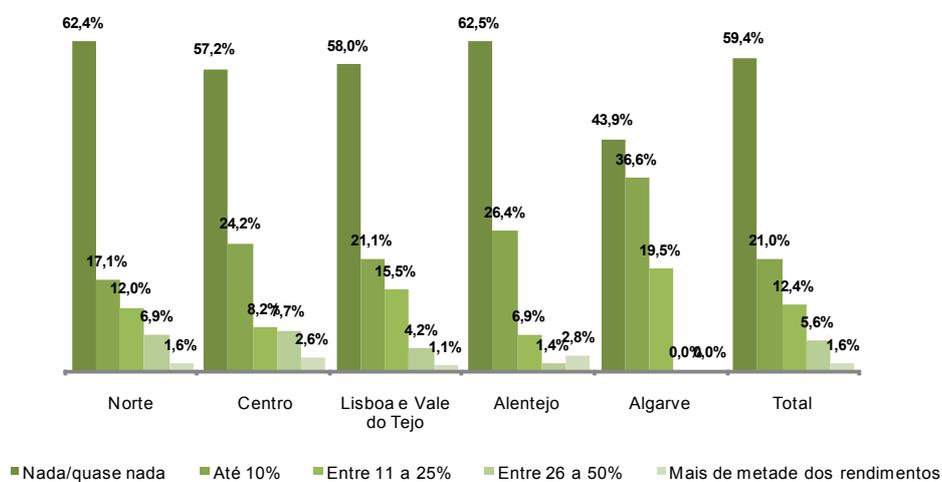


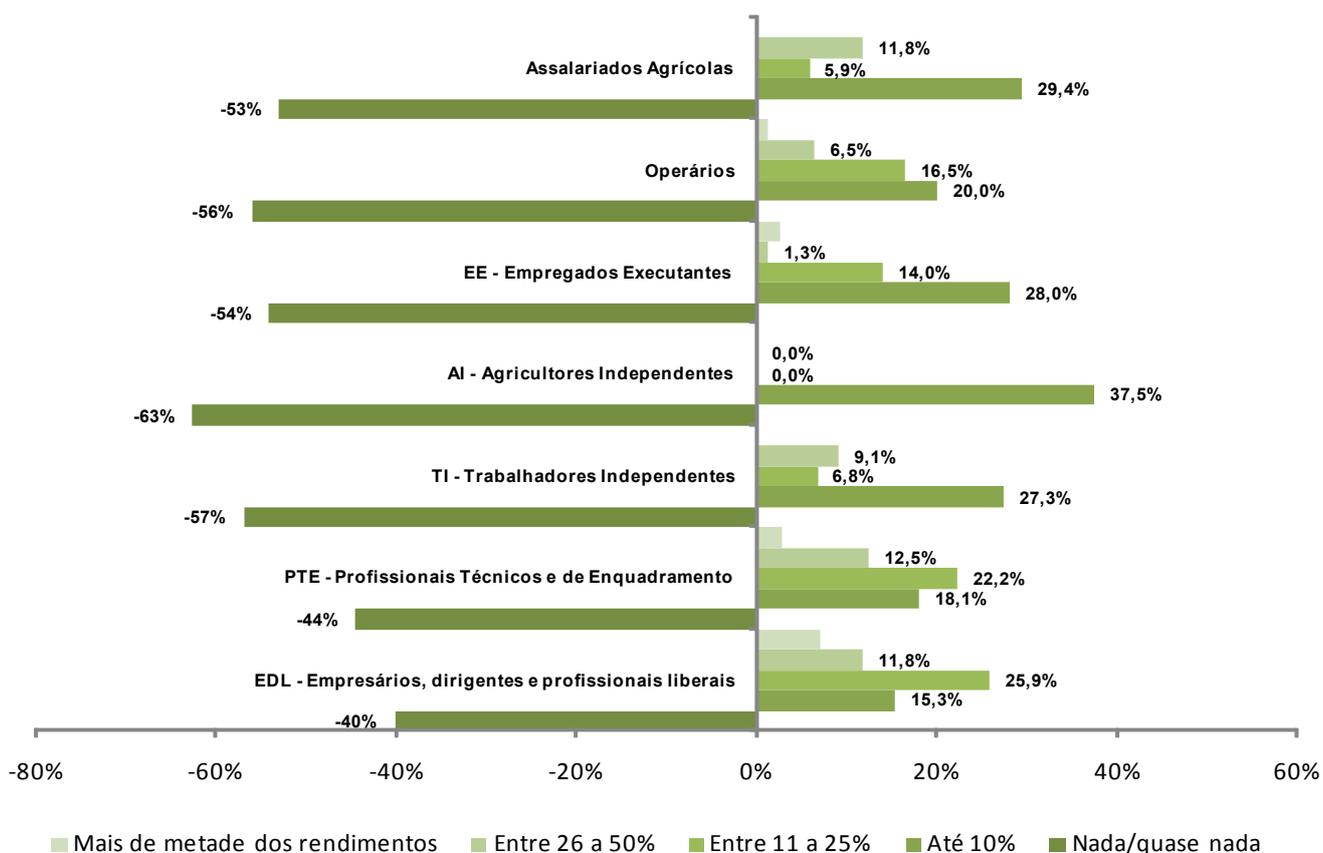
Gráfico 20. Dinheiro que sobra por mês por regiões (%)



A análise da suficiência de rendimentos por grupos socioprofissionais revela naturalmente algumas diferenças na distribuição de respostas. As categorias socioprofissionais com maior capacidade de poupança (sobrar mais de 25% do rendimento por mês) são os Empresários, Dirigentes e Profissões Liberais (19%), Trabalhadores Independentes (16%) e os Profissionais Técnicos de Enquadramento (15%).

*Não sobrar nada ou quase nada por mês* é referido por mais de 50% dos inquiridos das categorias Agricultores Independentes (62,5%), Trabalhadores Independentes (56,8%), Operários (55,9%), Assalariados Agrícolas (52,9%), Empregados Executantes (52,9%).

Gráfico 21. Capacidade de poupança por grupo sócio-profissional

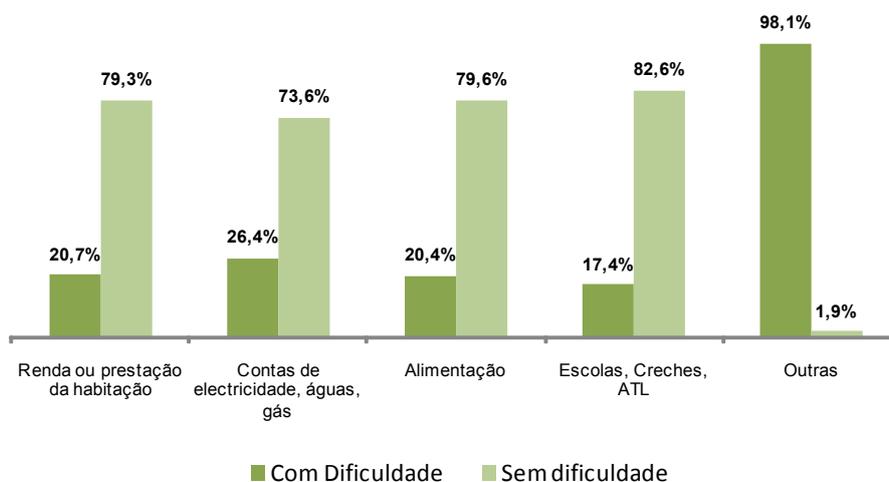


### Dificuldades na gestão das despesas quotidianas

Confirmando as dificuldades dos grupos sociais situados no escalão mais baixo de rendimentos, cerca de 1/5 de respondentes apresenta uma situação mais vulnerável relativamente à gestão de rendimentos<sup>15</sup>. Situa-se entre 17% e 21% a percentagem dos que afirmam ter tido dificuldades quotidianas nos últimos 12 meses, no pagamento de despesas relativas à habitação – renda/prestação, electricidade, gás e água – alimentação e mensalidades para creches, escolas, etc. O pagamento das infra-estruturas do fogo – electricidade, água e gás – é a despesa relativamente à qual maior percentagem de inquiridos apresenta maior dificuldade em pagar (26% da amostra).

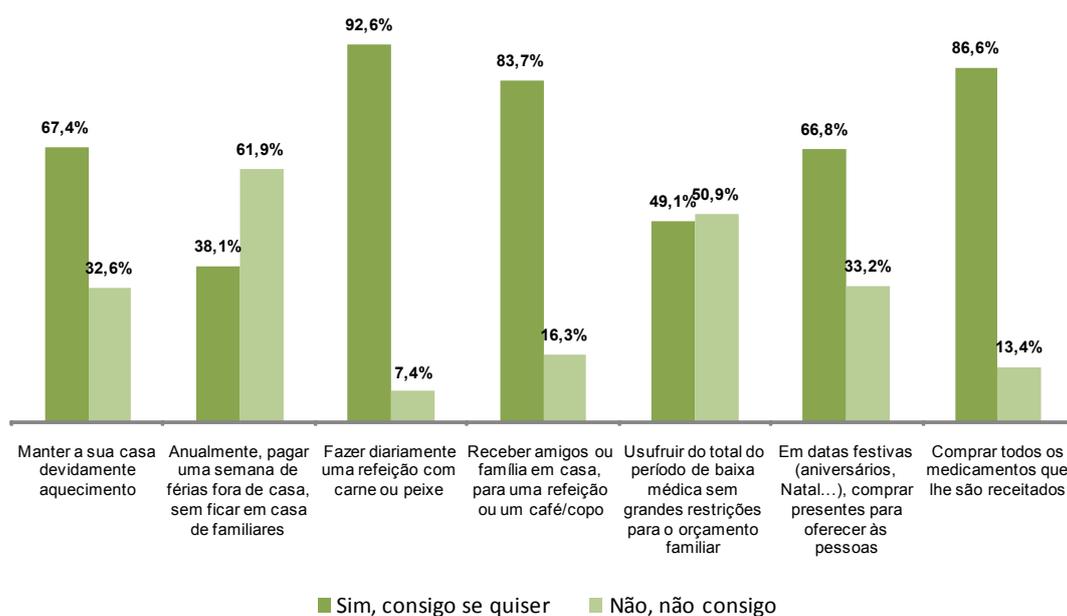
<sup>15</sup> Esta percentagem aproxima-se da percentagem de população em risco de pobreza depois das transferências sociais – que era, em 2007, de 18%<sup>15</sup> (aumentando para 40%, antes das transferências sociais). INE, Rendimento e Condições de Vida, 2007. No mesmo documento, pode ler-se que 20% da população portuguesa vivia em 2007, com menor rendimento.

**Gráfico 22. Despesas que teve dificuldade em pagar nos últimos 12 meses (%)**



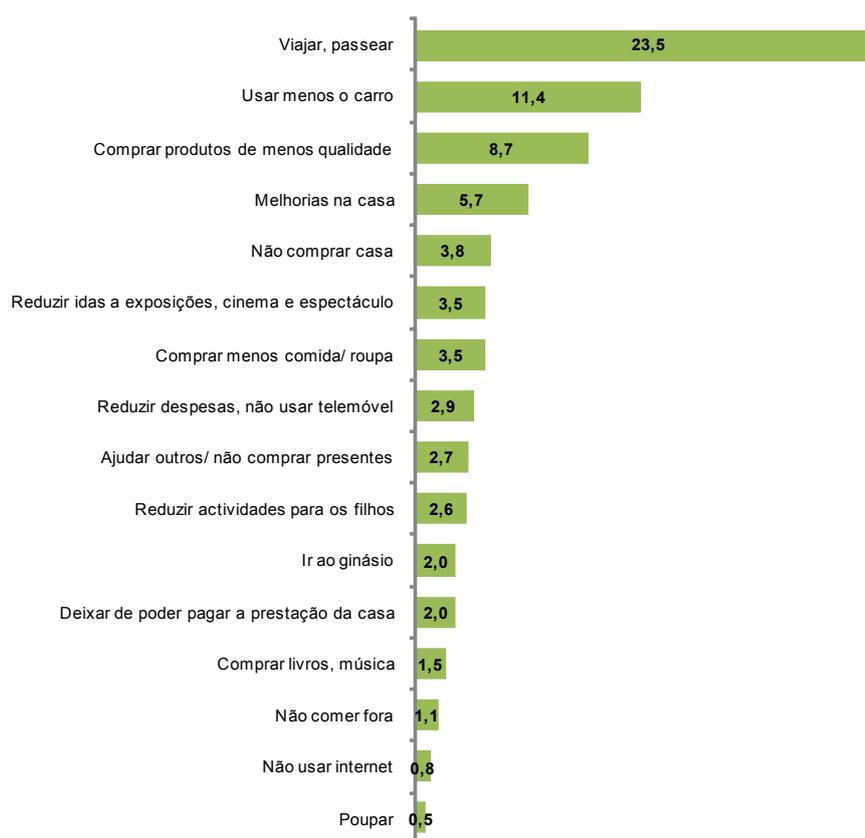
As dificuldades sentidas em pagar despesas verificam-se tanto relativamente a gastos quotidianos, como a gastos não directamente associados à subsistência dos indivíduos (por exemplo, anualmente, *pagar uma semana de férias fora de casa, impossível para 61,9%* ou ter a possibilidade de *oferecer presentes em datas festivas - 33,2%*). O que não pode deixar de ser assinalado é que mais de metade dos inquiridos consideram ser possível gozar da totalidade de uma baixa médica, devido ao seu nível de rendimentos, e mais de 1/3 não consegue ter a casa aquecida. Receber amigos e comprar todos os medicamentos que são receitados são actividades possíveis de assegurar para a maioria, embora cerca de 16% e 13% respectivamente considere não ter possibilidade de o fazer.

**Gráfico 23. Despesas que tem dificuldade em realizar (%)**



Apesar da subjectividade destas respostas e dos níveis de aspirações que as influenciam, o sentimento de privação faz-se sentir em cerca de 66% dos inquiridos, quando afirmam *deixar de fazer coisas por falta de dinheiro*. Ante “o que custa deixar de fazer por falta de dinheiro”, a maioria das respostas recai sobre a impossibilidade de *viajar, passear* (23,5%), *usar o carro com maior frequência* (11,4%), *optar por consumo de produtos de menor qualidade* (8,7%) e *fazer melhorias na habitação* (obras, compra de mobílias, etc., 5,7%).

**Gráfico 24. O que custa mais deixar de fazer por falta de dinheiro (%)**



### 2.3 Famílias endividadadas

As estimativas do grau de esforço associado ao endividamento das famílias portuguesas (definido pelo quociente entre a estimativa dos encargos com dívidas suportados pelos particulares e seu o rendimento disponível) apontam, nos vários estudos, nomeadamente do Banco de Portugal, para um forte aumento deste indicador desde a segunda metade dos anos 90. São muitas, e complexas, as razões desse endividamento mas também são conhecidas as relações entre o endividamento das famílias e a posse da habitação (uma das mais altas do contexto europeu) e a aquisição de automóveis.

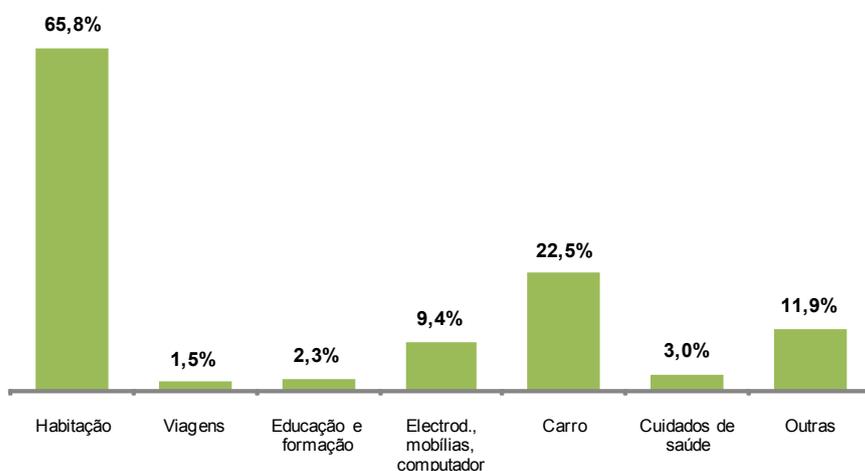
A explicação deverá estar associada ao acentuado aumento da acessibilidade das famílias ao crédito durante a segunda metade dos anos 90, mas os estudos realizados<sup>16</sup> manifestam que, embora se observe um esforço substantivo das famílias, não existiriam situações muito críticas em termos do esforço financeiro que lhes é exigido no cumprimento da dívida.

A situação económica actual, ao aumentarem as taxas de juro, tem vindo a gerar alguma instabilidade e um aumento da taxa de esforço ao nível dos agregados familiares individualmente considerados. Acrescente-se que o facto do incremento do acesso ao crédito ter sido mais intenso para os indivíduos mais jovens e com níveis de educação formal mais baixos (ver artigo publicado no *Boletim Económico* de Junho de 2003), introduz elementos de maior vulnerabilidade, em termos agregados, ao aumento do desemprego.

A inquirição comprova os resultados da maioria dos estudos quer sobre os níveis de endividamento quer sobre as razões desse endividamento. O baixo nível médio de rendimentos potencia o facto de mais de 1/3 dos inquiridos (35%) tenha dívidas e, entre estes, mais de 43% tenha dívidas superiores a 25% do seu rendimento familiar.

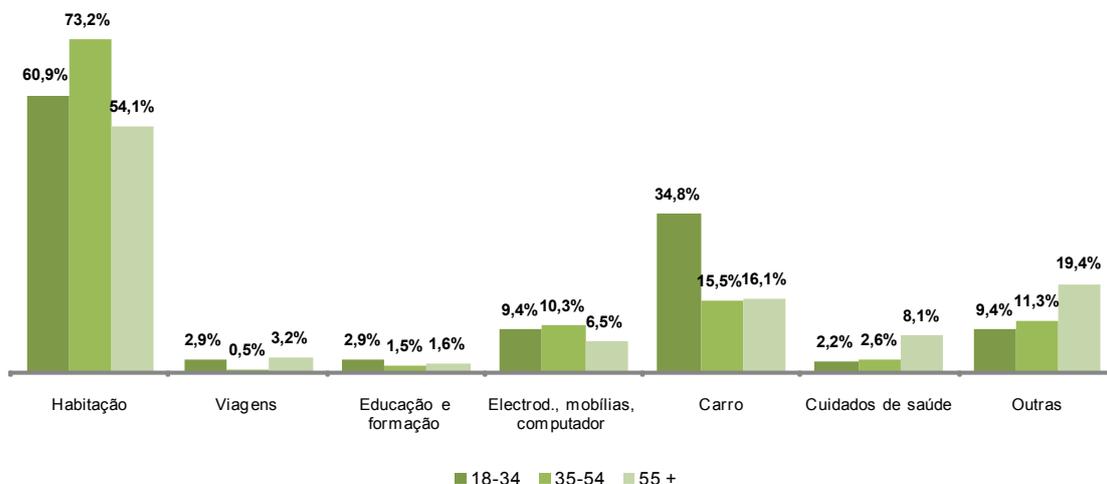
Em mais de metade do total dos inquiridos que têm dívidas, estas referem-se sobretudo à habitação (66%), seguidas da compra do carro (35%) sendo quase 10% dívidas devido à compra de electrodomésticos e outros equipamentos para a casa.

**Gráfico 25. Principais fontes de endividamento (%)**

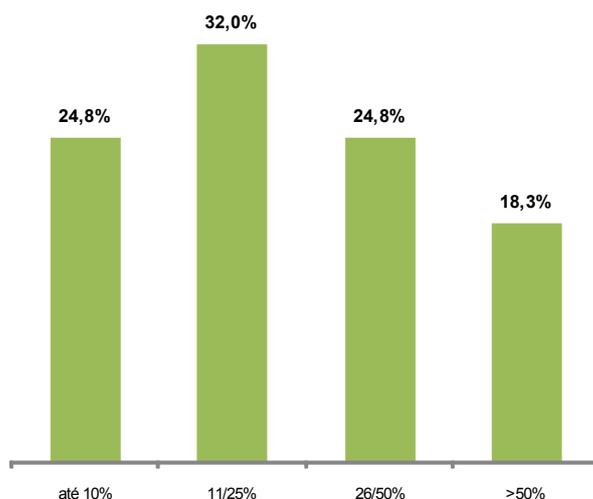


<sup>16</sup> Por exemplo, incluídos no Plano Estratégico de Habitação (CET/ISCTE, 2008).

**Gráfico 26. Principais fontes de endividamento por idade de Ego (%)**



**Gráfico 27. Peso de dívidas contraídas em percentagem do orçamento familiar (%)**



## 2.4 Apoios Institucionais, Familiares e de Vizinhança

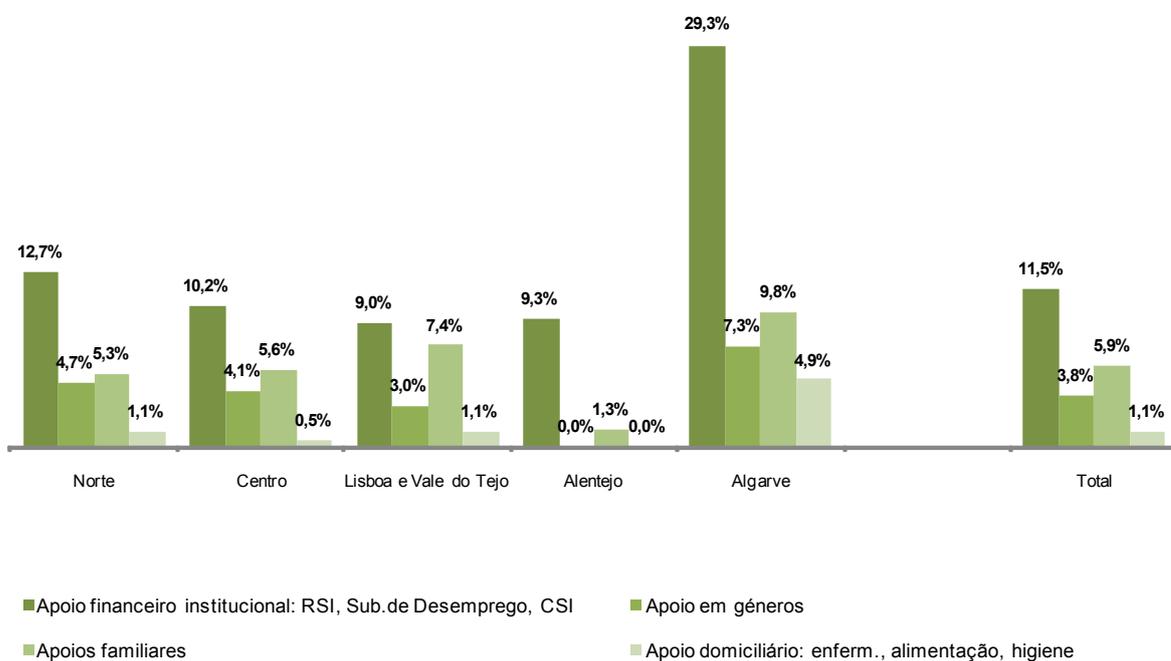
Face ao nível de rendimentos da população portuguesa não seria de estranhar que uma parte significativa dos inquiridos refira receber algum tipo de apoios (cerca de 1/3). A origem desses apoios divide-se entre os apoios do Estado e da família. Deve registar-se que 11% da população recebe apoios do Estado nalguma forma de prestação social: rendimento social de inserção, pensão de reforma, subsídio de desemprego mas cerca de 6% recebe apoio regular da família – mensalidade, empréstimo, etc.

Acrescente-se, ainda, que os inquiridos mais apoiados, como seria de esperar, os de menores rendimentos, os mais velhos e os de menores habilitações.

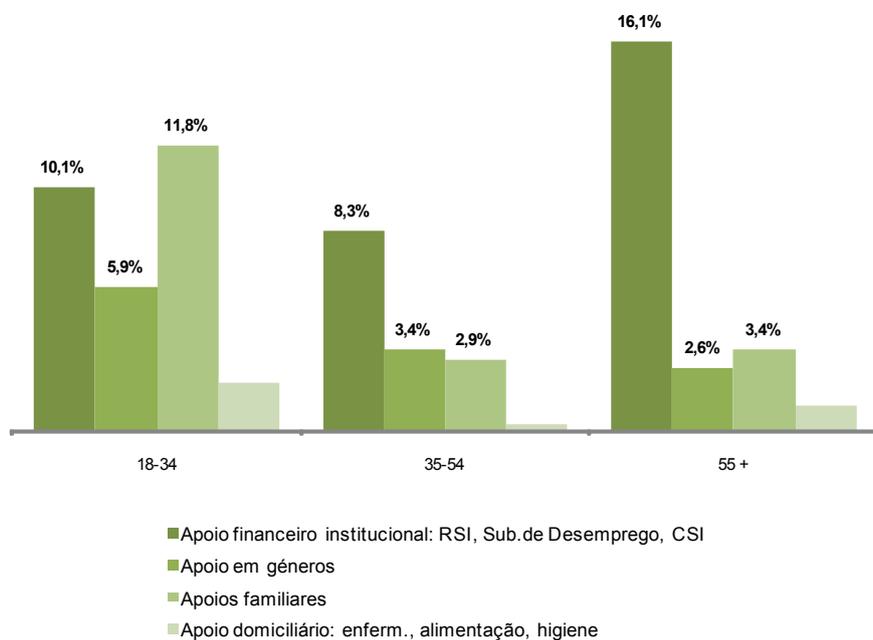
**Quadro 3. Tipos de Apoios por Rendimento Líquido mensal do Agregado Familiar**

Tipo de Apoios	Rendimento líquido mensal do agregado familiar					
	≤500€	505 - 900€	905 - 1500€	1505 - 2990€	3000 - 5000€	> 5000€
Apoio financeiro institucional (ex: RSI, Subsídio de Desemprego, CSI...)	40,0%	33,6%	14,5%	6,4%	3,6%	1,8%
Apoio em géneros (por parte, por ex., de familiares, vizinhos, Banco Alimentar...)	25,7%	48,6%	25,7%	0,0%	0,0%	0,0%
Apoios familiares (mesada, alojamento)	29,2%	22,9%	29,2%	12,5%	6,3%	0,0%
Apoio domiciliário (cuidados de enfermagem, alimentação, higiene)	40,0%	10,0%	30,0%	20,0%	0,0%	0,0%

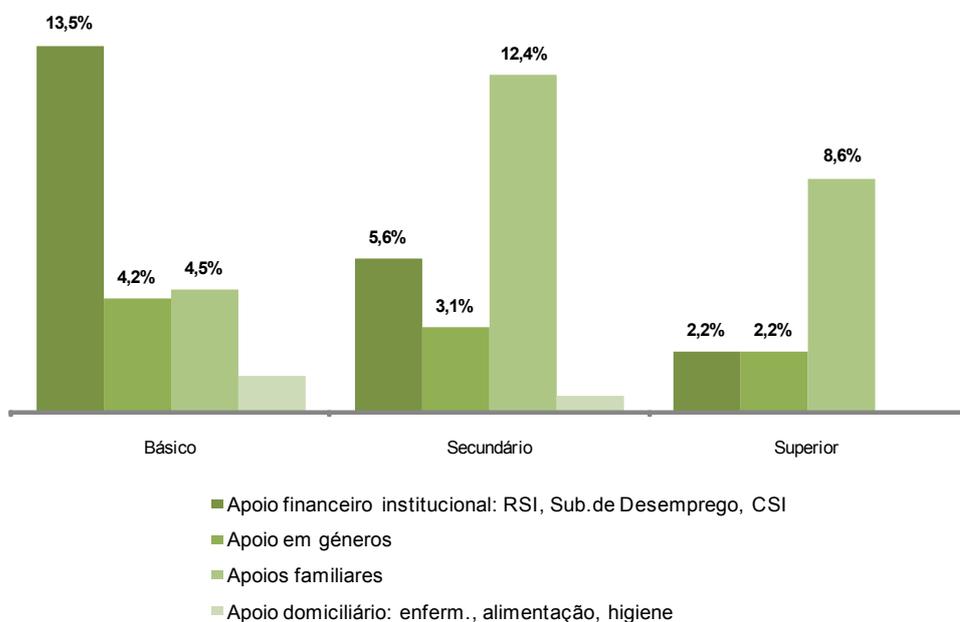
**Gráfico 28. Tipos de apoios recebidos por região (%)**



**Gráfico 29. Tipo de apoios recebidos por grupos etários (%)**



**Gráfico 30. Tipo de apoios recebidos por habilitações (%)**

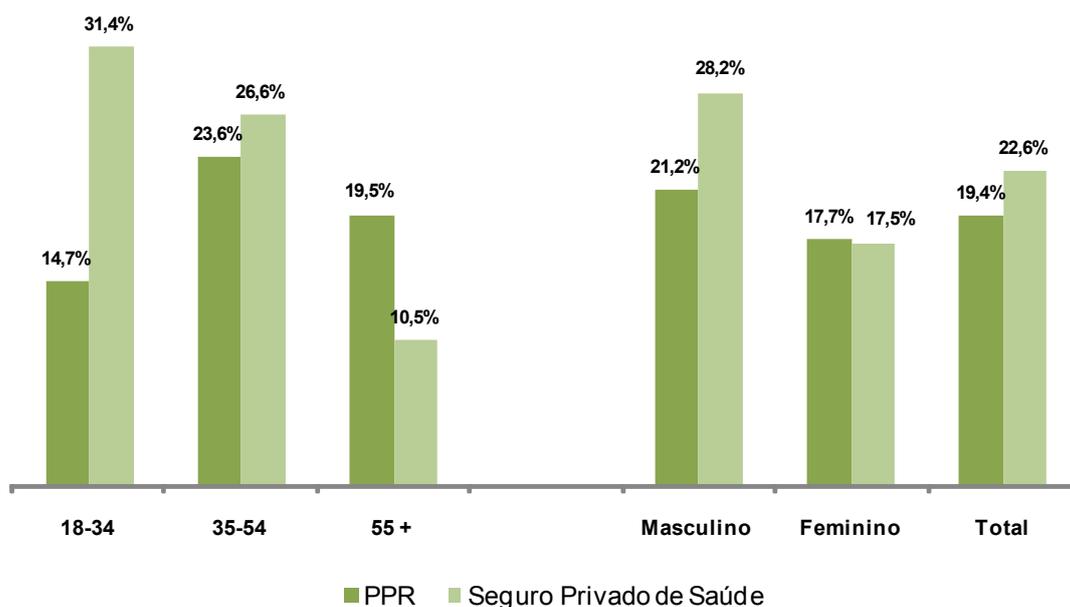


## 2.5 O sentido do futuro: poupança para a saúde e reforma e consumo sustentável

De acordo com dados do Banco de Portugal (2007), a taxa de poupança das famílias portuguesas encontra-se nos 7,2% do rendimento disponível, o valor mais baixo dos últimos 13 anos<sup>17</sup>, que se situava no início da década nos 10%. No entanto, e apesar das dificuldades em fazer face às despesas que anteriormente se comentaram, identifica-se uma percentagem não desprezível de indivíduos cuja gestão de rendimentos passa, em parte, pela adesão a sistemas privados de protecção social.

Cerca de 23% dos inquiridos tem um seguro de saúde e quase 20% tem Planos de Poupança Reforma (PPR). A esta prática corresponde uma elevada confiança nos Sistemas Privados de Saúde e de Protecção Social, embora não se verifique uma relação estatisticamente significativa entre ter PPR e seguro privado de saúde e a confiança depositada, quer no serviço nacional de saúde, quer na Segurança Social Pública.

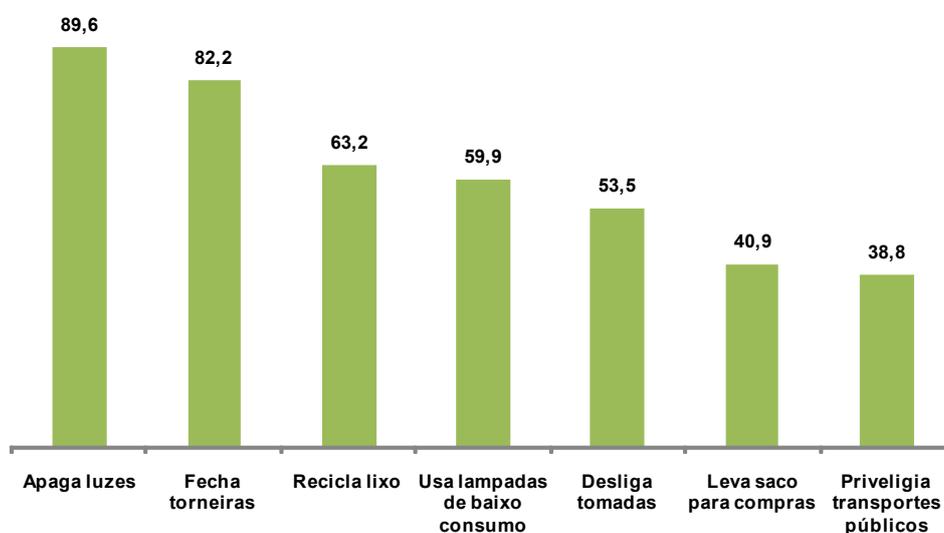
Gráfico 31. Existência de PPR e Seguro Privado de Saúde por sexo e escalões etários (%)



Relativamente às práticas de consumo de cariz sustentável económico e/ou ecológico, a maioria dos inquiridos revela que *apagar as luzes em divisões vazias* e *fechar a torneira ao lavar louça, dentes e no banho* fazem parte das suas preocupações (89,6% e 82,2%, respectivamente). O uso de transportes públicos tem uma expressão menor junto da amostra.

<sup>17</sup> Fonte: Jornal Público 31.10.2008

Gráfico 32. Acções de sustentabilidade ambiental (%)



## 2.6 Privação e gestão de rendimentos: índice de privação e perfis

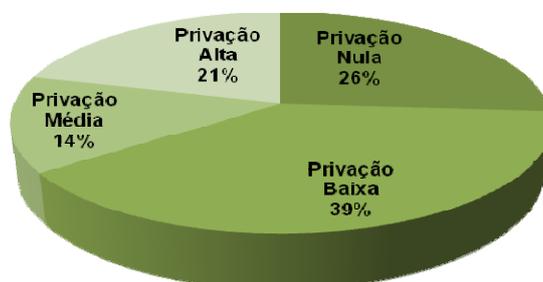
### ***Índice de Privação: uma sociedade estratificada***

A construção de um índice de privação, através da resposta à capacidade para obter ou realizar um conjunto de itens apresentados<sup>18</sup>, permite-nos conhecer os diferentes níveis de privação sentidos pelos inquiridos. Este varia entre a 0 (nenhuma privação) e 7 (privação máxima, no caso de não conseguir realizar nenhum dos itens indicados). A distribuição do índice apresenta-se por privação nula (inquiridos que não assinalaram nenhuma privação), privação baixa (inquiridos que assinalaram uma ou duas privações de entre os sete itens), privação média (inquiridos que assinalaram 3 privações) e privação alta (inquiridos que assinalaram 4 ou mais privações)<sup>19</sup>.

No seu conjunto, prevalece na amostra uma privação baixa ou nula, embora 35% das respostas dos inquiridos apontem para uma privação média e alta, reforçando a ideia de uma percentagem importante de inquiridos que, ao longo do inquérito, manifestam carências associadas ao nível de vida e gestão de rendimentos.

<sup>18</sup> As sete categorias de resposta consistiam em: “Manter a sua casa devidamente aquecida, se quiser”, “Anualmente, pagar uma semana de férias fora de casa, sem ficar em casa de familiares”, “Fazer diariamente uma refeição com carne ou peixe, se quiser”, “Receber amigos ou família em casa, para uma refeição ou um café/copo quando quer”, “Usufruir do total do período de baixa médica sem grandes restrições para o orçamento familiar”, “Em datas festivas (aniversários, Natal...), comprar presentes para oferecer às pessoas” e “Comprar todos os medicamentos que lhe são receitados”.

Gráfico 33. Índice de Privação (%)



Estes elevados níveis de privação confirmam os resultados do II EQLS (2009) em que Portugal e Grécia apresentam níveis médios de privação significativamente superiores aos observados na UE15 (pré-alargamento de 2004) (2009: 9). Em ambos os países, a maioria dos agregados (52% e 58%, respectivamente) assumia não conseguir suportar pelo menos um de entre um conjunto de itens considerados essenciais à qualidade de vida<sup>20</sup> – percentagens que contrastavam “bruscamente” com a média observada para o total do cluster (31%) (Idem, ibidem).

Particularmente gravosos entre os inquiridos que auferem menores rendimentos, os níveis de privação médio e alto incidem mais expressivamente entre as mulheres e os entre os mais idosos (com idade ≥ 55 anos)., sendo que a privação alta atinge particularmente os casais sem filhos e as pessoas sós, embora os casais com filhos menores exibam elevados níveis de privação média.

Quadro 4. Nível de Privação, por Rendimento líquido mensal do agregado

Nível de Privação	Rendimento líquido mensal do agregado familiar						Total
	≤500€	505 - 900€	905 - 1500€	1505 - 2990€	3000 - 5000€	> 5000€	
Privação Nula	11,2%	24,1%	28,6%	23,2%	9,5%	3,3%	100%
Privação Baixa	22,4%	32,1%	29,1%	11,3%	2,7%	2,4%	100%
Privação Média	28,5%	38,5%	29,2%	3,1%	0,8%	0,0%	100%
Privação Alta	57,7%	23,4%	13,4%	2,5%	2,5%	0,5%	100 %
Total	27,9%	29,1%	25,7%	11,3%	4,1%	1,9%	100%

<sup>20</sup> A lista de *itens* contemplava, no instrumento aplicado: 1) manter a sua casa devidamente aquecida; 2) pagar anualmente por uma semana de férias fora de casa, sem ficar em casa de familiares; 3) substituir mobília usada; 4) de 2 em dois dias, pelo menos, fazer uma refeição de carne de vaca, de galinha ou peixe; 5) comprar roupas novas (não em segunda mão); 6) receber amigos ou familiares em casa, para um copo/refeição, pelo menos uma vez por mês.

**Quadro 5. Nível de Privação, por Sexo do inquirido**

Nível de Privação	Sexo do Inquirido		Total
	Masculino	Feminino	
Privação Nula	57,4%	42,6%	100%
Privação Baixa	45,6%	54,4%	100%
Privação Média	41,9%	58,1%	100%
Privação Alta	41,2%	58,8%	100%
<b>Total</b>	<b>47,3%</b>	<b>52,7%</b>	<b>100%</b>

**Quadro 6. Nível de Privação, por Idade do inquirido**

Nível de Privação	Idade do inquirido - 3 escalões			Total
	18-34	35-54	55 +	
Privação Nula	35,4%	36,8%	27,8%	100%
Privação Baixa	33,5%	35,6%	31,0%	100%
Privação Média	30,3%	29,7%	40,0%	100%
Privação Alta	24,0%	30,9%	45,1%	100%
<b>Total</b>	<b>31,6%</b>	<b>34,1%</b>	<b>34,3%</b>	<b>100%</b>

**Quadro 7. Nível de Privação, por Morfologia do agregado residencial**

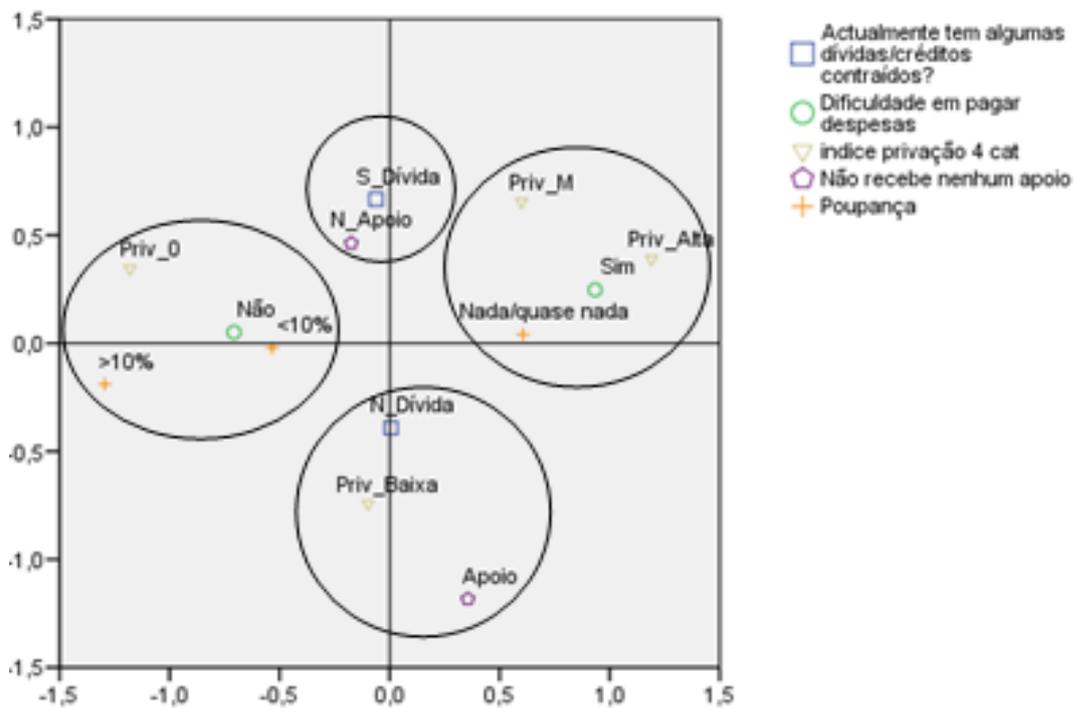
Nível de Privação	Tipo de Família						Total
	Pessoas sós	Casal sem filhos	Casal com filhos <18 anos	Casal com filhos > 18 anos	Famílias monoparentais	Outras	
Privação Nula	14,1%	22,3%	30,6%	18,9%	11,3%	2,7%	100%
Privação Baixa	13,2%	27,3%	32,1%	14,5%	7,9%	5,1%	100%
Privação Média	15,6%	27,9%	27,9%	14,3%	9,7%	4,5%	100%
Privação Alta	21,0%	31,4%	17,5%	11,4%	13,1%	5,7%	100%
<b>Total</b>	<b>15,4%</b>	<b>26,9%</b>	<b>28,1%</b>	<b>15,0%</b>	<b>10,1%</b>	<b>4,5%</b>	<b>100%</b>

***A diversidade dos perfis de rendimentos***

Uma análise multivariada, construída a partir de indicadores de privação e níveis de rendimentos, confirma a existência de perfis diferenciados face aos rendimentos, apontando os seguintes grupos:

- Pessoas sem privações, sem capacidade de poupança e que não têm dificuldade em pagar despesas fixas mensais. O grupo socioprofissional *patrões* encontra-se claramente neste grupo;
- Pessoas que quase não poupam, com dificuldades relativamente às despesas fixas mensais e com um índice de privação médio/alto. Os reformados sem actividade e pessoas com doença prolongada ou invalidez encontram-se muito próximos deste grupo;
- Pessoas com dívidas e sem apoios institucionais e familiares;
- Pessoas sem dívidas, com baixa privação e com apoios institucionais e familiares. Os estudantes e reformados com actividade estão próximos deste grupo.

Gráfico 34. Perfis: Privação e Gestão de Rendimentos



### 3. HABITAT, AMBIENTE LOCAL E MOBILIDADES

#### **Sub-temas e sua leitura**

Condições de habitabilidade  
Apreciação da Área de Residência  
Mobilidade

As exigências na apreciação da qualidade do habitat incluem necessidades e requisitos projectados não apenas sobre a casa, mas sobre a área envolvente. A satisfação residencial mede-se não apenas pelas características da casa mas também pela importância da qualidade biofísica da envolvente, pelas facilidades de acesso e pela proximidade a espaços verdes e a equipamentos chave. O processo de individualização e a “privatização” crescente dos espaços do alojamento como expressão e condição de bem-estar assumem também particular importância, influenciando os níveis de satisfação. A qualidade do habitat referencia ainda elementos de adequação existente entre o edificado e as características de agregados residenciais – conjugadas numa multiplicidade de configurações que extravasam composições tradicionais – associando-se também ao que determinada inserção territorial possibilita, facilita ou constrange (quer física, quer simbolicamente).

Além da satisfação com a situação habitacional actual (por referência à casa e área de residência dos inquiridos), explora-se, na presente dimensão temática, os contornos que desenham capacidades de mobilidade mais ou menos vulneráveis, nomeadamente pelos tempos de deslocação a equipamentos considerados chave.

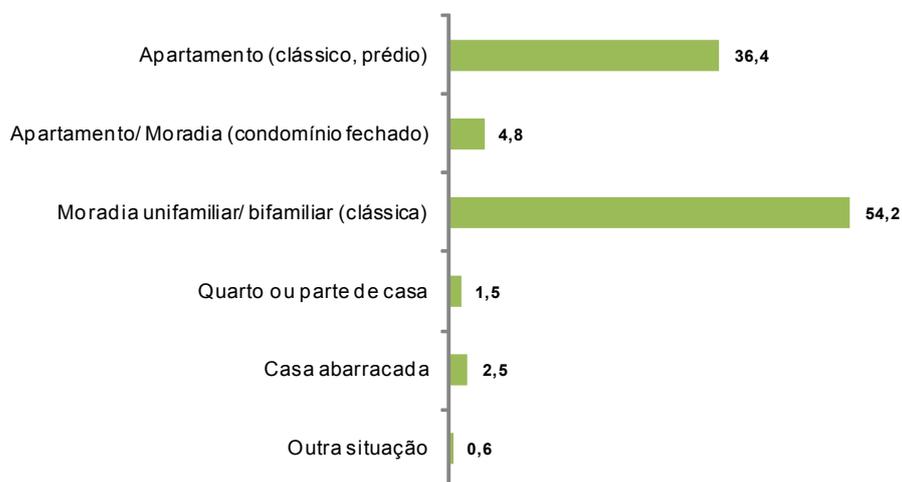
A apreciação da casa e do lugar onde se vive traduz uma avaliação maioritariamente positiva confirmando outras inquirições que registam o forte apreço pela casa a que se tem atribuído um sentido mais simbólico do que material, associado à forte valorização do lar nos modos de vida dos portugueses. Não se trata, no entanto, de respostas acríicas pois emergem necessidades ligadas ao acesso aos equipamentos e face às mobilidades.

#### **3.1 Diversidade de morfologias e predomínio da casa própria**

A diversidade do tipo de habitação dos inquiridos está presente quando considerado que a moradia unifamiliar (54,2%) se apresenta como tipo de casa mais frequente seguindo-se, no total da amostra, o apartamento clássico (36,4%) e, numa percentagem não despreciable, o apartamento ou moradia unifamiliar integrada em *condomínio fechado* (4,8%).

Sendo minoritárias, valerá a pena salientar situações tradutoras de maior precariedade – casas abarracadas (2,5%) e, eventualmente, o quarto ou parte de casa (1,5%)

**Gráfico 35. Tipos de habitação (%)**



Também consonante com os dados estatísticos relativos ao regime de ocupação, a *casa própria* congrega a maioria da situação habitacional dos inquiridos (62,8%). Seguem-se, como regimes mais frequentes, o arrendamento privado (17,9%) e a situação em que o inquirido vive em casa de familiares (12,5%). Será útil recordar que, conforme anteriormente expresso, a casa – sob a forma de renda ou prestação – assume-se, para 65,8% do total das famílias endividadadas, como a principal fonte de endividamento.

Em termos totais, o arrendamento público é experimentado por 5,9% dos respondentes, sendo que – quando se consideram as distribuições internas a cada região – assume maior expressão percentual relativa no Alentejo (10,5%), Algarve (7,5%) e Centro (7,2%).

### **3.2. Uma apreciação positiva do conforto dos alojamentos**

Indício de uma melhoria generalizada das condições de habitabilidade no fogo residencial, a generalidade dos respondentes afirma não ter, em sua casa, qualquer um dos seguintes problemas: *falta de espaço; infiltrações, fugas de água, humidades; falta de casa-de-banho completa dentro de casa; falta de água quente em casa; deficiente adequação da habitação às próprias capacidades de locomoção*<sup>21</sup>.

Embora atingindo uma expressão minoritária, lembre-se a prevalência de um elemento particularmente penalizador do conforto residencial – a *impossibilidade em conseguir manter a casa aquecida* – manifesta por cerca de 1/3 do global da amostra.

<sup>21</sup> Um padrão replicado quando observados os resultados *por* regiões, grupos socioprofissionais, instrução e idade (considerada a 3 e 6 escalões).

Ainda que retendo a descrição de um quadro regional geralmente positivo, será interessante notar que alguns dos aspectos considerados suscitam apreciações significativamente diferentes em regiões distintas<sup>22</sup>. Assim, importará notar que, embora o problema de *falta de água quente em casa*, seja apenas minoritariamente referenciado em todas as regiões, no Alentejo, 10,8% dos respondentes reporta esse problema.

Também o problema de *falta de espaço em casa* – minoritariamente referenciado pelos inquiridos em todas as regiões consideradas – alcança, no Alentejo e em LVT, pesos percentuais mais expressivos (34,7% e 18,4%, respectivamente).

**Quadro 8. Problemas na casa onde mora, por região (%)**

Problemas em Casa												
% Sim, tenho esse problema (por Região)	Total		Norte		Centro		LVT		Alentejo		Algarve	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Falta de espaço	197	<b>17,8</b>	68	<b>15,7</b>	29	14,9	67	<b>18,4</b>	26	<b>34,7</b>	7	17,1
Infiltrações, Fugas água, Humidade	185	<b>16,7</b>	58	13,3	40	<b>20,6</b>	60	16,5	19	25,3	8	<b>19,5</b>
Deficiente adequação casa e capacidade locomoção	86	<b>7,8</b>	40	9,2	17	8,8	20	5,5	8	10,7	1	2,4
Falta wc completa dentro casa	72	<b>6,5</b>	32	7,3	11	5,7	18	4,9	11	14,9	0	, 0
Falta água quente em casa	50	<b>4,5</b>	26	6	5	2,6	10	2,8	8	10,8	1	2,5

Problemas como a *falta de casa-de-banho completa dentro de casa* e a persistência de infiltrações e humidades em casa assumem-se particularmente sensíveis à distribuição de rendimentos dos agregados. Embora a inexistência destes problemas seja maioritária olhando a todos os escalões de rendimento considerados, parece notar-se a tendência para o registo de uma menor percentagem de pessoas atingidas, conforme aumenta o rendimento mensal líquido do agregado familiar.

Os dados recolhidos nesta inquirição são mais positivos do que os apontados no II EQLS (2009) onde os problemas maioritários com a casa recaem sobre a falta de espaço para a maioria dos estados membros da União Europeia (EU15 16%, EU27 18%, Portugal 18%) e entre os 3 países candidatos à entrada na União Europeia (22%). Ainda segundo este relatório, em Portugal, 22% da população tem problemas de infiltrações e fendas nas paredes ou telhado.

<sup>22</sup> A referência a diferenças significativas, far-se-á com base num nível de significância de 0,05 ( $p < 0,05$ ).

**Quadro 9. Problemas existentes na casa onde mora – União Europeia (%)**

	Falta de Espaço	Janelas, Portas ou chão deteriorado	Infiltrações e fendas nas paredes ou telhado	Falta de casa-de-banho com autoclismo dentro de casa	Falta de chuveiro ou banheira	Falta de sítio para estar/sentarse fora de casa	Pelo menos dois problemas
Portugal	18%	9%	22%	1%	1%	17%	18%
EU15	16%	8%	11%	1%	1%	12%	12%
EU27	18%	9%	12%	4%	4%	13%	15%
CC3	32%	30%	33%	10%	10%	15%	37%

II EQLS, 2009:42

### 3.3 Maioritária satisfação com a Casa

Consonante com esta posição de apreciação positiva, a população inquirida manifesta maioritariamente satisfação com a casa onde mora e ainda uma satisfação ligeiramente superior com o habitat envolvente. As dimensões mais críticas relacionam-se sobretudo com as ausências de espaços verdes e a dificuldade de acesso a alguns equipamentos básicos. Numa gradação de 1 até 10 (em que 1 = nada satisfeito e 10 = muito satisfeito), *casa* e *área de residência* são aspectos que suscitam apreciações positivas por parte dos inquiridos. No total da amostra, em termos médios, estas últimas situam-se acima do ponto médio da escala, assumindo o valor de 6,96, no caso da casa e de 7,11, quanto à área de residência.

Estas apreciações positivas percorrem todas as regiões, ainda que no Alentejo a satisfação com a casa seja menor, como ó é também no escalão de rendimento mais baixo e no grupo etário intermédio.

**Quadro 10. Satisfação média com domínios da vida por Sexo, Idade, Rendimento e Região**

Satisfação com	Média Total	Sexo		Idade			Rendimento		Região				
		Mulheres	Homens	18-34	34-55	≥ 55	Até 500€	3000€ +	Norte	Centro	LVT	Alentejo	Algarve
A sua casa	6,96	-0,07	0,07	0,00	-0,15	0,16	-0,29	0,86	0,13	-0,10	-0,01	-0,67	0,40
A sua área de residência	7,11	0,00	-0,00	-0,28	0,01	0,26	0,05	0,34	0,14	-0,17	-0,14	-0,04	0,69

### 3.4 Satisfação com a zona envolvente mas identificação de várias carências

A apreciação da área de residência, sendo positiva, suscita maior expressão de vulnerabilidades e necessidades, também, certamente, porque é a este propósito que o questionário convida os inquiridos a apontar o que consideram ser os maiores problemas no seu local de residência, bem como as soluções mais prementes para melhorar a sua qualidade. Neste âmbito, as principais reivindicações centram-se na afirmação da conveniência do investimento em mais transportes públicos, melhoria das condições de segurança, maior

número de espaços verdes e de lazer e, no que sobressai também como um dos aspectos menos satisfatórios, a melhoria do arranjo e limpeza do espaço público.

A maioria dos respondentes considera *não ter qualquer razão de queixa* relativamente a um conjunto de problemas de índole ambiental e de estruturação do espaço construído. A resposta *nenhuma razão* é largamente maioritária em todos os aspectos em apreciação: falta de áreas verdes ou espaços de lazer; espaços exteriores não/mal cuidados; isolamento da casa; má qualidade da água que bebe; barulho; excesso de concentração/densidade urbanística; má qualidade do ar que respira; insegurança, criminalidade e vandalismo.

Particularmente interessante é a apreciação crítica das condições da área de residência, observando-se que os elementos de maior vulnerabilidade se relacionam com aspectos nem sempre considerados infra-estruturais. Suscitando, no total da amostra, *algumas* ou *muitas razões de queixa* entre os inquiridos, destacam-se, neste âmbito, a falta de espaços verdes e de lazer (45,5%), o ausente ou deficiente cuidado dos espaços exteriores (41,5%), a insegurança associada, neste caso, à criminalidade e vandalismo (40,7%), e, num não desprezível quarto lugar, a qualidade da água que bebe (28,4%).

Note-se que o *crime, violência e vandalismo*, a par da *poluição do ar*, são os dois problemas mais frequentemente referenciados na análise dos resultados do II EQLS relativamente à área de residência, para Portugal.

**Quadro 11. Problemas na área de residência (%)**

Problemas na área de residência	Algumas + Muitas Razões (%)	Nenhuma razão (%)	TOTAL
<b>Falta de áreas verdes ou espaços de lazer</b>	<b>45,5</b>	54,5	100
<b>Espaços exteriores não/mal cuidados</b>	<b>41,5</b>	58,5	100
<b>Insegurança, criminalidade e vandalismo</b>	<b>40,7</b>	59,3	100
<b>Má qualidade da água que bebe</b>	<b>28,4</b>	71,5	100
Barulho	27,2	72,7	100
Excesso de concentração/densidade urbanística	22,5	77,5	100
Má qualidade do ar que respira	21,7	78,3	100
Isolamento da casa	15,4	84,6	100

**Quadro 12. Queixas sobre problemas na área de residência (%)**

	Barulho	Poliuição do ar	Falta de acesso a espaços verdes ou recreativos	Qualidade da água	Crime, violência e vandalismo	Entulho ou lixo na rua	Pelo menos dois destes problemas
Portugal	52%	56%	53%	52%	56%	52%	66%
EU15	42%	41%	32%	31%	45%	45%	56%
EU27	44%	44%	34%	35%	47%	48%	59%
CC3	42%	43%	50%	53%	39%	47%	64%

Fonte: II EQLS, 2009: 45

Relativamente à distribuição espacial dos dados recolhidos na presente pesquisa, a ordenação das respostas sobre os vários aspectos considerados obedece, em todas as regiões, ao mesmo padrão de distribuição: a resposta mais frequente é sempre *nenhuma razão*, seguindo-se *algumas razões*. Em todo o caso, valerá a pena ressaltar que LVT é a região que, sob a forma de percentagens mais expressivas, mais parece concentrar *algumas* ou *muitas razões de queixa* sobre aspectos usualmente associados a um imaginário urbano: o *barulho* (33%); o *excesso de concentração urbanística* (22,5%); a *má qualidade do ar que respira* (30,7%); e a *insegurança, criminalidade e vandalismo* (51,1% dos residentes em LVT com *algumas* ou *muitas razões de queixa*). Esta região é, ainda, a única em que, a propósito da *falta de áreas verdes ou espaços de lazer*, a maioria, 54,8% dos residentes, afirma ter *algumas* ou *muitas razões de queixa*.

Em contraste com esta realidade, o Alentejo afigura-se, em termos *ambientais*, como a região em que, de um modo geral, os aspectos submetidos à análise dos indivíduos suscitam reacções de desagrado menos expressivo<sup>23</sup>.

A idade e o nível de instrução afiguram-se como variáveis interessantes pelo que permitem detectar subtis diferenças nos padrões de distribuição das respostas. Os mais jovens são os que mais penalizados se sentem pela *falta de espaços verdes e de lazer*: a maioria (53,2%) dos inquiridos com idades compreendidas entre os 18 e os 34 anos considera ter *algumas* (38,2%) ou *muitas* (15%) razões de queixa quanto a este problema. Em contraste, nos escalões de idade igual ou superior a 45 anos, a maioria dos indivíduos afirma não ter *nenhuma razão de queixa* quanto a este problema<sup>24</sup>.

Outro dado interessante a ressaltar diz respeito à apreciação mais crítica por parte dos mais instruídos. Dado não ser verosímil que estes residam em habitats mais desqualificados ambiental e urbanisticamente, este pendor mais crítico poderá ser explicado por níveis mais elevados de exigências quanto à qualidade do habitat. Por exemplo, no que respeita ao excesso de concentração/densidade urbanística e à ausência ou deficiente cuidado dos espaços exteriores, são os indivíduos com o ensino Superior os que mais prejudicados se

<sup>23</sup> Nesta região, concentrando-se percentagens menos expressivas de (*algumas* ou *muitas*) queixas no que respeita à insegurança, criminalidade e vandalismo, ao barulho, à má qualidade do ar que respira, ao excesso de concentração ou densidade urbanística. Em contraste, o problema da má qualidade da água que bebe congrega no Alentejo 34,2% de *algumas* ou *muitas* queixas.

<sup>24</sup> Entre os indivíduos com 55 anos ou mais, a maioria (62,7%) considera não ter qualquer razão de queixa quanto à *falta de espaços verdes e de lazer*.

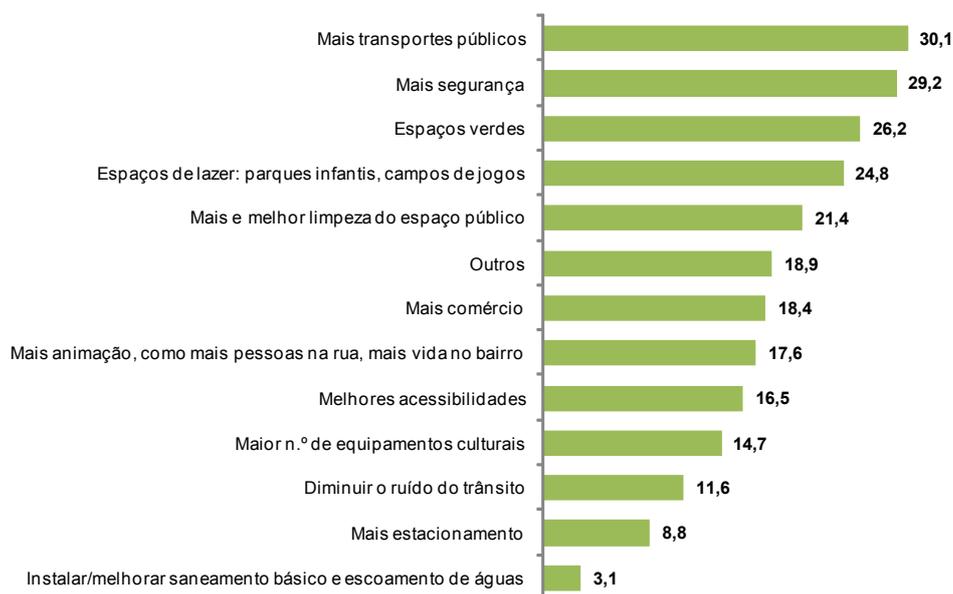
sentem (34,8% e 60% dizem ter algumas ou muitas razões de queixa respectivamente), resultado que contrasta com os inquiridos com o ensino Básico entre os quais 80,8% não tem nenhuma razão de queixa quanto ao primeiro problema e apenas 37,8% refere algumas ou muitas razões de queixa em relação em relação ao segundo.

### **Expressões de necessidades – reivindicações**

Expostas as queixas, impunha-se ouvir as reivindicações quanto à área de residência.

Em resposta ao convite para identificar os três aspectos que mais poderiam melhorar a qualidade da área de residência, a maioria das respostas recai sob aspectos relacionados com as acessibilidades e segurança: a conveniência de *mais transportes públicos* (30%) e *mais segurança* (29%) perpassam como principais reivindicações expressas pelos indivíduos. A reivindicação de espaços verdes (26%)<sup>25</sup>, de espaços de lazer (24,8%) e o arranjo e limpeza do espaço público (21,4%) alcançam, no total das respostas, um peso considerável.

**Gráfico 36. Coisas que poderiam melhorar a qualidade da zona onde mora (%)**



<sup>25</sup> Um aspecto que preocupa mais os indivíduos com o nível Superior de educação formal, sendo que também se encontram, por relação aos detêm o ensino Básico, significativamente mais preocupados com o défice de equipamentos culturais.

### **Acessibilidades: clara desigualdade regional**

O destaque conferido ao problema das acessibilidades, no conjunto de reivindicações sobre o que poderia melhorar a qualidade da área de residência, justifica o maior aprofundamento deste tema. Assim, note-se que – embora no total da amostra a maioria dos respondentes (56,4%) considere que a zona onde vive está bem servida de transportes públicos – a distribuição das respostas é diferente, consoante as regiões consideradas. Divergindo do padrão observado nas outras regiões, a maioria dos residentes no Alentejo (55,6%) e no Centro (52,6%), considera que a área onde reside está mal servida de transportes públicos<sup>26</sup>.

Ainda assim, a maioria dos respondentes considera ter um fácil acesso a um conjunto de equipamentos considerados importantes na vida quotidiana: equipamentos desportivos, hospital, local de trabalho, auto-estrada (ou estrada principal), escolas e creches, ecoponto, centro de saúde, multibanco ou banco, e supermercado<sup>27</sup>.

A tabela abaixo apresentada revela o aspecto da distribuição das repostas para o total da amostra, para cada um dos equipamentos em apreciação. Olhando ao desenho da distribuição, dir-se-ia que a maior dificuldade de deslocação se observa relativamente aos equipamentos desportivos (referenciada por 27,5% dos inquiridos), ao hospital (para 22,4 dos respondentes) e ao local de trabalho (20,8%).

**Quadro 13. Facilidade ou dificuldade de acesso a equipamentos (%)**

Equipamentos	Tem fácil acesso a... (% no total da amostra)	
	Sim	Não
Equipamentos desportivos	72,5	27,5
Hospital	77,6	22,4
Local de Trabalho	79,2	20,8
Auto-estrada, estrada principal	85,5	14,5
Escolas/creches	87,3	12,7
Ecoponto	87,7	12,3
Centro de Saúde	89,4	10,6
Multibanco/banco	90,5	9,5
Supermercado	94	6

Em cada uma das regiões consideradas, a maioria dos respondentes considera ter facilidade de acesso a equipamentos em apreciação. Contraste regional interessante a reter será, ainda assim, a *distância qualitativa* do Alentejo que concentra as mais elevadas expressões percentuais negativas no que concerne ao acesso a centros de saúde, banco/multibanco, auto-

<sup>26</sup> A conveniência de mais transportes públicos e a melhoria das acessibilidades é, ainda, significativamente mais expressiva na região Norte do que em LVT.

<sup>27</sup> Tendência observada quer na totalidade da amostra, quer na sua observação mediada pelas variáveis: sexo, idade (3 e 6 escalões), nível de instrução e grupos sócio-profissionais.

estrada/estradas principais, escolas e creches e equipamentos desportivos. O quadro seguinte permite destacar algumas diferenças regionais:

**Escolas/creches:** O Alentejo concentra maior percentagem de indivíduos com dificuldade de acesso a escolas/creches (25%). Uma percentagem contrastante com as registadas em regiões como Centro (onde onde a facilidade de acesso é percentualmente mais expressiva, sendo referida por 93,3% dos residentes nesta região).

**Auto-estrada, estrada principal:** LVT concentra maior percentagem de indivíduos que afirmam ter facilidade de acesso a auto-estradas e estradas principais (94,6% dos respondentes, nesta região) - seguindo-se o Algarve (86,5%). Registe-se, contudo, que em contraste com as percentagens elevadas de satisfeitos nas restantes regiões do país - em que as percentagens de quem tem facilidade de acesso se situam acima dos 80% - no Alentejo, apenas 51,8% dos inquiridos afirma ter facilidade de acesso. Comparando com o resto de Portugal Continental, trata-se de uma maioria com menor expressão percentual.

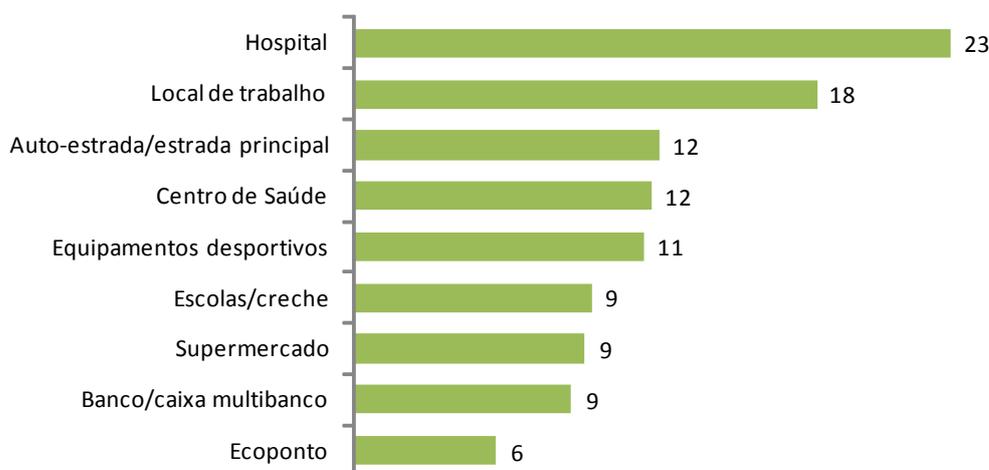
**Banco/caixa multibanco:** Equipamento de acesso tendencialmente fácil, em todas as regiões. Mais uma vez, a percentagem mais alta de indivíduos com dificuldade de acesso é mais expressiva no Alentejo (75,4% dos respondentes – *contra*, por exemplo, 5,2%, em LVT, ou 6,5% no Centro).

**Equipamentos desportivos:** No que respeita aos Equipamentos desportivos, e olhando à distribuição em cada uma das regiões, a expressão percentual negativa mais elevada encontra-se no Alentejo (38,6%). A menos negativa é registada na região Centro (13,8% afirmam ter dificuldade de acesso a equipamentos desportivos).

### **Tempos da mobilidade**

Em termos médios totais, os equipamentos aos quais o acesso se concretiza num tempo maior de deslocação são: o *hospital* (23,4 minutos), o *local de trabalho* (18,2 minutos); *auto-estrada/estrada principal* (12 minutos).

**Gráfico 37. Tempo de deslocação a equipamentos (minutos)**



O Algarve é a região em que a dificuldade de acesso ao hospital alcança maior expressão percentual: 34,1% dos inquiridos aqui residentes afirma ter dificuldade de acesso a este equipamento, *contra* as expressivas maiorias que, em LVT (86,6%) e Norte (76,8%), negam tal dificuldade.

Aliás, no Norte, demora-se significativamente menos tempo a chegar ao hospital do que no Centro e no Alentejo. No Norte, demora-se em média 21,84 minutos, no Centro demora-se 27,55 minutos e no Alentejo, esse tempo é, em média, de 35,70 minutos<sup>28</sup>.

Os equipamentos associados à prestação de cuidados de saúde parecem revelar particulares contrastes regionais, e a dificuldade em aceder a centros de saúde alcança maior expressão percentual no Alentejo (para 27% dos residentes nesta região, *contra* por exemplo, 6,5% em LVT, ou 12,5% no Norte). Aliás, se tivermos em conta a duração média das deslocações a este equipamento, observa-se que esta é superior no Alentejo (18,3 minutos), nomeadamente quando contrastado com os tempos que se demora a chegar ao centro de saúde no Algarve (8,55 minutos), Centro (9,42 minutos), LVT (10,68) ou mesmo no Norte (12,7)<sup>29</sup>.

---

<sup>28</sup> No Centro, demora-se significativamente mais tempo a chegar ao hospital do que na região Norte (27,55 minutos no Centro, 21,84 minutos no Norte). O contraste entre o tempo médio de deslocação ao hospital é ainda mais contrastante entre o Alentejo e o Norte. Enquanto que no Norte se demora, em média, 21,84 minutos a chegar ao hospital, no Alentejo esse tempo é, em média, de 35,70 minutos.

<sup>29</sup> A diferença entre Alentejo e restante território continental no que reporta ao tempo médio de deslocação ao centro de saúde é significativa relativamente a todas as regiões, à excepção do Norte (ou seja, entre Alentejo e Norte não é significativa a diferença dos tempos de deslocação ao centro de saúde.)

## 4. SAÚDE FÍSICA E MENTAL

### **Sub-temas e sua leitura**

Doença e Incapacidade  
Recurso a serviços de saúde público e privado  
Saúde preventiva

Pretende-se analisar os novos riscos e novos tipos de doença (distúrbios psíquicos; stress; doenças da abundância), aferir indícios associados a estratégias de uma saúde preventiva e observar a esfera de serviços – públicos ou privados – privilegiados. As percepções dos indivíduos relativamente ao seu estado de saúde e o acesso a serviços de cuidados de saúde poderão, de igual forma, revelar alterações nos padrões de necessidades referentes à saúde física

A relação entre saúde, bem-estar e pobreza tem sido frequentemente investigada mostrando como também é desigual a distribuição da doença e do bem-estar físico e emocional. Por outro lado, as situações de saúde condicionam claramente as necessidades individuais, familiares e sociais e estão na base de um número acentuado de políticas sociais e de sistemas de protecção.

A inquirição mostra que quase  $\frac{1}{4}$  dos inquiridos refere sofrer de problemas de saúde de alguma forma limitadores das actividades quotidianas, estando estes, em larga medida, associados ao envelhecimento crescente da população. Como seria de esperar, é nos mais velhos que incidem os problemas de saúde, sendo as dificuldades motoras as mais salientadas. No entanto, os portugueses expressam relativo bem-estar mental, sentindo-se frequentemente positivos embora com pouca vontade de arriscar.

### **4.1 Doença, incapacidade ou problema de saúde físico ou mental**

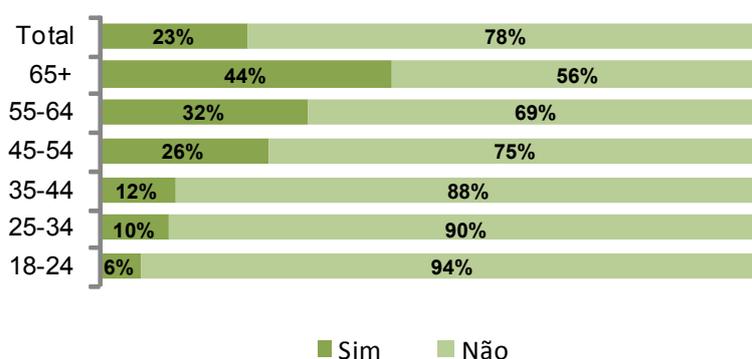
Se a grande maioria da população inquirida (77,5%) não reconhece ser afectado nas suas actividades diárias por algum tipo de doença, incapacidade ou problema de saúde físico ou psíquico, não deixa de ser relevante o facto de 22,5% o admitir, equivalendo a quase  $\frac{1}{4}$  da população de Portugal Continental.

**Gráfico 38. Doença, incapacidade ou problema de saúde físico ou psíquico (%)**



A idade é, como seria de esperar, um poderoso factor diferenciador quer da incidência de incapacidade ou limitação, quer do grau ou tipo. Assim, apenas 6% dos inquiridos entre os 18 e 24 anos reconhecem a existência de alguma doença ou incapacidade, enquanto essa percentagem se eleva para 12% no escalão entre 35 e 44 anos e para 44% nos indivíduos com 65 anos e mais.

**Gráfico 39. Incidência da percepção de doença, incapacidade ou problema de saúde físico ou psíquico por escalão etário de Ego (%)**



Quase 30% admite que a doença é limitadora das actividades quotidianas sendo, de novo, a idade o factor diferenciador do grau de limitação, acompanhado a sua gravidade, como é visível no gráfico 40.

Gráfico 40. Grau de limitação física ou psíquica percebida por Ego (%)

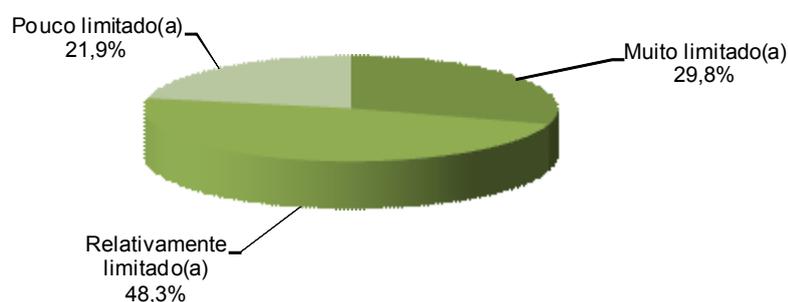
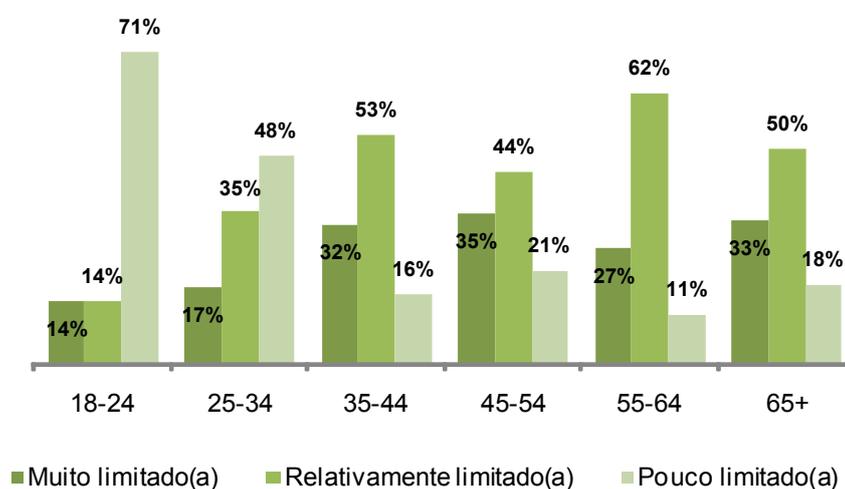


Gráfico 41. Grau de limitação física ou psíquica, por escalão etário de Ego (%)



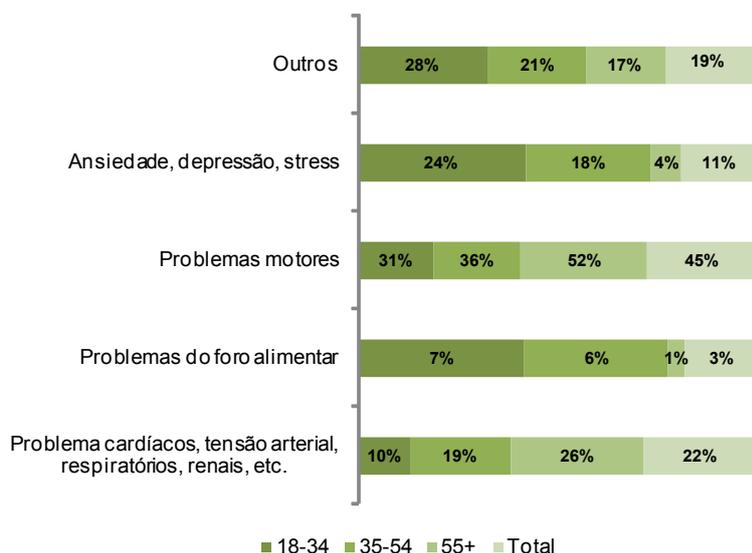
Os problemas motores, tais como dificuldades de locomoção, são responsáveis por 44,8% do total das limitações vividas pelos inquiridos, seguindo-se os problemas cardíacos, tensão arterial, respiratórios, renais, etc. (22%). Dois factores podendo ser considerados como particularmente associados aos contextos actuais de vida como ansiedade, depressão, stress e problemas do foro alimentar (obesidade, bulimia, anorexia) acolhem respectivamente 10,8% e 3% do total de factores admitidos como causa de limitação<sup>30</sup>.

Os problemas motores e cardíacos, respiratórios e renais surgem com maior frequência nos grupos etários mais elevados (55 ou mais anos). Contudo, não deixa de ser curioso o facto de quer os problemas de ansiedade, depressão, stress, quer os problemas do foro alimentar atingirem relativamente mais os escalões etários mais jovens e, particularmente, o mais novo (18-34 anos) onde 24,1% dos problemas identificados como causa de incapacidade ou

<sup>30</sup> Segundo dados do INE, as doenças crónicas mais frequentes são: tensão arterial alta (20%), dor crónica (16,30%), doença reumática (16,30%). A depressão assume uma percentagem de 8,30%. Fonte: INE/ INSA (2008).

limitação correspondem a problemas de ansiedade, depressão, stress e 6,9% a problemas do foro alimentar, o que não tem expressão equivalente e qualquer dos outros grupos etários.

**Gráfico 42. Factores de limitação nas actividades diárias**



#### 4.2. Bem-estar emocional mas pouca vontade de arriscar

A predominância de sentimentos positivos são indicadores de bem-estar, indicadores de saúde física e psíquica dos indivíduos. Independentemente dos valores mais elevados recaírem geralmente no ponto médio da escala (às vezes), os inquiridos demonstram uma tendência para a expressão de sentimentos e disposições predominantemente positivas<sup>31</sup> – ou seja, as percentagens incidentes nas categorias *frequentemente/muito frequentemente* são quase sempre superiores nos aspectos positivos, relativamente aos negativos<sup>32</sup>. De facto, 43,8% sente-se frequentemente/muito frequentemente *contente/satisfeito*, 31,1% *optimista*, 32,4% *enérgico* enquanto apenas 16,2% se sente, com a mesma frequência, *irritado, zangado*, 10% *deprimido* e sentindo-se, 6,6%, *como se não fizessem parte da sociedade*.

Os indicadores que apresentam um comportamento diferente do referido dizem respeito à *vontade de arriscar* - apenas 22,1% reconhece ser frequente ou muito frequente sentir esta disposição – e sentir-se *ansioso, nervoso, preocupado* cujo valor ascende, para a mesma frequência, a 32,3%.

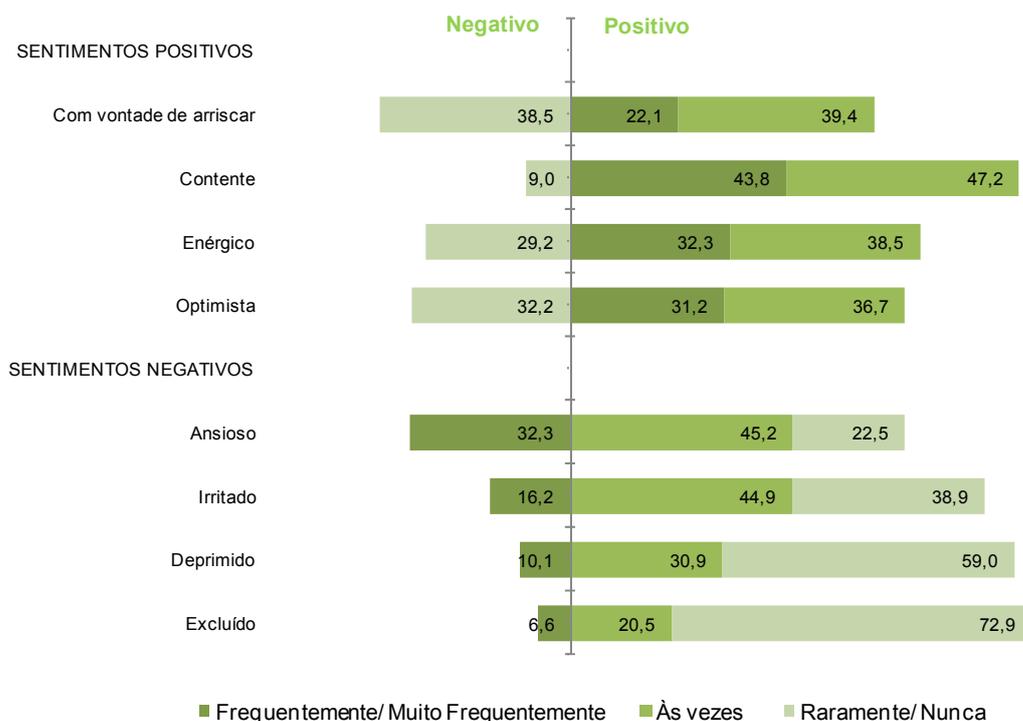
Naturalmente, os sentimentos mais extremados, quer positivos quer negativos, acentuam o peso das respostas incidentes na categoria *nunca* ou *raramente*. Sentir-se com *vontade de*

<sup>31</sup> Positivos: vontade de arriscar; contente, satisfeito; optimista em relação ao futuro; enérgico, livre de doenças e neuroses.

<sup>32</sup> Negativos: ansioso, preocupado, nervoso; irritado, zangado; deprimido, com sentimentos negativos sobre si, desesperado, perdido; sentimento de não fazer parte da sociedade.

*arriscar, aproveitar oportunidades* é referido por 38,4% como um sentimento raramente ou nunca experimentado (22,1% referem ser frequente ou muito frequente), ao mesmo tempo que 72,9% afirmam raramente ou nunca terem a sensação de *não fazerem parte da sociedade* (apenas 6,6% o admitem frequente ou muito frequentemente).

**Gráfico 43. Sentimentos predominantes**



### ***Tipos de sentimentos e factores sociais explicativos***

Com o objectivo de explorar alguns factores importantes para explicar o tipo de sentimentos sentidos pelos portugueses, criou-se um índice de Sentimentos Positivos<sup>33</sup> e um índice de Sentimentos Negativos<sup>34</sup>, posteriormente cruzados com o sexo, a idade, o grau de instrução, a condição perante o trabalho, o índice de privação, o facto de possuir algum tipo de limitação física ou psíquica, o grau de confiança interpessoal, e os tipos de precarização pelo tempo<sup>35</sup>.

Esta análise<sup>36</sup> revelou que apenas a idade, no caso dos Sentimentos Negativos, e o tipo de precarização pelo tempo, no caso dos Sentimentos Positivos, não revelaram relação

<sup>33</sup> Média do Índice de Sentimentos positiva é 3, relativamente às respostas positivas às categorias valores de risco, optimismo e satisfação com a vida.

<sup>34</sup> Média do Índice de Sentimentos Negativos é 2,5, considerando as respostas às categorias irritação ou zanga, ansiedade, sentimentos depressivos e de isolamento social.

<sup>35</sup> Algumas destas variáveis como a confiança interpessoal e a precarização pelo tempo são analisadas mais à frente nos respectivos capítulos.

<sup>36</sup> Os resultados desta análise revelam que este conjunto de variáveis é mais importante para explicar a variação dos sentimentos positivos do que dos sentimentos negativos: no primeiro caso, 22%, no segundo 14%.

estatisticamente significativa com as respectivas variáveis dependentes em estudo. No caso dos sentimentos negativos, a variável com mais impacto é o índice de privação. Tal como esperado, quanto maior é a privação dos indivíduos, mais estes tenderão a desenvolver sentimentos negativos, como irritação, zanga, ansiedade, depressão ou isolamento.

São também os indivíduos que possuem algum tipo de limitação física ou psíquica que mais tendem para este tipo de sentimentos, assim como os que mais sentem que dedicam pouco tempo na sua vida diária aos outros, a si mesmos e a outro tipo de actividades (ou seja, os mais *precarizados* pelo tempo).

É interessante verificar que a média dos sentimentos negativos é maior entre as mulheres do que entre os homens, o que não surpreende se tivermos em conta as distintas questões, ao longo do questionário, em que as polarizações introduzidas pela variável sexo, tendem a desfavorecer, em termos relativos, as mulheres.

Sublinhe-se ainda que a média dos sentimentos negativos é mais baixa entre os indivíduos activos do que entre aqueles que não exercem profissão, assim como entre aqueles que manifestam níveis mais altos de confiança interpessoal. Por outras palavras, à medida que aumenta o sentimento de que se pode confiar na maioria das pessoas, diminui a média de sentimentos negativos.

Quando analisamos os Sentimentos Positivos (como a vontade de arriscar, o optimismo, a satisfação ou a energia), a variável explicativa com mais impacto é a idade do inquirido, sendo que à medida que aumenta a idade diminui a média deste tipo de sentimentos. Ou seja, é entre os mais jovens que encontramos maior expressão de sentimentos positivos.

A segunda variável mais importante para explicar os sentimentos positivos é o índice de privação: à medida que aumenta a privação, diminui a média de sentimentos positivos declarados pelos inquiridos. Segue-se, com um impacto mais moderado, o facto de o inquirido possuir algum tipo de limitação física ou psíquica: a média de sentimentos negativos é maior entre os que possuem este tipo de limitação do que entre os que a não possuem.

O grau de instrução alcança um peso moderado no modelo explicativo dos sentimentos mais frequentes. A ocorrência média de sentimentos positivos é mais alta entre os que frequentam o ensino superior, possuem uma licenciatura ou ainda uma formação pós-graduada, sempre em relação aos indivíduos que têm apenas o 1º ciclo do ensino básico.

**Quadro 14. Factores explicativos do tipo de sentimento predominante entre os inquiridos: análises de regressão linear múltipla**

<i>Variáveis independentes</i>	<i>Índice de Sentimentos Negativos</i>		<i>Índice de Sentimentos Positivos</i>	
	<i>Coefficientes Beta</i>	<i>p</i>	<i>Coefficientes Beta</i>	<i>p</i>
Sexo (feminino)	,129	,000	-,018	,527
Idade	-	-	-,329	,000
2º ciclo ensino básico <sup>37</sup>	,072	,027	-,023	,487
3º ciclo ensino básico	,061	,076	,006	,866
Secundário	,063	,051	,026	,454
Freq Ensino superior	-,007	,809	,089	,003
Licenciatura	-,011	,732	,077	,016
PG, Mestrado e Doutoramento	-,017	,575	,067	,019
Activos (sim)	-,102	,002	-,002	,945
Índice de privação	,192	,000	-,137	,000
Limitações físicas ou psíquicas (sim)	,146	,000	-,094	,002
Precarizado pelo tempo (sim) <sup>38</sup>	,124	,000	-	-
Confiança interpessoal	-,078	,008	,029	0,306
	R <sup>2</sup> Aj=0,14		R <sup>2</sup> Aj=0,22	
	F <sub>(12,1024)</sub> =15,456		F <sub>(12,1017)</sub> =25,257	
	p<0,001		p<0,001	

<sup>37</sup> Categoria de referência: 1º ciclo do ensino básico.

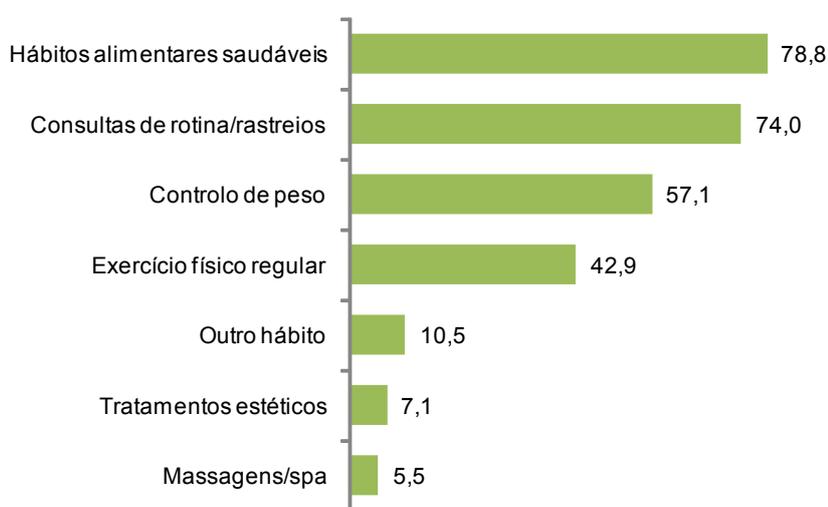
<sup>38</sup> Para a construção desta variável dicotómica, a variável "Relação com o tempo: clusters" foi dicotomizada: Cluster 1=1 (pouco tempo); Clusters 2 e 3=0 (suficiente e demasiado tempo).

### 4.3 Saúde Preventiva

As práticas mais utilizadas para melhorar e preservar a saúde física e mental entre os respondentes é a adopção de hábitos alimentares considerados saudáveis (78,8% dos inquiridos), à qual se segue a realização de consultas de rotina e os rastreios (para 74% dos mesmos).

O recurso a massagens/spa ou a tratamentos estéticos no intuito de preservar a saúde física e mental conquistam uma menor merecem adesão por parte dos inquiridos.

**Gráfico 44. Actividades realizadas com a intenção de preservar/ melhorar o seu bem-estar físico e saúde**

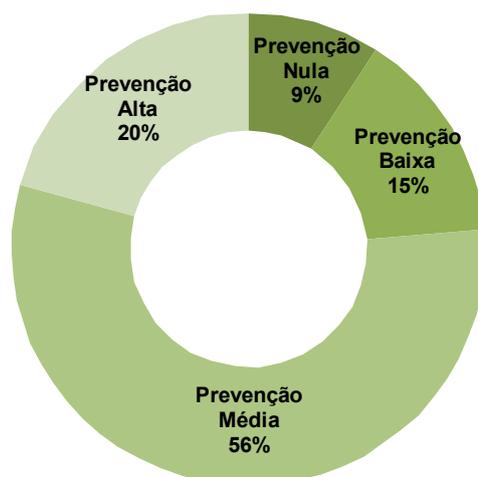


Tendo presente as quatro actividades mais praticadas pelos inquiridos, a construção de um Índice de Saúde Preventiva (ISP) permite-nos situar os seus níveis de práticas, mediante a seguinte distribuição:

- Prevenção Nula – nenhuma actividade;
- Prevenção Baixa – realização de uma actividade;
- Prevenção Média – Média baixa: realização de duas actividades; média alta três actividades;
- Prevenção Alta – realização de quatro actividades.

Esta observação permite-nos concluir que a maioria dos inquiridos revela um ISP Médio (56%), oscilando entre a realização de 2 a 3 actividades (Médio Baixo 23,5% e Médio Alto 32,3%).

Gráfico 45. Índice de Saúde Preventiva (%)



#### 4.4 Satisfação razoável com o seu estado de saúde

A satisfação média com o estado de saúde, numa escala de 0 a 10, é de 7 o que manifesta uma razoável apreciação mas, como seria de esperar, há maior variação quando analisada pelo sexo, idade, rendimento e região. São as mulheres, os mais velhos e os mais pobres que maiores queixas apresentam: as pessoas com 55 ou mais anos e os inquiridos com um rendimento mensal por agregado até 500€ revelam níveis de satisfação com o seu estado de saúde menos elevados. Também é nas regiões Centro e Alentejo onde são visíveis níveis menos elevados de satisfação.

Quadro 15. Variação na satisfação média com estado de saúde, segundo o Sexo, Idade, Rendimento e Região de residência de Ego

Satisfação com	Média	Sexo		Idade			Rendimento		Região				
	Total	Mulheres	Homens	18-34	34-55	≥ 55	Até 500€	3000€ +	Norte	Centro	LVT	Alentejo	Algarve
O seu estado de saúde	7,00	-0,32	0,35	1,28	0,05	-1,31	-1,09	0,35	-0,01	-0,45	0,27	-0,57	0,85

#### 4.5 Recurso a serviços de saúde. A predominância dos serviços públicos

O recurso a serviços de saúde tem sido tomado como um indicador de qualidade de vida se entendermos que pode ter implícito uma atitude preventiva e, assim, preservadora da saúde. Deste ponto de vista, apenas 12,6% dos portugueses não terão recorrido no último ano a nenhum serviço de saúde.

A maioria continua a recorrer a serviços públicos (64%), sendo ainda escassa a percentagem daqueles que apenas utilizou, no último ano, serviços privados (11,4%). A opção segundo a qual os indivíduos usaram, no último ano, ambos os serviços conquista uma representação de 12,1%.

Gráfico 46. Tipo de serviços de saúde utilizado (%)



Se não existe uma associação significativa entre a idade e o recurso a serviços públicos ou privados <sup>39</sup>, encontramos uma relação entre a região de residência e a opção por um qualquer tipo de serviços. O recurso relativamente mais elevado a serviços públicos apresenta-se de forma mais marcada nas regiões do Alentejo e sobretudo do Algarve, não se observando, nas restantes regiões, padrões de distribuição das respostas tão demarcados entre os tipos de serviços prestadores de cuidados de saúde a que os indivíduos recorreram no último ano. (p=.021)

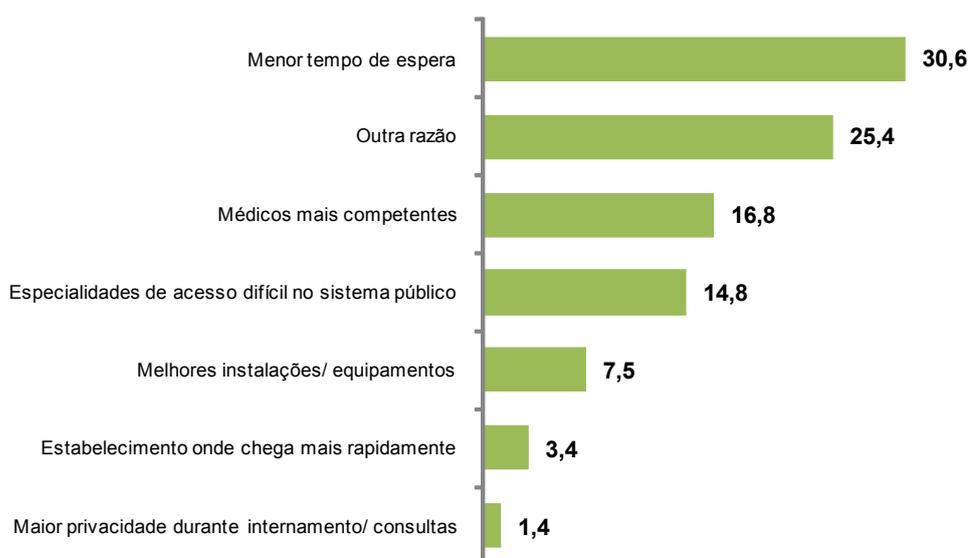
<sup>39</sup> Não existem relações estatisticamente significativas entre a idade e o ter recorrido a serviços públicos, privados ou a ambos.

**Gráfico 47. Recurso a Serviço Nacional de Saúde e Sistemas Privados de Saúde, por Região (%)**



Entre os inquiridos que dizem recorrer a serviços privados de saúde, a principal razão apontada para que tal aconteça, prende-se com o menor tempo de espera que este tipo de serviços proporciona (30,6%). Ainda que a 2ª razão seja outra diferente das modalidades de respostas definidas, 16,8% por cento aponta a maior competência dos médicos e 14,8% a disponibilidade de especialidades de difícil acesso no sistema público.

**Gráfico 48. Motivo principal para recorrer a serviços privados de saúde**



Mais uma vez, as informações recolhidas confirmam a inquirição internacional. O tempo de espera na consulta surge como uma das maiores dificuldades sentidas pela população inquirida no II EQLS (2009), seguindo-se a demora para marcar uma consulta, como se pode observar no quadro abaixo apresentado.

**Quadro 16. Dificuldades no acesso a cuidados de saúde (%)**

	CC3	EU15	EU27
Distância ao consultório/ Hospital/ centro de saúde	36%	24%	25%
Demora para marcar consulta	38%	39%	38%
Tempo de espera no dia consulta	41%	42%	42%
Preço da consulta	34%	26%	28%

Fonte: II EQLS, 2009: 51

## II. Necessidades de Competências e Capacidades

Necessidades associadas a competências e aptidões necessárias para a integração na sociedade e exercício da liberdade.

### **Temas**

Competências formais  
Competências informais  
Activação para a mudança

## 5. COMPETÊNCIAS E EXPECTATIVAS DE APRENDIZAGEM

*Sub.temas e sua Leitura*

*Estrutura de qualificações*

*Apetência por aquisição de competências formais e informais*

*Diversidade de perfis face ao conhecimento*

Âmbito particularmente sensível à existência de perfis geracionalmente díspares, entre o tradicional e o emergente, num contexto de valorização da sociedade e economia do conhecimento, procura averiguar-se as estratégias para uma maior capacitação ao nível das competências formais e informais identificando expectativas e predisposições. Pretende-se explorar a centralidade e a utilidade atribuída a competências formal e informalmente reconhecidas (enquanto instrumentos efectivos ou fragilidades na optimização das oportunidades de vida). Perante um movimento de valorização de formação contínua, visa-se também a análise das percepções de necessidades associadas à aprendizagem ao longo da vida.

A generalização da era do conhecimento e a forma como, do ponto de vista colectivo e individual, se apropriam os novos conhecimentos científicos e tecnológicos, é, sem dúvida, dos maiores desafios com que uma sociedade se confronta. Desta apropriação depende, em larga medida, as melhorias do crescimento económico mas também do bem-estar de uma população.

Crescentemente, as estratégias de educação e de formação ao longo da vida valorizam uma grande diversidade de conhecimentos e de campos de aprendizagem e o reverso da medalha é também o crescimento de inúmeras iliteracias.

A relação dinâmica entre baixas qualificações da população portuguesa, as novas exigências em termos de outros perfis de qualificação e os subseqüentes fenómenos de exclusão relativamente ao mercado de trabalho (ausência/desadequação de qualificações) assumem-se como fenómenos particularmente problemáticos.

Nesta inquirição, uma parte significativa do “segredo” da falta de habilitações da população portuguesa é desvendado. Os inquiridos estão satisfeitos com os seus níveis de literacia e não se dispõem para novos momentos de aprendizagem nem interiorizaram a aprendizagem ao longo da vida como um processo. Mas, e sobretudo, o fosso entre os mais qualificados e os menos qualificados tende a agravar-se pois são os primeiros os que continuam a re-investir na sua própria formação tendo assumida a necessidade de actualização permanente.

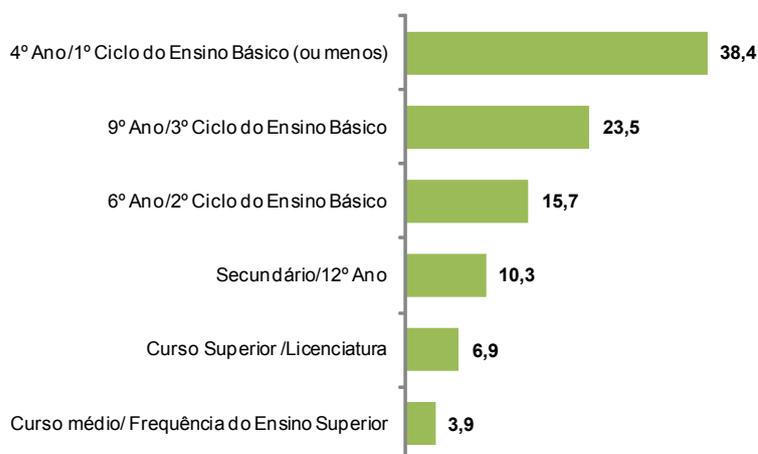
Se ao nível formal, o “silêncio das necessidades” faz apaziguar a energia disponível para novas aprendizagens, o mesmo não acontece ao nível das aprendizagens informais. Os inquiridos gostariam de aprender a exprimir-se melhor e a saber melhor educar os seus filhos.

### 5.1. As escassas habilitações ainda dominam

A dominância das escassas habilitações não deveria já ser surpresa pois é sistematicamente confirmada nas várias investigações. No entanto, é de salientar que cerca de 38% dos inquiridos apenas têm 4 anos de escolaridade. A observação da estrutura de qualificações formais revela a prevalência do ensino Básico<sup>40</sup>, nível atingido por 77,6% dos respondentes. Apenas 6,9% dos indivíduos completaram um nível de ensino Superior (licenciatura ou nível superior).

Será interessante constatar que a maioria das respostas se concentra em níveis de instrução associados, em momentos históricos distintos, a metas oficiais de escolaridade obrigatória: 4º ano/1º ano do ensino Básico ou menos (com 38,4% dos respondentes) e 9º ano/3º ciclo do ensino Básico, com 23,5%.

Gráfico 49. Nível de Instrução de Ego (%)



A idade pesa nas baixas habilitações pois cerca de 70% dos inquiridos com o 1º ciclo do ensino Básico (ou menos), tem 55 ou mais anos: entre os mais velhos (com 55 anos ou mais), a esmagadora maioria dos indivíduos (91,2%) alcançou um nível básico de ensino, assumindo-se como residual, a percentagem de pessoas com um nível de instrução Superior (3,4%).

<sup>40</sup> A consideração de níveis constrói-se, no caso presente, com base nas seguintes agregações: o ensino **Básico** agrega os níveis 4º ano/1º ciclo do ensino básico (ou menos); 6º ano/2º ciclo do ensino; o **Secundário**, em que se inclui o ensino Secundário/12º ano, o curso médio e a frequência do ensino Superior; e o **Superior**, que agrega o curso superior /licenciatura; pós-graduação/ mestrado/ doutoramento.

## 5.2 A conformação relativamente às baixas habilitações e a desigualdade de expectativas

Apesar da apreciação positiva - acima da média – pelo seu nível de habilitações (6,6 numa escala de 1 a10) comparativamente com outras dimensões sobre as quais foram interrogados os inquiridos, há uma grande desigualdade nos vários escalões etários e níveis de habilitação. São os mais novos e os mais qualificados que se manifestam mais satisfeitos, notando-se uma variação negativa face à média de satisfação entre os inquiridos com 55 ou mais anos, com o ensino básico como ainda no escalão de rendimentos mais baixo, nas mulheres e na região do Alentejo, o que manifestará uma conjugação articulada de factores indutores de níveis mais baixos de qualificações.

**Quadro 17. Variação da satisfação com o nível de educação/ formação, por sexo, idade e rendimento**

	Média Total	Sexo		Idade			Rendimento		Região				
		Mulheres	Homens	18-34 anos	34-55 anos	55+ anos	até 500€	+ 3000€	Norte	Centro	LVT	Alentejo	Algarve
O seu nível de educação/formação	6,60	-0,07	0,08	0,19	0,05	-0,25	-0,20	0,64	0,10	0,05	0,01	-0,81	0,19

**Quadro 18. Variação da satisfação com o nível de educação/ formação, por nível de instrução**

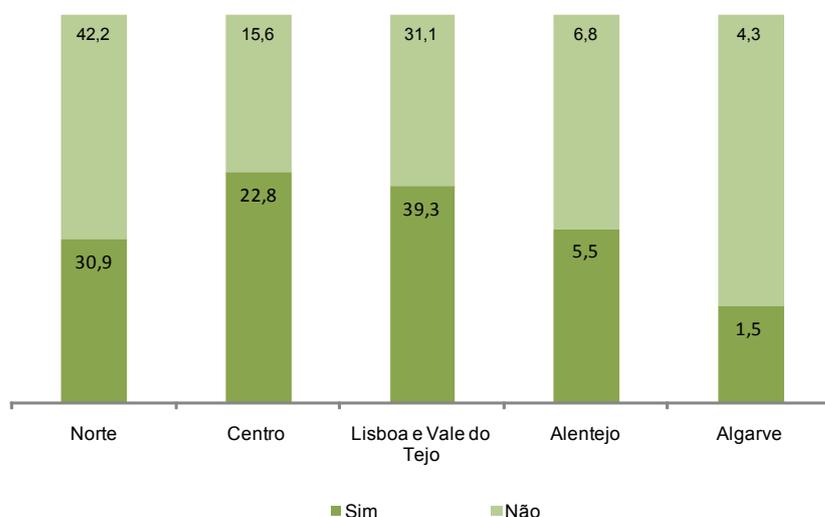
	Média Total	Instrução		
		Básico	Secundário	Superior
O seu nível de educação/formação	6,60	-0,30	0,59	1,67

### **Activação e mudança**

No total da amostra, a maioria dos indivíduos (75,2%) afirma não ter frequentado qualquer curso nos últimos 3 anos, *contra* 24,8% que assume tê-lo feito.

A distribuição das respostas revela que, embora em todas as regiões a maioria dos respondentes não tenha frequentado qualquer curso, foi no Centro que mais indivíduos o fizeram (32,3% – contra 29,5% em LVT; 21,9 % no Alentejo; 19,3% no Norte e 12,2% no Algarve).

**Gráfico 50. Pessoas que frequentaram algum curso nos últimos 3 anos, por Região (%)**



Significativamente, quanto mais elevado o escalão líquido de rendimento mensalmente auferido pelo agregado, tendencialmente, maior percentagem de indivíduos frequentaram algum curso nos últimos 3 anos<sup>41</sup>.

O principal motivo para ter frequentado um curso (para 33,7% dos inquiridos) foi *melhorar a situação profissional*. Segue-se, por ordem decrescente, o desejo de *aquisição de outras competências para assegurar uma perspectiva de futuro* (26,5%), *o curso frequentado estava incluído no seu trabalho* (17,8%) e *por gosto ou prazer* (16,1%).

**Gráfico 51. Motivo que levou à frequência de um curso nos últimos três anos (%)**



<sup>41</sup> Note-se, contudo, o ligeiro *tropeção* da categoria entre 3000€ e 5000€, que não acompanha a tendência crescente (Ver anexo).

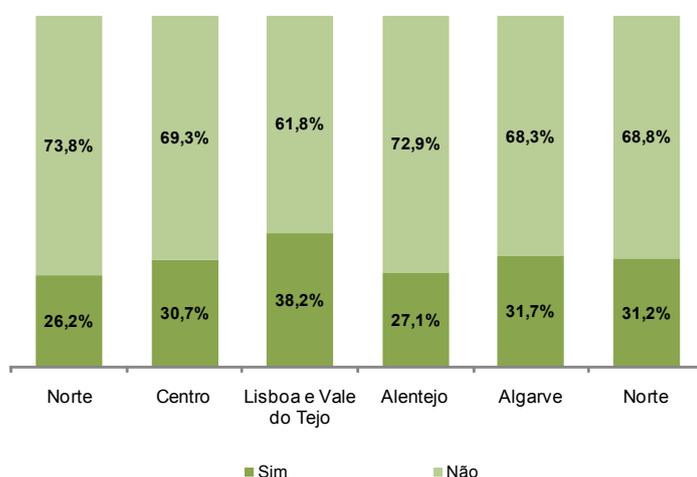
Entre a minoria de homens e mulheres que frequentaram um curso nos últimos 3 anos (23,9% nos primeiros, e 25,7% nas segundas), a principal razão para que tal tivesse acontecido foi significativamente diferente. No caso dos homens, a principal razão foi a *melhoria da situação profissional*, a qual congrega 38,1% das respostas à questão. No caso das mulheres, a razão principal reporta a uma projecção de futuro – *aquisição de outras competências para assegurar uma perspectiva de futuro* (31,1%).

Dado inquietante para ajudar à reflexão sobre a activação dos indivíduos, sublinha-se que, não só a maioria dos indivíduos não frequentou, nos últimos 3 anos, qualquer curso, como apenas uma minoria deseja voltar a estudar. Incapacidades próprias justificam a falta de vontade de retomar esta prática, nomeadamente, o achar já não ter idade para tal (para 51,1% dos indivíduos que não querem voltar a estudar) e a falta de tempo (para cerca de ¼ dos mesmos).

A intenção de voltar a estudar é, em termos totais, e em todas as regiões consideradas, minoritária, congregando, ainda assim, 31,2% dos indivíduos.

Esta intenção é significativamente maior em LVT (em que 38,2% assume essa vontade), seguindo-se o Algarve (31,7%) e o Centro (30,7%). As regiões em que menos indivíduos pretendem voltar a estudar são o Alentejo (onde apenas 27,1% dos inquiridos manifesta essa intenção) e, por fim, o Norte (26,2%).~

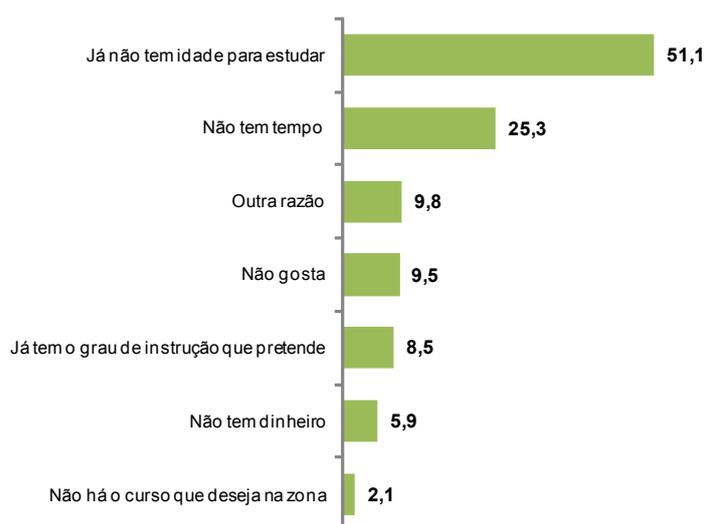
**Gráfico 52. Intenção de voltar a estudar (%)**



Acima dos 35 anos, a maioria dos indivíduos afirma não ter intenção de voltar a estudar. Esta intenção é significativamente maior entre os indivíduos com idades compreendidas entre os 18 e os 34 anos, sendo apenas neste escalão que se verifica uma maioria (58,4%) de respostas positivas – *contra* 28,8% que deseja fazê-lo no escalão entre 35 e 54 anos e 8,5% entre os

inquiridos com idade igual ou superior a 55 anos<sup>42</sup>. A vontade de voltar a estudar alcança particular expressão entre os inquiridos com níveis mais elevados de instrução (55,6% dos respondentes com o Ensino Secundário e 53,8% dos com o Ensino Superior – *contra* apenas 24,5% que deseja fazê-lo, entre os inquiridos com níveis Básicos de instrução).

**Gráfico 53. Motivo pelo qual não tenciona voltar a estudar (%)**



Curioso será verificar que a percepção de *já não ter idade para estudar* parece assumir maior peso percentual entre os inquiridos incluídos em agregados que auferem um rendimento líquido mensal inferior (ou igual) a 500€ – 61% destes últimos considera já não ter idade para estudar – o que representa 43,1% do total de indivíduos que aponta como válida esta justificação. Será interessante notar que o recurso a esta justificação parece ir-se esbatendo à medida que aumenta o rendimento líquido mensal auferido pelo agregado.

Num contexto societal de valorização da aprendizagem ao longo da vida e promoção de um envelhecimento activo, importará também referir que esta é uma percepção que parece ir-se sedimentando conforme aumenta a idade do inquirido.

Eventualmente confirmando o possível esbatimento das condições infraestruturais associadas à oferta formativa, a inexistência do curso desejado na zona de residência é a razão menos invocada pelos inquiridos (2,1%).

<sup>42</sup> Conforme aumenta a idade, verifica-se uma tendência para o decréscimo da intenção de voltar a estudar. Contudo, quando observada a partição da amostra em seis escalões etários, entre os 45 e os 54 anos, 21,8% dos inquiridos manifesta vontade de continuar.

### 5.3 Competências informais mais apetecíveis?

Se ao nível das competências formais se assiste a algum apaziguamento das expectativas, não deixa de ser curioso verificar que, ao nível das competências informais, há um desejo de aprendizagem pois num conjunto de tarefas os respondentes afirmam não se sentir preparados.

#### ***Comunicar em línguas estrangeiras e saber utilizar a internet***

*Comunicar em línguas estrangeiras e utilizar a internet/computador* são duas competências de reconhecida falta de preparação (64,9% e 53,6% dos respondentes diz-se não preparado, respectivamente).

Para ambas as competências se regista o reconhecimento maioritariamente positivo da necessidade de aprender mais: 63,1% sente necessidade de aprender mais sobre como comunicar em línguas estrangeiras e 55,3% afirma a necessidade de aprender a utilizar melhor a internet/computador<sup>43</sup>.

Apresenta-se, em seguida, algumas características das capacidades e necessidades relativas a estas competências:

- O défice de preparação assume-se particularmente penalizador para as mulheres que, significativamente, se sentem menos preparadas para comunicar em línguas estrangeiras (para 68,4% das mulheres) e usar o computador/internet (42,7% das mulheres sentem-se preparadas, *contra* 50,4% dos homens).
- Apesar de a maioria dos indivíduos considerar que precisaria de *aprender mais* sobre como usar o computador/internet, quase metade da amostra (49%) não utiliza, nem considera precisar de utilizar, no dia-a-dia, a internet – contra a minoria (12%) que não usa mas sente que precisaria de o fazer. A percentagem de respondentes que assume usar no dia a dia esta tecnologia alcança 39,1% dos respondentes.
- Apenas em LVT a maioria dos respondentes sente estar preparada para utilizar o computador/internet (58,2%). Em todas as outras regiões, a maioria sente não estar preparada, sendo que tal percentagem é significativamente superior no Algarve: 65% dos inquiridos nesta região não se sente preparado para utilizar computador/internet. O Algarve é também a única região do país em que a maioria dos inquiridos recusa a necessidade de melhorar esta competência – isto, apesar de ser a região em que menos pessoas se sentem preparadas para usar o computador/internet.
- A grande maioria dos inquiridos com o ensino Superior diz sentir-se preparada (82,4%), tal como com o ensino Secundário (64,5%). Ao contrário, entre as pessoas com o ensino Básico, a grande maioria afirma não se sentir preparada (75,7%). A grande

---

<sup>43</sup>Esta distribuição de respostas é observável em ambos os sexos, e (3) escalões etários observados e em todas as regiões de Portugal Continental.

maioria, em todos os três níveis considerados, sente necessidade de aprender mais. Contudo, é no Secundário e Superior que essa expressão é maior, comparativamente com o Básico (84% no Secundário e 79,8% no Superior, *contra* 57,3% no básico).

- A maioria dos respondentes com o ensino Básico (66,5%) diz não se sentir preparada para usar o computador/internet – um resultado contrastante com o verificado para os níveis de instrução Secundário e Superior, em que a grande maioria (85,9% e 94,5%, respectivamente) diz sentir-se preparada para tal.

### ***Acompanhar os filhos na vida escolar é uma tarefa a aprender melhor***

*Acompanhar os filhos na vida escolar* é a terceira tarefa em que a falta de preparação dos indivíduos consegue maior expressão percentual relativa: 28,4% dos inquiridos considera não estar preparado para tal. Contudo, elemento curioso em termos de activação dos sujeitos, mais de metade (60%) sente necessidade de aprender mais sobre como fazê-lo.

Em todas as regiões consideradas, a maioria dos indivíduos considera sentir necessidade de aprender mais sobre como acompanhar os filhos na vida escolar. Contudo, a percentagem de respondentes que afirma sentir necessidade de aprender mais sobre como acompanhar os filhos na vida escolar é significativamente superior no Alentejo (76,5%), seguindo-se o Algarve (71,4%). É no Norte que menos indivíduos assumem a necessidade de aprender mais sobre a prossecução desta *tarefa*: 53% dos inquiridos (em LVT e Centro a percentagem de inquiridos que diz sentir esta necessidade é próxima, na ordem dos 63-64%).

### ***Explicar ideias por escrito é difícil para muitos***

Sentindo-se maioritariamente preparados mas querendo aprender mais, encontra-se a actividade *explicar ideias por escrito*, competência estruturante em termos de literacia (57,2%).

A grande maioria, nos três níveis de instrução, reconhece sentir-se preparada: 72,2% no Básico, 90,4% no Secundário e 95,6% no Superior. No entanto, a expressão da preparação para explicar as ideias por escrito é significativamente mais baixa no Básico do que nos restantes níveis. No que se refere à necessidade de aprender mais, é maioritária em todos os níveis de instrução.

### ***Cozinhar e gerir o dinheiro é algo que já se sabe***

A maioria dos inquiridos afirma-se preparada tanto para cozinhar (70,9%) como para gerir o próprio dinheiro (89,7%)<sup>44</sup>. Inclusivamente, ao contrário dos homens, as mulheres não sentem necessidade de aprender mais nem de uma coisa nem de outra.

---

<sup>44</sup> A maioria dos indivíduos (52,1% dos mesmos) despreza, inclusivamente, a necessidade de aprender mais sobre este último aspecto, gerir o próprio dinheiro.

Uma relutância manifesta-se também no que se refere ao cozinhar: a maioria destes inquiridos (51,9%) diz não ter necessidade de aprender mais sobre esta actividade<sup>45</sup>.

Finalmente, note-se que são sobretudo os homens que confessam a necessidade de aprender mais sobre cozinhar (55,4% dos homens). Entre as mulheres, apenas 48,6% reconhece essa necessidade. São também os homens os menos preparados para executar esta actividade (apenas 63,4% afirma-se preparado, *contra* 94,7% das mulheres).

**Quadro 19. Percepção da preparação e necessidade de aprender mais sobre um conjunto de competências informais**

Tarefas	Sente-se preparado?				Total %	Sente necessidade de aprender mais?				Total %
	Sim		Não			Sim		Não		
	n	%	n	%		n	%	n	%	
Acompanhar os filhos na vida escolar	561	71,6	222	<b>28,4</b>	100	431	<b>60</b>	287	40	100
Cozinhar	866	79,9	218	20,1	100	515	<b>51,8</b>	479	48,2	100
Comunicar em línguas estrangeiras	373	35,1	689	<b>64,9</b>	100	643	<b>63,1</b>	376	36,9	100
Utilizar Internet/computador	496	46,4	573	<b>53,6</b>	100	549	<b>55,3</b>	443	44,7	100
Gerir o seu dinheiro	979	89,7	112	10,3	100	472	47,9	513	52,1	100
Conseguir explicar as suas ideias por escrito	837	76,9	252	23,1	100	560	<b>57,2</b>	419	42,8	100

<sup>45</sup> A necessidade de aprender mais sobre cozinhar faz-se sentir mais expressivamente entre os respondentes com o Secundário e Superior (para, respectivamente, 63,5% e 64,7%).

#### 5.4. Diversidade de perfis face aos conhecimentos

Uma análise multivariada permitiu identificar 5 Grupos distintos face às competências actuais e expectativas face ao futuro: <sup>46</sup>

- A – *Não preparados*: associado a pessoas com idades com 55 ou mais anos; indivíduos com o ensino Básico; Alentejo e um pouco o Algarve; freguesias mais pequenas; pessoas que trabalham em negócios de família e trabalhadores independentes; reformados sem actividade profissional.
- B – *Sentem necessidade de aprender mais*: grupo ao qual surgem particularmente associados os inquiridos cujo regime de contrato de trabalho assume a natureza de falsas prestações de serviços (ou recibos verdes cumprindo horário).
- C – *Preparados para o Básico* – grupo de pessoas que sentem preparadas para gerir dinheiro, cozinhar, acompanhar a vida escolar dos filhos, explicar por escrito as suas ideias. A este grupo surgem particularmente os respondentes desempenhando trabalho doméstico, cuidando de crianças ou outras pessoas (sem ser pago).
- D – *Preparados Extra* – preparados para comunicar em línguas estrangeiras e informática. Este grupo é também definido por vontade de voltar a estudar, por ter frequentado algum curso nos últimos anos e pela utilização da internet. Estão associados inquiridos mais jovens, inquiridos com ensino Secundário e com Superior.
- E – *Não sentem necessidade de aprender* – os reformados que mantêm actividade profissional (grupo E – sem necessidade de aprender).

---

<sup>46</sup> Com o propósito de distinguir proximidades e dissimilaridades nas tendências de procura de competências formais e informais, foi realizada uma ACM, na qual se assumiram, como ponto de partida:

- (p.34) auto-avaliação da preparação para enfrentar um conjunto de situações e da necessidade de aprender mais sobre esses temas;
- (p.35) frequência recente de algum curso;
- (p.37) intenção de voltar a estudar;
- (p.39) possibilidade de emigração;
- (p.26) utilização da internet.

Como variáveis suplementares foram projectadas o sexo, a idade (três escalões), a instrução (três escalões), o rendimento, a região, a dimensão da freguesia, a condição perante o trabalho e o regime de contrato de trabalho.

### III. NECESSIDADES SOCIO-AFECTIVAS

Necessidades de relacionamento e de constituição de identidades pessoais e sociais (tipo de relações de amizade, de trabalho e parentesco, níveis de participação na comunidade local, a importância da família, os sentimentos de pertença).

**Temas**

Família e Redes de Suporte  
Confiança  
Participação Cívica  
Incerteza do futuro

## 6. FAMÍLIA E REDES DE SUPORTE

### **Sub-temas e sua leitura**

Redes de suporte  
Necessidade de apoios ou serviço específicos  
Satisfação com a vida familiar e redes de amizade  
Preocupações com jovens e crianças a cargo  
Confiança  
Participação cívica

No contexto europeu, os processos e transformações que afectam hoje as sociedades fazem reorientar a agenda social e política em torno da “qualidade” das sociedades, o que significa investir no combate à exclusão social e promover a coesão social, aumentar a igualdade de oportunidades, garantir a sustentabilidade e alargar os padrões de qualidade de vida dos cidadãos. Neste sentido, a “qualidade das relações sociais” tem sido usado como um poderoso indicador de capital social e, este, como um analisador da qualidade das sociedades. Apesar das várias perspectivas de entendimento do conceito, é relativamente consensual a ideia de que o capital social diz respeito a duas dimensões societais: i) a intensidade e qualidade das relações sociais e (ii) o nível de participação social.

No debate entre a fragilização de laços, mercê de um processo de individualização, e a fortaleza dos laços fracos na diversificação social e espacial dos laços sociais, a avaliação das redes de suporte afigura-se particularmente importante não apenas na detecção de capacidades e insuficiências de resposta às necessidades dos indivíduos e famílias, como na avaliação da qualidade das relações sociais.

Também neste âmbito, a confiança depositada nas instituições e pessoas e o tipo e grau de participação, sobretudo numa sociedade em aparente défice de participação cívica e operada em moldes tradicionais, apresentam-se como dimensões reveladoras de capital social e, assim, da qualidade de uma sociedade.

A família, nas suas diversidades de estrutura e de sentido, tem-se revelado um das instituições sociais mais presentes nas formas de socialização e no apoio nas adversidades. Nesta inquirição, família e amigos recolhem os maiores níveis de apreciação positiva face à satisfação com a vida. Estes grupos sociais são fortes redes de suporte em situações de resposta a necessidades mas e, curiosamente, é também esta forte ligação á família que está na origem de novas necessidades ligadas ao cuidar bem como dos maiores temores face ao futuro dos descendentes.

### **6.1 Tipos e morfologia de famílias: uma composição moderna**

Apesar da sua diversidade, a morfologia dos grupos familiares é assaz semelhante nas várias regiões e o estado civil acompanha as fases do ciclo de vida. Salienta-se, no entanto, a presença dos novos traços característicos das famílias da modernidade tardia, com 15% da população a viver só e as famílias monoparentais a chegarem aos 10%. A percentagem dos

casais sem filhos e dos casais com filhos menores aproxima-se também, representando, em ambas as situações, mais de ¼ dos inquiridos.

**Quadro 20. Tipo de Família, por Região**

Tipo de Família	Região					Total
	Norte	Centro	LVT	Alentejo	Algarve	
Pessoas sós	13,0%	16,7%	16,9%	14,9%	14,6%	15,1%
Casal sem filhos	24,4%	28,6%	27,9%	27,0%	41,5%	27,1%
Casal com filhos < 18 anos	30,5%	30,2%	24,6%	32,4%	19,5%	28,2%
Casal com filhos > 18 anos	18,2%	14,1%	12,6%	17,6%	4,9%	15,1%
Famílias monoparentais	7,2%	8,9%	14,2%	6,8%	14,6%	10,0%
Outras morfologias	6,7%	1,6%	3,8%	1,4%	4,9%	4,5%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

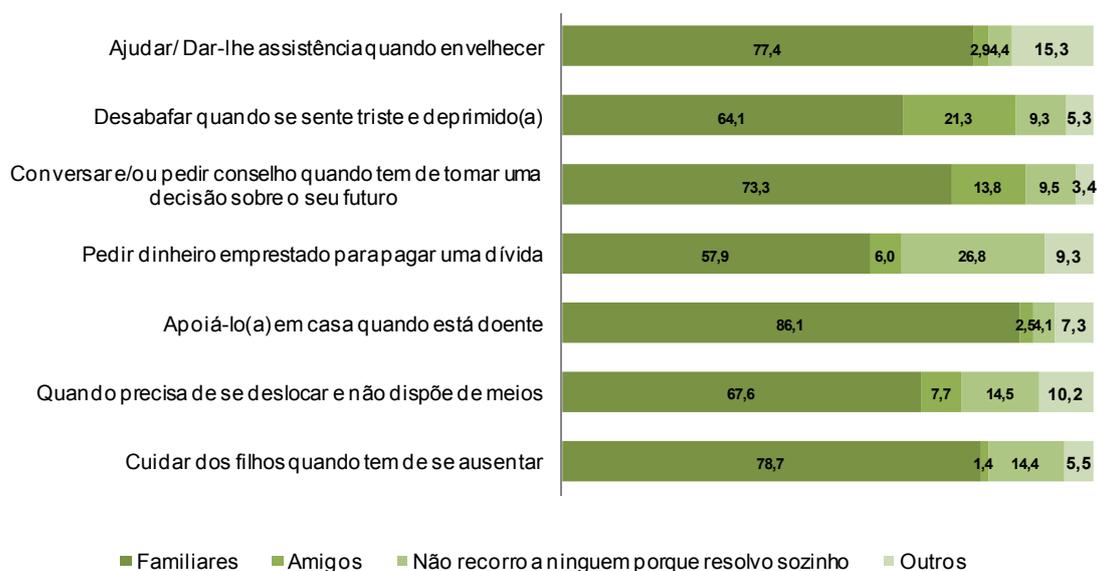
## 6.2 Redes de suporte e responsabilidades familiares: a família como espaço-âncora

Entre a assunção de uma sociedade de risco e a definição tradicional da sociedade portuguesa como uma “sociedade providência”, a família emerge como espaço-âncora, entendida quer como reduto onde se procuram os principais apoios materiais e funcionais quer enquanto dimensão identitária e de pertença fundamental.

As inquirições, em todas as sociedades europeias, mostram o grande peso da família nas interações sociais e nas formas de apoio, comum à diversidade dos grupos sociais. Não será, assim, de estranhar que sejam os familiares a principal fonte de apoio nas mais variadas situações. Para além do apoio relativamente às necessidades de recursos consideradas (apoio financeiro, alojamento, alimentação, cuidados de saúde, etc.), quando questionados relativamente a necessidades de natureza mais afectiva ou emocional, como *desabafar quando se sente triste e deprimido* ou *pedir um conselho quando tem de tomar uma decisão sobre o seu futuro*, os inquiridos recorrem, em primeiro lugar, ao apoio da família, seja o(a) cônjuge/companheiro(a), sejam os pais, os irmãos e outros familiares ou o(a) filho(a). Destaca-se, contudo, neste último tipo de necessidades, a importância dos amigos como fonte secundária de apoio.

A família emerge ainda enquanto capital de segurança e protecção para o futuro. 31,4% dos inquiridos conta com os filhos como suporte de assistência no envelhecimento.

**Gráfico 54. Redes de entajuda em caso de necessidade (%)**



**Quadro 21. A quem primeiro pediria ajuda nas seguintes actividades, por sexo e idade**

	Sexo		Idade		
	H	M	18-34 anos	34-54 anos	≥55 anos
<b>Cuidar dos filhos quando tem de se ausentar</b>	Cônjuge/companheiro (a) 42,1%	Pais 33%	Pais 41,7%	Cônjuge/companheiro (a) 26,2%	Não recorro a ninguém 32,2%
<b>Quando precisa de se deslocar e não dispõe de meios</b>	Irmãos e outros familiares 22,1%	Cônjuge/companheiro (a) 24,4%	Pais 31,2%	Irmãos e outros familiares 23,4%	Filho(a) 36,3%
<b>Apoiá-lo(a) em casa quando está doente</b>	Cônjuge/companheiro (a) 44,9%	Cônjuge/companheiro (a) 31,0%	Pais 41,8%	Cônjuge/companheiro (a) 46,6%	Cônjuge/Companheiro (a) 34,9%
<b>Pedir dinheiro emprestado para pagar uma dívida</b>	Não recorro a ninguém 26,4%	Não recorro a ninguém 27,1%	Pais 54,9%	Não recorro a ninguém 25,6%	Não recorro a ninguém 42,3%
<b>Conversar e/ou pedir conselho quando tem de tomar uma decisão sobre o seu futuro</b>	Cônjuge/companheiro (a) 35,4%	Cônjuge/companheiro (a) 32,8%	Pais 36%	Cônjuge/companheiro (a) 43%	Cônjuge/Companheiro (a) 28,8%
<b>Desabafar quando se sente triste e deprimido(a)</b>	Cônjuge/companheiro (a) 39,7%	Cônjuge/companheiro (a) 28,9%	Cônjuge/companheiro(a) 32,9%	Cônjuge/companheiro (a) 40,7%	Cônjuge/Companheiro (a) 28,3%
<b>Ajudar/ dar-lhe assistência quando envelhecer</b>	Cônjuge/companheiro (a) 30,7%	Filho(a) 36,4%	Filho(a) 28,3%	Filho(a) 28,5%	Filho (a) 37,1%

### **Não ter ninguém a quem recorrer**

São poucos os que afirmam não ter a quem *pedir dinheiro emprestado para pagar uma dívida* (2,5% do total da amostra) ou não ter ninguém para *desabafar quando está triste ou deprimido* (1,4%), sinalizando uma expressão de necessidades de relacionamentos interpessoais e ausência de apoio proveniente das redes de entajuda acima referidas. No primeiro caso, representam, de facto, um grupo atravessado por várias dimensões de exclusão: são os inquiridos mais pobres (a maioria – 60,9% - auferem um rendimento mensal por agregado até 900€), vivendo sós ou em casal sem filhos (53,9%). 1/4 do grupo que não tem ninguém para pedir dinheiro emprestado está desempregado.

Também não ter ninguém para *desabafar quando está triste ou deprimido* parece estar associado um baixo nível de rendimentos – maioria destes inquiridos tem um rendimento mensal por agregado até 500 (66,7%).

**Quadro 22. Não ter ninguém a quem recorrer... por Rendimento líquido mensal do agregado**

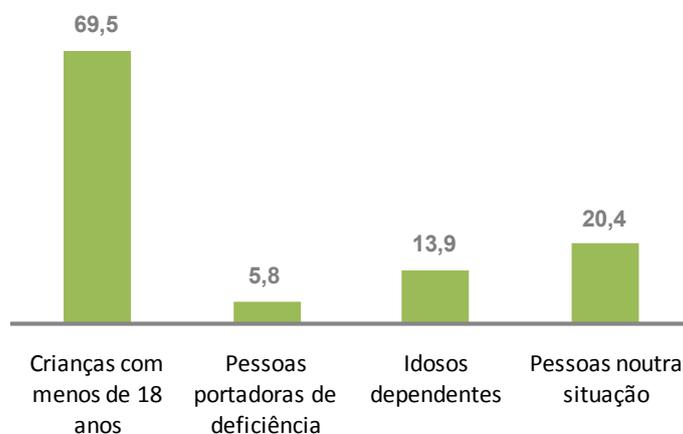
Não ter ninguém a quem recorrer para...	Rendimento líquido mensal do agregado familiar					
	≤ 500€	505€ - 900€	905€ - 1500€	1505€ - 2990€	3000€ - 5000€	>5000€
Pedir dinheiro emprestado para pagar uma dívida	34,8%	26,1%	30,4%	8,7%	0,0%	0,0%
Desabafar quando triste/deprimido	66,7%	0,0%	8,3%	16,7%	8,3%	0,0%

**Quadro 23. Não ter ninguém a quem recorrer... por Tipo de Família e existência de doença/incapacidade física ou psíquica**

Não ter ninguém a quem recorrer para...	Tipo de Família						Doença/Incapacidade		Estar desempregado
	Pessoas sós	Casal sem filhos	Casal com filhos <18 anos	Casal com filhos > 18 anos	Famílias monoparentais	Outras morfologias	Sim	Não	
Pedir dinheiro emprestado para pagar uma dívida	23,1%	30,8%	26,9%	3,8%	11,5%	3,8%	16,0%	84,0%	24,0%
Desabafar quando está triste/deprimido	21,4%	21,4%	14,3%	14,3%	14,3%	14,3%	42,9%	57,1%	0,0%

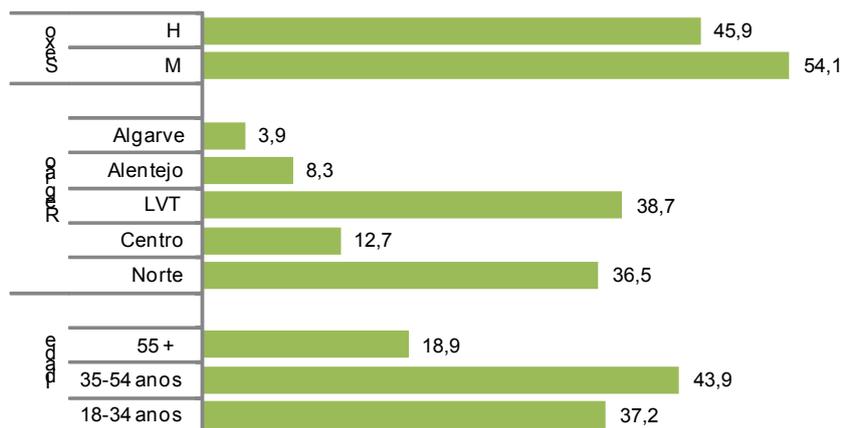
As funções das famílias não se esgotam no seu papel de principais fontes de ajuda e suporte mas, para uma percentagem significativa, envolvem responsabilidades directas com dependentes a cargo: 48,4% do total dos inquiridos revela ter pessoas dependentes a seu cargo, sendo estas, na maioria, crianças com menos de 18 anos (69,5%), seguindo-se pessoas noutras situações (20,4%) e idosos dependentes (13,9%).

**Gráfico 55. Inquiridos que residem com dependentes a cargo (%)**



A presença da família e a estrutura deste modelo “familista” poderão justificar por que razão a maioria dos inquiridos com dependentes a cargo (65,8%) afirma, mesmo no contexto actual de instabilidade e insegurança, não sentir falta de qualquer apoio ou serviço específico para cuidar dos dependentes a seu cargo. Os apoios financeiros e de acompanhamento escolar dos filhos são os mais referidos pelas pessoas que dizem precisar de apoios. Entre estas, destaca-se 43,9%, com idades compreendidas entre os 35 e os 54 anos, sendo que 38,7% reside na região de Lisboa e Vale do Tejo e 36,5% no Norte.

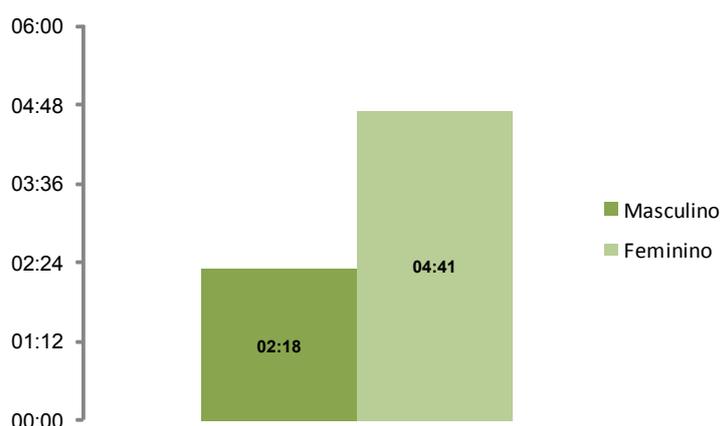
**Gráfico 56. Inquiridos que afirmam precisar de serviços específicos ou apoios para cuidar de dependentes a cargo (%)**



No que pode ser um elemento de reflexão importante para pensar a problemática da conciliação entre trabalho e vida familiar (desenvolvida mais à frente), mas importante também para aferir as responsabilidades familiares e a forma como estão distribuídas entre os géneros, refira-se que o tempo médio diariamente aplicado na realização de tarefas domésticas e/ou a cuidar de dependentes a cargo é, no caso dos homens, 2,18 horas, sendo cerca do dobro no

caso das mulheres (4,41 horas). Esta distribuição do tempo dispendido na realização deste tipo de tarefas confirma uma desigual distribuição de responsabilidades familiares e demonstra uma (ainda) tradicional divisão das tarefas domésticas e responsabilidades familiares entre os géneros.

**Gráfico 57. Tempo médio diário dispendido na realização de tarefas domésticas e/ou cuidar de dependentes a cargo, por sexo (horas/minutos)**



### **6.3 A satisfação com a família e com as redes de amizade**

A família assume-se, no contexto desta inquirição, como o domínio de maior satisfação e de maior contribuição para a qualidade de vida, seguido do das redes de amizade. Trata-se de domínios sobretudo correspondentes a esferas da vida privada, principais suportes de constituição de identidades e sentimentos de pertença, simultaneamente, tendencialmente mais alheios à esfera pública e à instabilidade e imprevisibilidade que afecta outros domínios da vida.

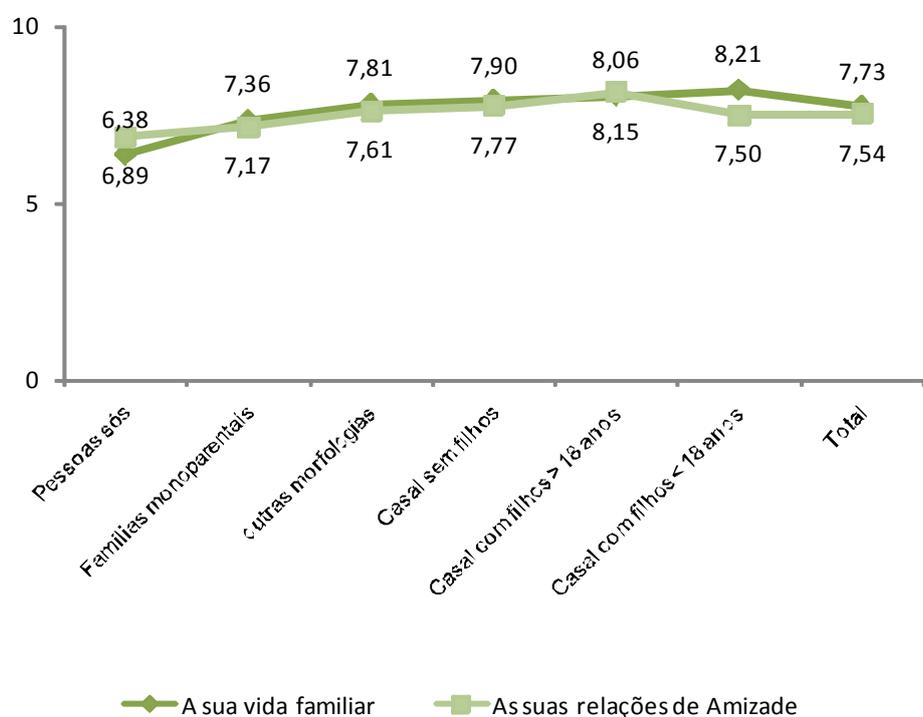
Apesar das diferentes responsabilidades e do desigual tempo dispendido nas várias actividades afectas à família entre os géneros, esta não é uma variável que diferencie o grau de satisfação em relação à vida familiar. Já a idade e o rendimento, embora não traduzam clivagens acentuadas quando associadas ao grau de satisfação em relação à família, parecem ter alguma pertinência na sua explicação. Os desvios negativos em relação à média encontram-se no escalão etário mais elevado e no intervalo de rendimentos mais baixo. Podemos encontrar o mesmo padrão de associação no grau de satisfação com as redes de amizade.

Contudo, a principal variável diferenciadora do grau de satisfação em relação à vida familiar parece associada aos tipos familiares. Como seria de esperar, são as pessoas isoladas e as famílias monoparentais as que demonstram uma menor satisfação com a vida familiar e com as relações de amizade coerentemente com uma menor possibilidade de encontrar nesta esfera o necessário suporte emocional, afectivo e identitário.

**Quadro 24. Variação da satisfação com a vida familiar e relações de amizade, por sexo, idade e rendimento**

	Média total de satisfação	Sexo		Idade			Rendimento	
		H	M	18-34	35-55	+55	Até 500 €	≥ 3000€
Vida familiar	7,72	7,73	7,72	7,85	7,81	7,50	7,39	7,60
Desvio face à média		0,00	-0,00	0,13	0,09	-0,22	-0,33	-0,12
Relações de amizade	7,49	7,45	7,54	7,48	7,61	7,39	7,23	7,31
Desvio face à média		-0,04	0,04	-0,01	0,12	-0,11	-0,26	-0,18

**Gráfico 58. Grau de satisfação com a família e relações de amizade por tipo de família**



#### 6.4 A sociedade de risco: falta de confiança interpessoal e nas instituições, défice de participação informal e incertezas face ao futuro

No contexto da análise desta inquirição, tem-se vindo a chamar a atenção para o conceito de capital social como derivando da qualidade das relações sociais e para a importância desta dimensão não apenas no bem-estar e qualidade de vida individuais mas na qualidade societal, reforçando a estrutura democrática das sociedades e promovendo mesmo a sua prosperidade económica (Fahey *et al.*, 2003). A confiança nos outros e nas instituições tem vindo a ser defendida como um importante ingrediente do capital social a par das redes familiares e comunitárias, influenciando na capacidade de constituição de laços identitários e fomentando a coesão social.

Se a sociedade portuguesa parece encontrar na família o “lado forte” do capital social, evidencia o “lado fraco” na debilidade dos laços sociais constituídos a partir da confiança interpessoal e nas instituições. Esta debilidade vai de par com fracos níveis de participação informal e a assunção de uma sociedade de risco aqui expressa nas incertezas e preocupações com o futuro dos filhos.

A confiança depositada *nos outros*, numa gradação de 1 a 10<sup>47</sup>, alcança um valor médio situado abaixo do ponto médio da escala: 4,52, o que, representando um valor muito idêntico ao obtido em inquirições europeias, coloca Portugal com um dos níveis de confiança interpessoal mais baixos neste contexto (4,3: II EQLS, 2009, posicionando-se em sexto lugar por ordem crescente de confiança entre os 31 países objecto de inquirição).

Gráfico 59. Grau de confiança interpessoal em Portugal e Europa (2007-2008)



\*II EQLS, 2009

<sup>47</sup> Em que 1 = há que ser muito cuidadoso na forma como se lida com as pessoas e 10 = pode-se confiar na maioria das pessoas.

Sendo o grau de confiança potencialmente heterogéneo na diversidade social do contexto português, convém clarificar as variáveis que parecem influir na sua oscilação. Genericamente, os homens confiam mais nos outros do que as mulheres (4,68 e 4,37, respectivamente), estando ainda a confiança associada à idade (os mais jovens, com idades compreendidas entre os 18 e os 34 anos, apresentam um nível médio de confiança nas pessoas de 4,83, sendo este menor para os inquiridos com 35 ou mais – 4,37) e ao nível de instrução: os inquiridos com um nível de instrução Superior são os únicos que revelam um nível médio de confiança nos outros superior ao ponto médio da escala: 5,21, diminuindo este valor à medida que diminui também o nível de instrução: nos respondentes com o ensino Secundário, o nível médio de confiança nos outros é de 4,64 e com o ensino Básico de 4,42.

A confiança nos outros parece aumentar à medida que aumenta o escalão de rendimentos dos agregados familiares, à excepção dos inquiridos cujo rendimento mensal se situa entre os 3000€ e os 5000€.

Também a condição perante o trabalho introduz diferenciações importantes no grau de confiança nos outros, destacando-se a condição de desempregado a manifestar os níveis mais baixos de confiança, o que reforça a tese de fragilização do capital social que habitualmente acompanha esta situação, manifestando-se, por vezes, em graves rupturas nas redes formais e informais estabelecidas.

**Gráfico 60. Grau de confiança interpessoal, por escalão de rendimento mensal por agregado**

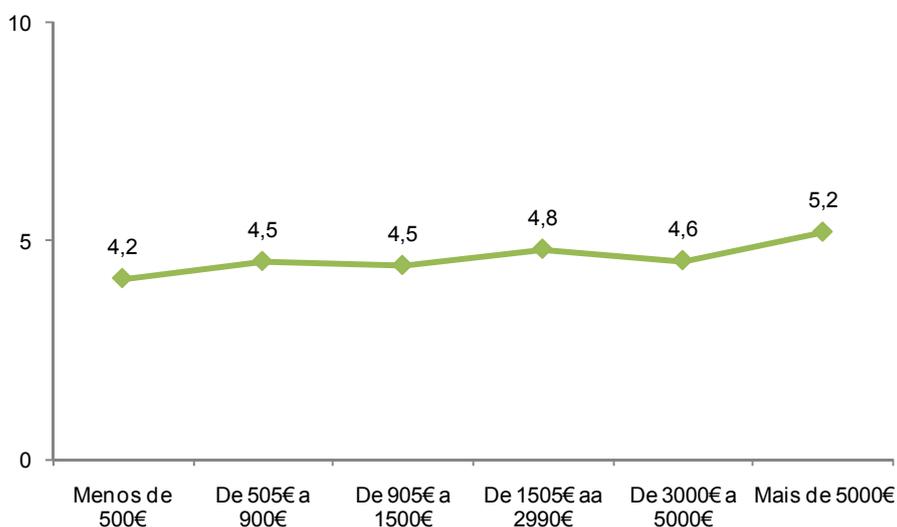
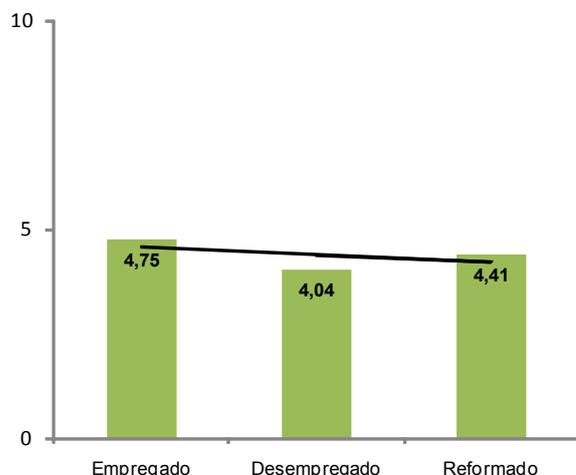


Gráfico 61. Grau de confiança interpessoal, condição perante o trabalho



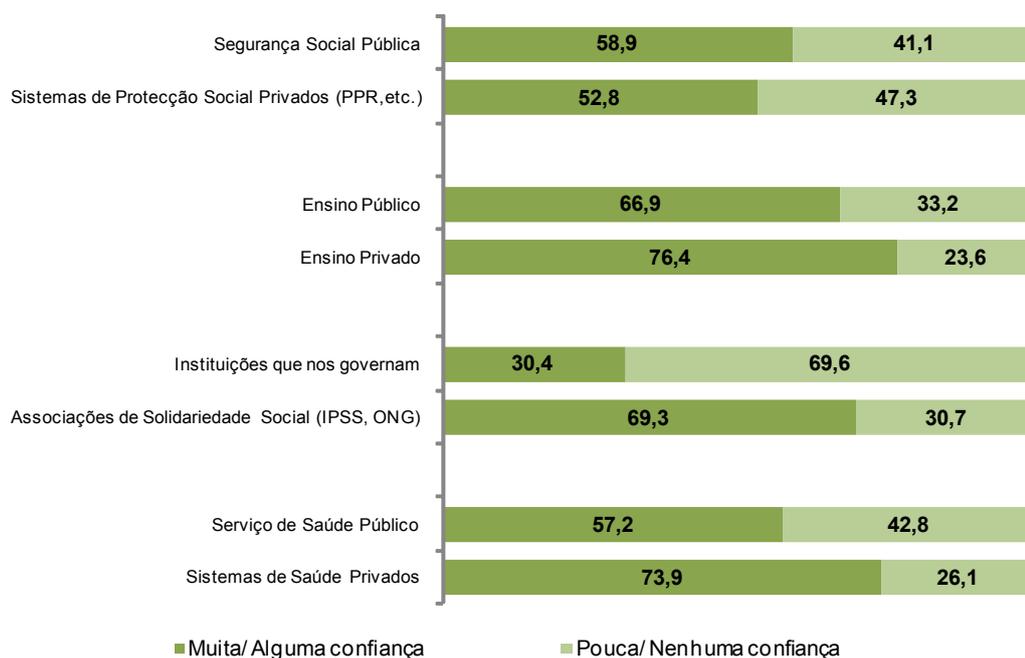
O nível de confiança nos outros tem vindo a ser relacionado com a confiança nas instituições<sup>48</sup>, sendo esta última a expressão não apenas de uma apreciação quanto ao seu funcionamento e eficácia, como resultado de um sentimento geral de confiança na sociedade. Os resultados obtidos nesta inquirição parecem confirmar esta associação, sobretudo quando revelam baixos níveis de confiança em relação a instituições públicas, sobretudo as de âmbito governativo, e uma maior confiança em instituições privadas e do terceiro sector.

De facto, as instituições *que nos governam* merecem o menor nível de confiança dos inquiridos, concentrando um maior número de respostas nas categorias *pouca* ou *nenhuma confiança* (69,6%). Entre as instituições que conquistam maiores níveis de confiança por parte dos inquiridos, destacam-se as associadas ao sector privado e terceiro sector: ensino privado (76,4), sistemas de saúde privados (73,9%), e associações de solidariedade social (69,3%). Nestas últimas, a maioria das respostas concentra-se nas categorias *alguma* ou *muita confiança*.

Entre o sector privado, os sistemas de protecção social privados suscitam uma menor confiança (52,8% deposita *pouca* ou *nenhuma* confiança nestes sistemas), enquanto o ensino público se apresenta como a instituição do sector público à qual é atribuída maior confiança (66,9%).

<sup>48</sup> O critério de selecção das instituições consideradas privilegiou a consideração de grandes domínios de gestão da vida pública, tendo-se procurado abarcar – em cada um desses domínios – apreciações produzidas relativamente ao sector público e privado. Conforme observado no gráfico 62, os grandes domínios referem-se à Saúde, Educação, Protecção Social, e Sistema de Governo.

**Gráfico 62. Confiança nas instituições (%)**



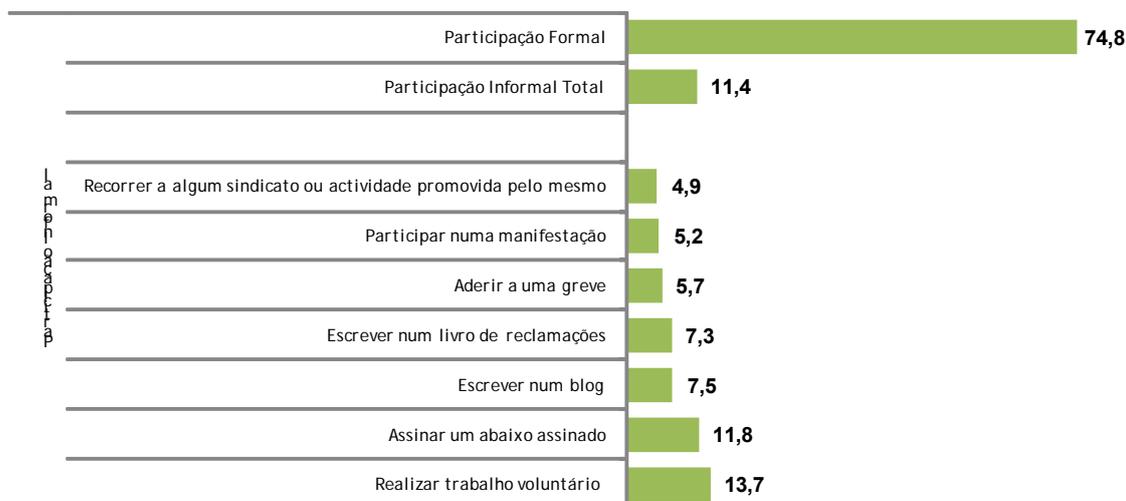
***Participação cívica: elevada participação formal e frágil participação informal***

Um clima de desconfiança generalizada nos outros e nas instituições não potenciará certamente a participação quer formal quer informal. A análise da participação formal e informal, como indicadores de participação na comunidade/sociedade e de capital social, manifesta dois traços distintos:

Se, por um lado, verificamos uma elevada participação política activa (*formal*), através do exercício de voto nas últimas eleições para a Assembleia da República em 2005 (74,8%)<sup>49</sup>, por outro, a participação *informal* na comunidade – expressa nas actividades de voluntariado, associativismo, fazer um donativo junto de uma instituição, entre outras – revela um fraco envolvimento para a concretização de objectivos colectivos (média total de 11,4%).

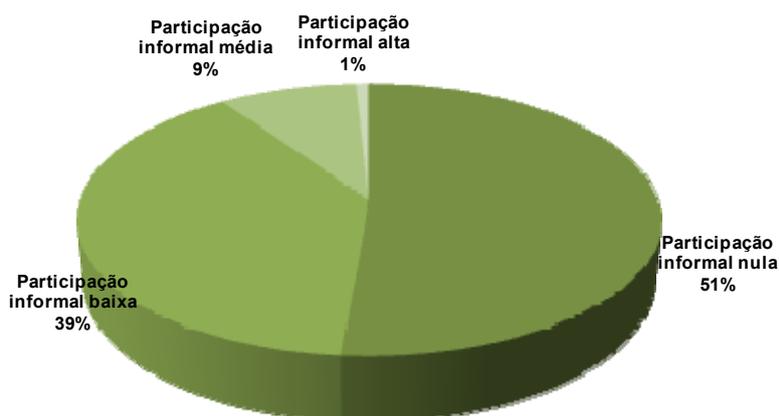
<sup>49</sup> Poderá ser interessante vir a comparar estes resultados com a taxa de participação eleitoral oficial. Para esse efeito, note-se que tal taxa foi – para Portugal (incluindo Regiões Autónomas - de **64,26% (observada nas Legislativas de 2005)**. Resultados Oficiais Comissão Nacional de Eleições consultado em <http://eleicoes.cne.pt/cne2005/vector/index.cfm?dia=20&mes=02&ano=2005&eleicao=ar>.

**Gráfico 63. Participação cívica (%)**



A construção de um índice de participação informal (IPI), considerando uma escala de 0 a 8 valores (número total de actividades associadas a participação informal consideradas), permite situar a média de participação informal em 0,89. Mais de metade dos inquiridos (51,2%) respondem não participar em nenhuma actividade (IPI = 0), como podemos observar no gráfico abaixo apresentado.<sup>50</sup>

**Gráfico 64. Índice de participação informal (%)**



<sup>50</sup> A participação informal alta refere-se aos inquiridos que participaram em 6 ou 7 actividades consideradas; a participação média inclui a percentagem dos inquiridos que participaram entre 3 a 5 actividades e a participação baixa entre 1 a 2 actividades. Como referido, a participação informal nula diz respeito aos inquiridos que manifestaram não ter participado em nenhuma das actividades.

Na análise das actividades associadas a uma participação informal, observa-se que a maioria dos inquiridos afirma não ter levado a cabo nenhuma das actividades indicadas, no último ano (2008). *Recorrer a um sindicato ou participar em alguma actividade promovida pelo mesmo* apresenta-se como a actividade menos realizada pelos respondentes (95,1%). Por outro lado, *fazer um donativo junto de uma instituição* foi a actividade mais realizada pelos inquiridos (35,3%).

Podemos, contudo, associar diferentes níveis de participação a algumas variáveis sociologicamente diferenciadoras. Os inquiridos com níveis de instrução mais elevados (Superior e Secundário) apresentam níveis de participação informal mais elevados em todas as actividades. Os mais jovens (18 e 34 anos) manifestam maiores níveis de participação na realização de trabalho voluntário (15,5%), assinar um abaixo-assinado (16,1%), participar numa manifestação (9,7%) e escrever num blogue (17,2%). Já os inquiridos com idades compreendidas entre os 35 e os 54 anos dizem fazer mais donativos junto de instituições (40,4%), aderir a greves (9,3%) e recorrer a sindicatos ou participar em actividades promovidas pelos mesmos (8%).

Uma análise por regiões permite-nos verificar que em Lisboa e Vale do Tejo existe um maior número de respostas associadas à participação informal. Fazer um donativo junto de uma instituição (41,5%), assinar um abaixo-assinado (17,1%), escrever num livro de reclamações (11,7%) e escrever num blogue (10%) são as actividades mais referidas. Por outro lado, os inquiridos da região Centro manifestam uma maior participação em actividades que envolvem uma maior expressão colectiva – participar numa manifestação (7,4%), escrever num blogue (9,4%) e recorrer a algum sindicato ou participar em alguma actividade promovida pelo mesmo (7,3%).

### ***A incerteza manifesta-se face ao futuro dos filhos***

As debilidades do capital social presente na sociedade portuguesa combinam-se de forma inquietante com as percepções de insegurança e incerteza. A interiorização de uma sociedade de risco, nas suas múltiplas faces, tem vindo a manifestar-se em várias dimensões de análise ao longo desta inquirição, mas ganha talvez particular relevância na demonstração de incerteza quanto ao futuro das gerações seguintes.

Questionados sobre as maiores preocupações relativamente às crianças/jovens a cargo, os inquiridos deixam transparecer preocupações associadas quer às possibilidades de manutenção de uma trajectória social ascendente, quer às ameaças ligadas a comportamentos de risco.

A previsibilidade de alteração das condições socioeconómicas, expressa na preocupação *que venham a ter piores condições de vida* (44,5%) e *não ter condições para lhes dar uma boa*

*preparação escolar* (18,3%), reflectem incertezas quanto às condições de vida futuras, comuns a uma fatia significativa de inquiridos. Da mesma forma que ameaças associadas a comportamentos de risco – traduzidas em categorias como a *violência na escola* (39,4%) e o *consumo de drogas* (38,3%) sinalizam apreensões características das sociedades contemporâneas, enquanto as incertezas/inseguranças relativas aos modelos de educação, vertidas na resposta *não ter a certeza de estar a dar ou fazer tudo o que as crianças/jovens a seu cargo precisam* (20,8%) reflectem a imponderabilidade dos recursos e competências mais adequados a transmitir aos filhos<sup>51</sup>.

**Quadro 25. Preocupações com Crianças e Jovens a Cargo**

PREOCUPAÇÕES COM CRIANÇAS/JOVENS A CARGO	
<i>Que venham a ter piores condições de vida</i>	<b>44,5%</b>
<i>Violência na escola</i>	<b>39,4%</b>
<i>Consumo de drogas</i>	<b>38,3%</b>
<i>Não tem a certeza de estar a dar/fazer tudo o que eles precisam</i>	<b>20,8%</b>
<i>Não ter condições para lhe proporcionar uma boa preparação escolar</i>	<b>18,3%</b>
<i>Não tem a certeza sobre a melhor forma de os educar</i>	14,0%
<i>Outra preocupação</i>	14,0%
<i>Não ter ninguém para os acompanhar, quando estão sozinhos</i>	11,6%
<i>Não terem tempo para brincar/divertirem-se</i>	8,1%
<i>Que possam não ter valores/princípios</i>	6,2%
<i>Dependência relativamente ao computador/internet (isolamento)</i>	2,7%

<sup>51</sup> As três preocupações mais referidas no total da amostra preservam a sua preponderância, quando observamos os resultados *por idade* e *por nível de instrução* dos respondentes.

## IV. NECESSIDADES DE DESENVOLVIMENTO PESSOAL E DE BEM-ESTAR

Necessidades de reconhecimento, realização pessoal, bem-estar e felicidade

**Temas**  
Satisfação, Felicidade e Qualidade de Vida  
Equilíbrio Trabalho/ Vida fora do trabalho

## 7. SATISFAÇÃO, FELICIDADE E QUALIDADE DE VIDA

### *Sub-temas e sua leitura*

Satisfação com a vida  
Felicidade  
Determinantes da satisfação com a vida  
Factores que incrementariam a qualidade de vida pessoal e do país

Na multiplicidade de sentidos que o conceito de qualidade de vida pode incluir, as apreciações subjectivas de bem-estar, em relação a vários domínios da vida e à vida em geral, têm vindo a ser consideradas fundamentais não apenas para aferir os impactes de determinadas condições de vida, mas como um precioso indicador do grau de preenchimento de expectativas e necessidades da população.

Satisfação e felicidade têm sido usadas para avaliar o bem-estar subjectivo, a primeira baseada em elementos apreciativos de carácter mais cognitivo, a segunda mais orientada por componentes emotivas, no pressuposto de que as medidas de bem-estar subjectivo representam os indicadores mais compreensivos da qualidade dos indivíduos.

Ante instabilidades várias (financeira, emprego, familiar, insegurança/risco), importa analisar a estruturação do bem-estar subjectivo, a capacidade de identificação e reivindicação de necessidades, bem como a percepção de oportunidades e capacidades de mudança.

Resultado recorrente nos estudos internacionais comparativos, os Portugueses manifestam níveis mais baixos de satisfação com a vida e de felicidade do que os seus congéneres europeus. Essa realidade confirma-se nesta inquirição e, sem dúvida, que as necessidades mais imediatas parecem ter um forte contributo para essa menor satisfação pela vida. Em termos gerais, os inquiridos manifestam maior satisfação pelas dimensões mais relacionais (família e amigos) e menor satisfação pelas condições de vida objectivas (rendimentos, trabalho) bem como pelas condições mais imateriais ligadas à confiança nas pessoas, nas instituições e ao nível de participação cívica.

### **7.1 Satisfação com a vida e grau de felicidade: satisfação acima do ponto médio da escala e grau de felicidade mais elevado**

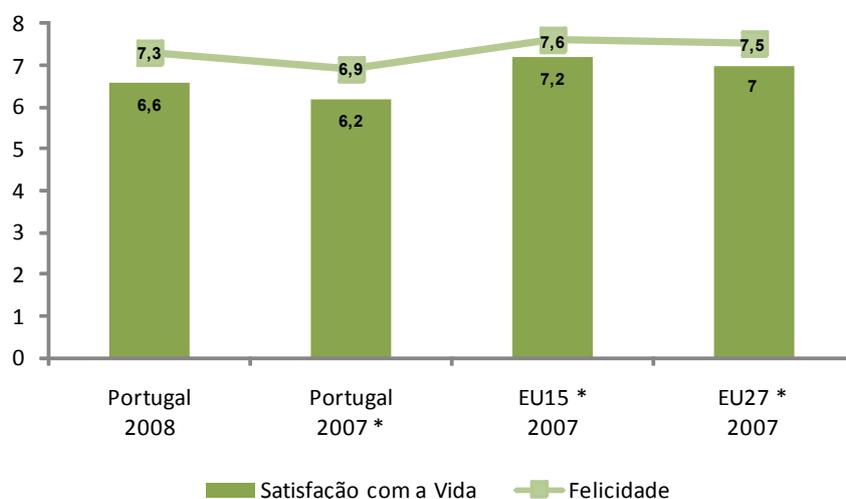
A satisfação com a vida tem sido considerada como uma das medidas mais profícuas na medição do bem-estar. A acrescentar a este indicador, mais relacionado com processos cognitivos de aferição do bem-estar subjectivo, o grau de felicidade, reflectindo processos de pendor mais emocional e afectivo. A satisfação pode estar relacionada com a felicidade, mas é

comum o grau de felicidade ser superior ao grau de satisfação, demonstrando potencialmente um desfasamento maior entre condições objectivas de vida e percepção do bem-estar. Tentemos analisar estes dois indicadores comparativamente.

O valor médio de satisfação geral com a vida, para o total da amostra, tendo em conta a aplicação de uma escala de 1 a 10, é de 6,63 o que se aproxima do recém-publicado estudo sobre qualidade de vida europeia que atribui a Portugal uma média de 6,2 (II EQLS, 2009<sup>52</sup>). Situando-se acima do ponto médio da escala, este valor coloca-nos, comparativamente com as médias dos países europeus, numa das mais baixas taxas de satisfação neste contexto. Refira-se, a título de curiosidade, que a média de satisfação para a Europa dos 27 é de 7, sendo para a Europa dos 15 de 7,2, aproximando claramente Portugal do cluster de países mais recentemente entrados para a União Europeia, como a Hungria, a República Checa ou a Eslovénia.

Confirmando-se que o indicador “grau de felicidade” se comporta de forma mais positiva, podemos observar que a média obtida para o total da amostra é efectivamente mais elevada (7,28), o mesmo acontecendo no referido estudo do II EQLS (2009), que situa a média portuguesa em 6,9.

**Gráfico 65. Satisfação média com a vida e felicidade média**



\*II EQLS, 2009

### Satisfação e grupos sociais

Diversas são as variáveis intervenientes no grau de satisfação com a vida. Como se pode verificar nos Quadros X, as características sociais dos indivíduos, mais do que as demográficas, parecem exercer um efeito diferenciador no grau de satisfação. Entre estas, destaca-se o peso das condições económicas, aqui associadas à satisfação através do

<sup>52</sup> Este estudo foi desenvolvido em cada um dos países participantes em 2007, anteriormente, portanto, ao desencadear da crise económica e financeira actual.

rendimento e do grau de privação. Um nível de privação alto tem um impacto negativo de -0,91, enquanto os que auferem de um rendimento líquido até 500€ vêem a sua satisfação diminuir 0,33 em relação à média.

A condição perante o trabalho revela-se um poderoso influente do grau de satisfação. Estudos vários sobre bem-estar (entre eles o II EQLS, 2009) têm vindo a demonstrar a forte conexão entre a inatividade, sobretudo a derivada do desemprego, e a expressão de menores níveis de satisfação com a vida, devido menos a uma provável diminuição de rendimentos, mas mais a um efeito de ruptura dos laços sociais e dos sentimentos de pertença à comunidade. Também a presente inquirição confirma esta associação. Os desempregados apresentam uma variação de -0,71 em relação à média e os reformados sem actividade profissional de -0,37.

Em geral, também a educação parece associada a uma maior satisfação com a vida. Quanto mais elevado for o grau de qualificação escolar, maior a diferença positiva em relação à média. Destaque-se o impacto negativo da instrução de nível Básico no nível de satisfação: -0,13.

**Quadro 26. Satisfação com a vida e variação relativamente à média, por privação, rendimento, condição perante o trabalho, nível de instrução de Ego**

Média total satisfação com a vida	Pruvação		Rendimento		Condição perante trabalho			Nível de Instrução		
	Baixa	Alta	Até 500€	+ 3000 €	Empregados	Desempregados	Reformados sem actividade profissional	Básico	Secundário	Superior
6,63	6,68	5,73	6,30	6,89	6,92	5,92	6,26	6,50	6,98	7,23
6,63	0,05	-0,91	-0,33	0,26	0,29	-0,71	-0,37	-0,13	0,35	0,60

As características demográficas, como o género e a idade, parecem exercer um peso menos significativo na variação do grau de satisfação. A média de satisfação é igual entre homens e mulheres e não varia expressivamente com a idade, observando-se apenas um ligeiro decréscimo no último escalão com uma diferença negativa em relação à média de 0,23 o que é também confirmada a nível europeu com um desvio de -0,3 para o mesmo grupo etário (II EQLS, 2009).

Já a situação familiar introduz algum impacto, sendo os menos satisfeitos as pessoas a viverem sozinhas e os casais sem filhos.

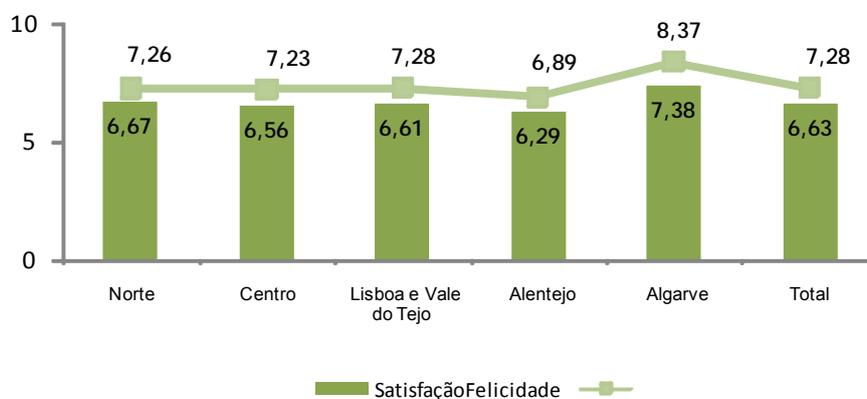
**Quadro 27. Satisfação com a vida e ou variação relativamente à média por sexo, tipo de família e idade de Ego**

Média total de satisfação com a vida	Sexo		Idade			Tipo de família			
	Mulheres	Homens	18-34 anos	35-64 anos	65 anos	A viver sozinho	Famílias monoparentais	Casais sem filhos	Casais com filhos
<b>6,63</b>	6,63	6,63	6,84	6,66	6,40	6,36	6,73	6,62	6,77
6,63	-0,00	0,00	0,20	0,03	-0,23	-0,28	0,09	-0,01	0,14

### Diferenças Regionais: Norte e Algarve com maior satisfação

A região não revela ser, à excepção do Algarve, um elemento fortemente diferenciador quer na satisfação com a vida, quer na felicidade, variando a primeira entre 6,29 observada no Alentejo e 7,38 no Algarve e a segunda entre 6,89 igualmente no Alentejo e 8,37 também no Algarve. A região Norte apresenta-se como segundo território de maior satisfação, seguido da região de Lisboa e Vale do Tejo (que ocupa o segundo lugar em termos de felicidade) e, por fim, da região Centro.

**Gráfico 66. Satisfação com a vida e grau de felicidade, por região (médias)**



## 7.2 Satisfação com a vida em geral – factores explicativos: para além das dimensões individuais do bem-estar

Com o objectivo de testar um modelo explicativo dos factores que contribuem para a variação da satisfação com a vida em geral, procedeu-se a uma análise de regressão linear múltipla com as seguintes variáveis independentes:

- Variáveis demográficas (sexo, idade) e de caracterização social (instrução)
- Variáveis de caracterização económica (condição perante o trabalho, tipo de contrato, rendimento e índice de privação)

- Variáveis de caracterização da situação familiar do inquirido (estado civil e morfologia familiar)
- Ter limitações físicas ou psíquicas
- Variáveis relativas ao grau de confiança interpessoal e nas instituições

Apesar do modelo final apenas explicar 13% da variação da satisfação com a vida em geral<sup>53</sup>, a variação da “satisfação com a vida” fica a dever-se sobretudo a quatro variáveis:

- **Índice de privação:** à medida que aumenta a privação, diminui o grau de satisfação com a vida ( $\beta=-0,217$ ,  $p<0,001$ );
- **Confiança interpessoal:** quanto maior for a confiança nos outros, ou seja, quanto mais os inquiridos considerarem que se pode confiar na maioria das pessoas, maior será o seu grau de satisfação com a vida ( $\beta=0,159$ ,  $p<0,001$ );
- **Ter algum tipo de limitação física ou psíquica:** a média da satisfação com a vida é menor entre os inquiridos com algum tipo de limitação do que entre os que não têm nenhum tipo de limitação ( $\beta=-0,100$ ,  $p<0,01$ );
- **Falta de confiança na segurança social pública:** ainda que bastante moderado, verifica-se que quanto maior a falta de confiança neste sistema, menor a satisfação com a vida ( $\beta=-0,092$ ,  $p<0,05$ ). Por outras palavras, a níveis baixos de confiança no sistema de segurança social pública, correspondem níveis baixos de satisfação com a vida.

As variáveis apuradas em função deste modelo traduzem o facto de que, para além das dimensões individuais de bem-estar, sobretudo o nível de vida e as condições de saúde, são importantes dimensões colectivas, de funcionamento e qualidade sociais tais como a como a confiança nos outros e, neste caso específico, também na segurança social pública. A capacidade explicativa destas duas últimas variáveis no grau de satisfação com a vida não é surpreendente se pensarmos nas debilidades manifestadas na estrutura do capital social da sociedade portuguesa, a revelar inquietantes défices de confiança e participação e no contexto de incerteza e insegurança que marcam a situação actual, com profundos impactes nas expectativas ao nível da capacidade de real protecção dos sistemas sociais.

---

<sup>53</sup> ( $R^2$ Ajustado=0,129)

### 7.3 Níveis de satisfação com as várias dimensões da vida: prioridade para as esferas mais privadas e identitárias

Os valores de satisfação com a vida acima referidos expressam-se em diferentes níveis de satisfação com as várias dimensões da vida, deixando antever esferas de maior e menor satisfação supostamente mais e menos estruturadoras do bem-estar.

Numa análise geral, pode concluir-se que os níveis mais elevados de satisfação estão associados às dimensões mais privadas, relacionais e provavelmente identitárias da vida. A vida familiar, as relações de amizade e a área de residência são, como se pode observar no gráfico 67, as dimensões que acolhem níveis mais elevados de satisfação (7,72; 7,49 e 7,11, respectivamente), seguidas de muito perto pelo estado de saúde (7) e pela casa (6,96). Ainda pontuada, em termos médios, na vizinhança deste ponto da escala, mas com valores inferiores, encontramos a dimensão do trabalho (6,56). Como anteriormente referido, o trabalho é apreciado de forma positiva como contributo para a realização pessoal e melhoria do próprio país, mas avaliado negativamente no que concerne à remuneração auferida e à ausência de perspectivas de promoção na carreira.

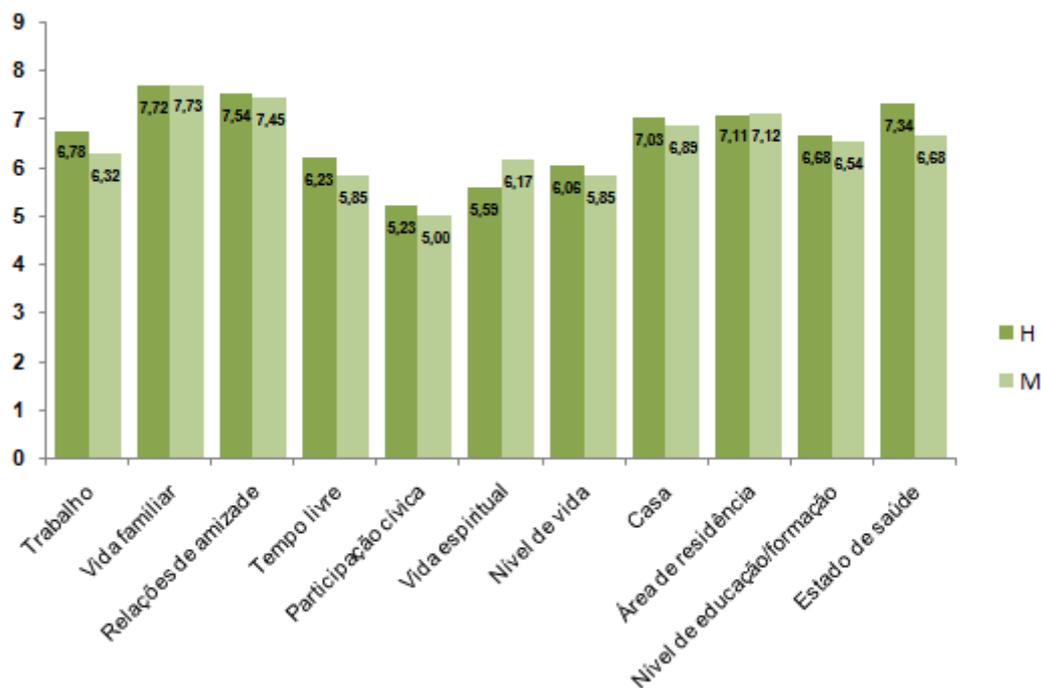
As quatro dimensões de maior insatisfação provêm de esferas de natureza bastante diferente: o nível de vida, dimensão necessariamente estruturadora das condições de vida e, como se viu, do bem-estar, por implicar distintos recursos accionáveis na satisfação das necessidades, obtém um valor médio de 5,95, o que pode indicar constrangimentos relevantes na obtenção desses recursos ou na capacidade de os mobilizar; o tempo livre (6,03), como adiante se verá, objecto de uma das apreciações mais negativas quanto ao tempo disponível para determinadas actividades e a vida espiritual (5,9) e a participação cívica (5,11), decorrendo de necessidades mais imateriais e da ordem do Ser e da realização pessoal, apresentam aqui a menor satisfação entre as dimensões consideradas.

Gráfico 67. Níveis médios de satisfação com as várias dimensões da vida



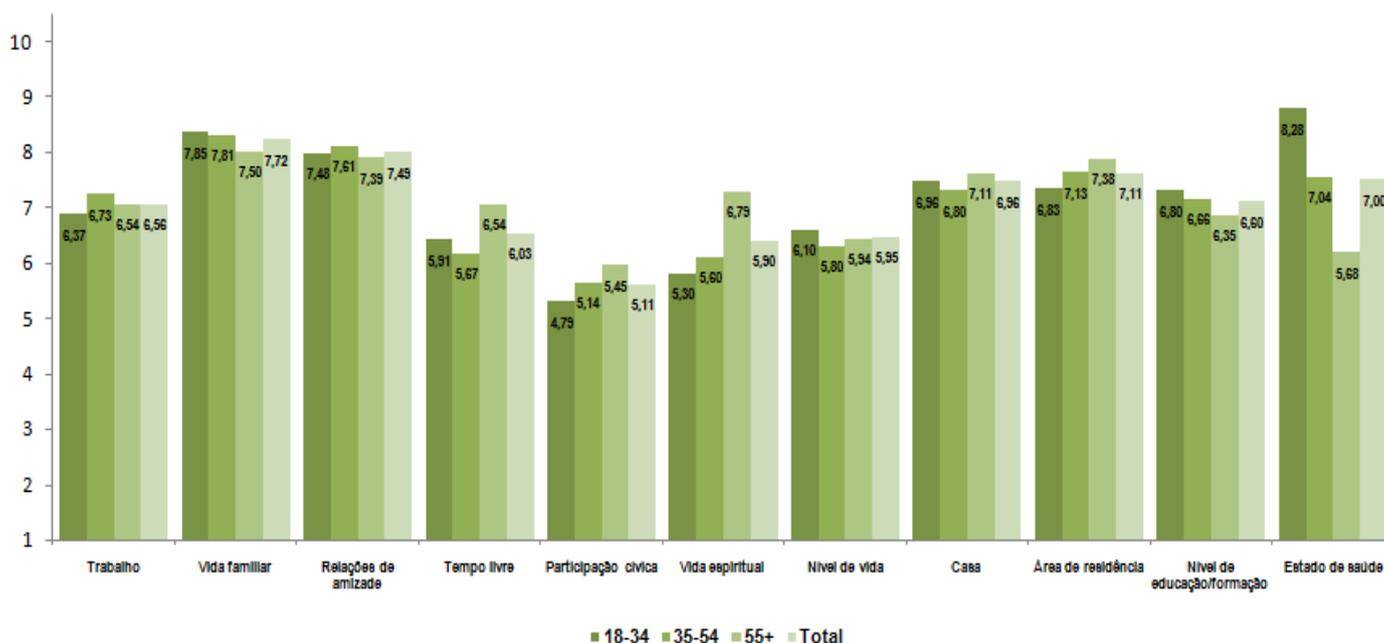
A associação dos níveis de satisfação com as várias dimensões da vida ao género não demonstra diferenciações acentuadas. Como se pode verificar no gráfico seguinte, não chega a haver uma diferença de um ponto nas médias obtidas por cada dimensão considerada. Assim, pode-se genericamente dizer que as mulheres estão menos satisfeitas em relação ao trabalho, ao tempo livre, ao nível de vida e ao estado de saúde, representando dimensões sem dúvida importantes nas oportunidades e na capacitação para o bem-estar.

Gráfico 68. Níveis de satisfação com as várias dimensões da vida por sexo (média)



Também a idade não é fortemente diferenciadora dos níveis de satisfação em relação aos vários domínios da vida. As diferenças mais significativas encontram-se na apreciação menos positiva por parte dos mais novos em relação ao trabalho, à participação cívica e à vida espiritual e dos mais velhos, como seria de esperar, em relação ao estado de saúde e ao nível de vida que tem como contraponto uma maior satisfação com o tempo livre e a vida espiritual.

Gráfico 69. Níveis de satisfação com as várias dimensões da vida por escalões etários (média)



A análise por regiões mostra algumas diferenciações tradutoras certamente de condições e de qualidade de vida desiguais. Deste ponto de vista, o Algarve apresenta-se como a região que obtém níveis mais elevados de satisfação em todas as dimensões em consideração (já se tinha observado que é a região que obtém níveis mais elevados de satisfação com a vida em geral. Por contraponto, é em Lisboa e Vale do Tejo e no Alentejo que incidem os valores mais baixos de satisfação, sendo na primeira particularmente relevante a menor satisfação com o trabalho, a participação cívica e a vida espiritual e, na segunda, o nível de vida (diferença de um ponto em relação ao Algarve), tempo livre/lazer, o nível de educação/formação, a participação cívica e o estado de saúde (embora este não se apresente muito distinto do Norte e do Centro). A região Centro mostra, comparativamente com as outras regiões, os níveis menos elevados de satisfação em relação à vida familiar, relações de amizade e área de residência.

**Quadro 28. Níveis de satisfação com as várias dimensões da vida por região (médias)**

	Norte	Centro	Lisboa e Vale do Tejo	Alentejo	Algarve	Total
O seu trabalho	6,72	6,60	<b>6,19</b>	6,89	<b>7,09</b>	6,56
A sua vida familiar	7,93	<b>7,48</b>	7,55	7,72	<b>8,30</b>	<b>7,72</b>
As suas relações de amizade	7,62	<b>7,32</b>	7,36	7,55	<b>8,04</b>	7,49
O seu tempo livre/de lazer	6,08	6,14	5,84	<b>5,76</b>	<b>7,18</b>	6,03
A sua participação cívica	<b>5,42</b>	5,32	<b>4,65</b>	4,78	5,29	<b>5,11</b>
A sua vida espiritual	5,85	6,01	<b>5,80</b>	5,92	<b>6,71</b>	5,90
O seu nível de vida	6,07	6	5,86	<b>4,98</b>	<b>6,91</b>	5,95
A sua casa	7,09	6,85	6,94	<b>6,28</b>	<b>7,36</b>	6,96
A sua área de residência	7,25	<b>6,95</b>	6,97	7,07	<b>7,81</b>	7,11
O seu nível de educação/formação	6,70	6,65	6,61	<b>5,79</b>	<b>6,80</b>	6,60
O seu estado de saúde	6,99	6,54	7,26	<b>6,43</b>	<b>7,85</b>	7

#### **7.4 Factores que incrementariam a qualidade de vida: o (ainda) peso das necessidades materiais e de recursos**

Ter mais dinheiro, mais saúde/melhor acesso a cuidados de saúde e arranjar trabalho ou mudar de emprego constituem os ingredientes, no contexto actual da sociedade portuguesa, que, segundo os inquiridos, potenciariam um aumento da qualidade de vida. Trata-se de factores que correspondem a necessidades do TER, intimamente relacionadas com necessidades físicas e de recursos cuja não satisfação compromete seriamente as condições e a qualidade de vida. Se acrescentarmos, particularmente no escalão etário mais novo (18-34 anos), a referência ao comprar/mudar de casa (por troca com as questões da saúde bastante mais relevantes, como seria de esperar, no último escalão) configura-se um quadro de necessidades limitadas às condições básicas de vida, excluindo as dimensões mais relacionadas com necessidades do SER, seja de tipo sócio-afectivo e relacional, seja de desenvolvimento pessoal e social. Comprovando-o, as percentagens reduzidas de referências a factores como ter mais amigos/companhia/vida social; ter mais tempo disponível; viajar, ter férias; alterações de políticas públicas e mudanças culturais/valorativas.

**Quadro 29. O que poderia melhorar a qualidade de vida de Ego, por escalões etários % (factor referido em primeiro lugar)**

	18-34 anos	35-54 anos	≥ 55 anos	Total
Ganhar concursos	7,2%	6,8%	5,7%	6,6%
Ter mais dinheiro	<b>36,1%</b>	<b>40,6%</b>	30,3%	<b>35,7%</b>
Reduzir encargos financeiros/ pagar dívidas	2,2%	1,2%	0,9%	1,5%
Saúde/acesso a cuidados de saúde	2,2%	11,8%	<b>37,9%</b>	<b>17,2%</b>
Comprar casa/ mudar de casa	6,3%	4,6%	3,2%	4,7%
Ter mais tempo	2,8%	3,7%	1,9%	2,8%
Melhoria de condições da área de residência	0%	0,3%	1,6%	0,6%
Segurança	0%	0,3%	0,3%	0,2%
Melhorias da casa onde vive	1,6%	1,2%	2,8%	1,9%
Ter carro próprio/carro novo	4,1%	1,5%	1,3%	2,3%
Concluir formação escolar, estudar mais	1,6%	0,9%	0,3%	0,9%
Arranjar trabalho (trabalho, ter trabalho, emprego)	13,5%	7,7%	3,5%	<b>8,2%</b>
Mudar de emprego/melhorar condições de emprego	9,7%	9,6%	1,3%	<b>6,9%</b>
Ter mais amigos, companhia, mais vida social	2,2%	2,2%	1,3%	1,9%
Alterações políticas públicas e classe política	1,6%	1,2%	0,3%	1,0%
Mudanças culturais-valorativas	0%	0,3%	1,3%	0,5%
Viajar, passear, tirar férias	1,6%	0,6%	0,9%	1,0%
Nada	1,6%	1,2%	1,9%	1,6%
Outros	5,9	3,30	2,1	3,40

### **7.5 Prioridades para melhorar a qualidade de vida em Portugal: habitação e combate à corrupção e violência?**

Aferir as representações dos inquiridos sobre as prioridades para aumentar a qualidade de vida em Portugal manifestava a intenção de apurar o tipo de factores que estaria subjacente às principais reivindicações, isto é, se se evidenciariam fundamentalmente necessidades mais tradicionais, resultado dos clássicos bloqueios da sociedade portuguesa, ou se se vislumbrava o desenhar de outro tipo de necessidades mais emergentes e decorrentes de novos contextos de vida. O apuramento das três principais medidas para melhorar a qualidade de vida em Portugal mostra prioridades indiciadoras de preocupações que reflectem os disfuncionamentos tradicionais da sociedade portuguesa a que se soma um contexto de generalizada desconfiança (nos outros e, sobretudo, na governação) repetidamente evidente ao longo desta inquirição. Assim, segundo resulta da ordem de prioridades estabelecida pelos respondentes, a

primeira prioridade seria tornar a **habitação financeiramente mais acessível** (24,4%), a segunda **combater a corrupção** (16,7%) e a terceira **reduzir ou evitar criminalidade violenta** (15,2%).

Se analisadas pelo total de vezes que são referenciadas (quer como primeira, segunda ou terceira prioridade para o país), a escala de notoriedade das medidas altera-se. Em termos gerais, a resposta mais referenciada é o apoio a idosos para combater o seu isolamento e solidão (16,6%), o combate à corrupção (15,6%) e o tornar a habitação financeiramente mais acessível (14%). Conforme observado no quadro abaixo exposto, estas são, aliás, as 3 medidas mais referenciadas como primeira prioridade para melhorar a qualidade de vida em Portugal.

**Quadro 30. Prioridades para melhorar a qualidade de vida em Portugal (%)**

	1ª prioridade		2ª prioridade		3ª prioridade		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Habitação financeiramente mais acessível	229	<b>24,39</b>	85	9,30	70	7,89	384	<b>14,01</b>
Apoio a idosos para combater o seu isolamento e solidão	217	<b>23,11</b>	133	<b>14,55</b>	105	<b>11,84</b>	455	<b>16,61</b>
Combater a corrupção	196	<b>20,87</b>	153	<b>16,74</b>	79	8,91	428	<b>15,62</b>
Combater a violência nas escolas	56	5,96	106	11,60	80	<b>9,02</b>	242	8,83
Melhor aconselhamento sobre como gerir o próprio dinheiro	18	1,92	18	1,97	18	2,03	54	1,97
Reduzir ou evitar criminalidade violenta	84	8,95	145	<b>15,86</b>	135	<b>15,22</b>	364	13,28
Criar mais serviços específicos de apoio a pessoas com deficiência	33	3,51	73	7,99	71	8,00	177	6,46
Apostar nas energias renováveis e poupar energia	15	1,60	42	4,60	65	7,33	122	4,45
Mais e melhores tratamentos para os toxicodependentes	3	0,32	21	2,30	32	3,61	56	2,04
Melhores acessos e redes de transporte para deficientes e idosos	17	1,81	56	6,13	87	9,81	160	5,84
Combater a discriminação no local de trabalho	11	1,17	21	2,30	44	4,96	76	2,77
Adopção de horários de trabalho flexíveis para poder acompanhar crianças e jovens	33	3,51	51	5,58	94	10,60	178	6,50
Outra	27	2,88	10	1,09	7	0,79	44	1,61
<b>Total</b>	<b>939</b>	<b>100</b>	<b>914</b>	<b>100</b>	<b>887</b>	<b>100</b>	<b>2740</b>	<b>100</b>

## 8.O(s) TEMPO(S) DA VIDA: TRABALHO, FAMÍLIA E DESENVOLVIMENTO

### PESSOAL

#### **Sub-temas e sua leitura**

Apreciação do tempo  
Conciliação entre Trabalho, Vida Familiar e Desenvolvimento Pessoal  
Precarização pelo tempo

A conciliação dos tempos afectos aos múltiplos domínios da vida é um aspecto central na construção do bem-estar. Em parte, nela se expressam os conflitos na gestão das identidades pessoais e sociais dos indivíduos. Tal articulação – nas oportunidades que autoriza e nos constrangimentos e fragilidades que revela – estrutura a própria percepção da qualidade de vida.

A aceleração dos processos produtivos num contexto de marcada crise e competitividade e a discussão de modelos de organização do trabalho concorrem para o acentuar de desequilíbrios vários na articulação entre a vida profissional e a vida privada. Neste contexto, o prejuízo do bem-estar por efeito da falta de tempo (e da *qualidade* desse tempo) tem vindo a ganhar relevância no debate público, a nível mediático, académico e político.

Na pós-entrada massiva das mulheres no mercado do emprego, a sua crescente presença em carreiras exigentes em termos de qualificações e solicitação de tempo disponível, gera novas tensões, as quais confrontam tradicionais papéis e atribuições de género. Por outro lado, o tempo como direito assume-se como uma condição potenciadora da individualização reflexiva, de aprofundamento do Ser e de exploração de possibilidades de vida que, entretanto, parecem ter-se ampliado.

Neste capítulo, procura explorar-se, na diversidade social dos inquiridos, a avaliação do tempo afecto a domínios diversos da vida e o equilíbrio entre a vida profissional, a vida familiar e o desenvolvimento pessoal dos indivíduos.

#### **8.1 O Tempo afecto a domínios da vida: o peso do trabalho e o défice das relações com os outros**

Numa primeira análise, dir-se-á que os inquiridos não parecem apreciar de forma negativa o tempo passado a realizar um conjunto de actividades do seu dia-a-dia. De facto, a maioria considera passar tempo *suficiente* a dormir (65,5%), estar com o cônjuge (67,6%), apoiar dependentes a cargo (56%), realizar tarefas domésticas (55,8%) e tratar de si e cultivar interesses pessoais (53,6%). O tempo passado a trabalhar é também considerado, pela maioria dos respondentes, suficiente (51,5%).

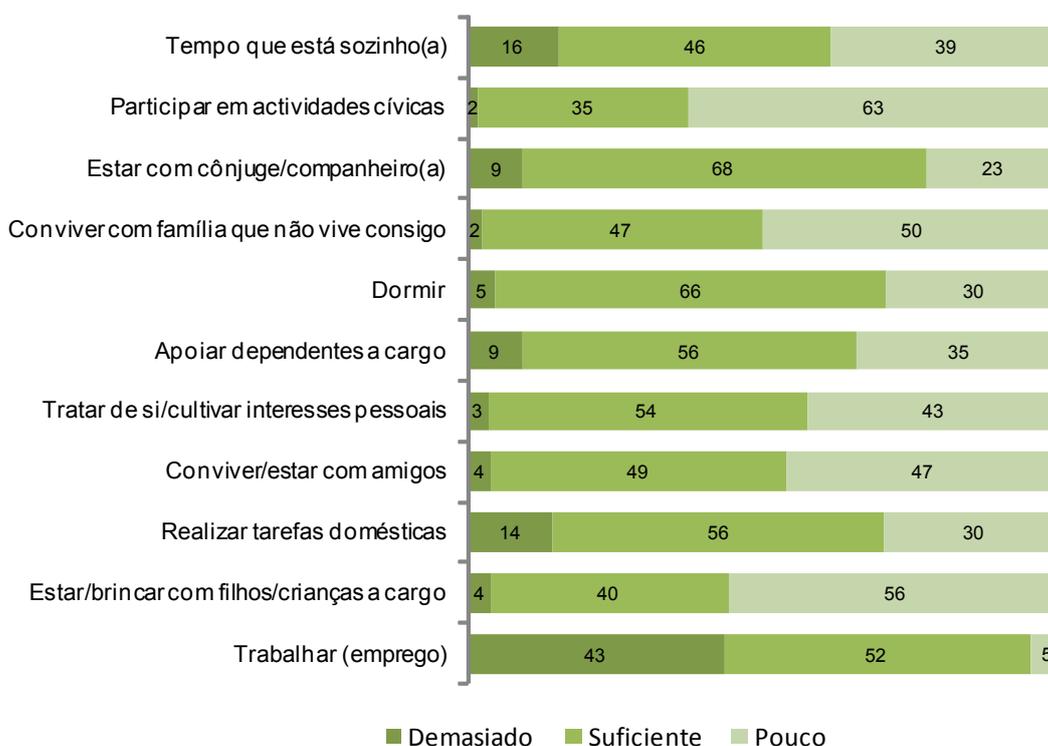
O conjunto de actividades relativamente às quais a maioria dos inquiridos considera dispor de tempo insuficiente compreende: a participação em actividades cívicas (63%), o estar/brincar

com os filhos (56,1%), conviver com a família que não vive com o inquirido (50,3%) e conviver com amigos (46,5%).

Trata-se, pois, de actividades eminentemente relacionais e societárias, em grande medida, eventualmente comprometidas, por um modo de vida comandado (ainda) pelo Trabalho.

Note-se, aliás, que 43% dos inquiridos referirem passar *demasiado tempo* a trabalhar. Sendo o *tempo livre* uma das dimensões objecto de menor satisfação por parte dos inquiridos – pontuada com uma satisfação média de 6.03 - o desagrado relativamente ao tempo livre disponível apenas é suplantado pelo descontentamento face ao nível de vida, à vida espiritual e à participação cívica (os três âmbitos que suscitam níveis médios de satisfação situados abaixo do ponto médio da escala de apreciação).

**Gráfico 70. Tempo dispendido em actividades (%)**



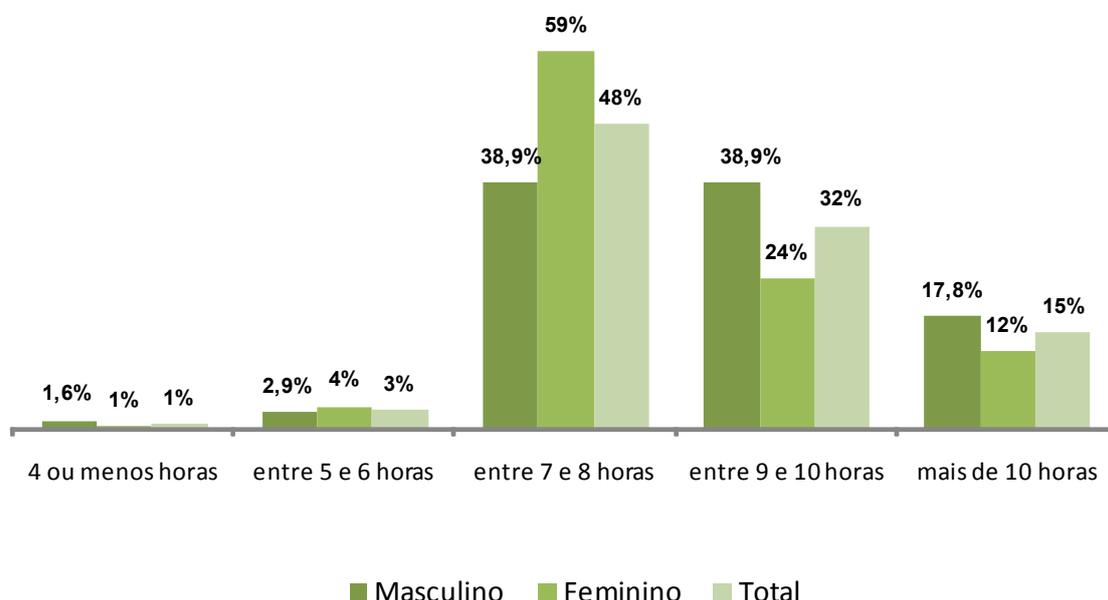
Por contraponto às actividades de pendor mais relacional, algumas outras definem os contornos em que a exploração da individualidade assume, na construção e experiência dos projectos de vida, uma importância central. A este propósito, será interessante sublinhar as largas percentagens de inquiridos que consideram *estar sozinhos* menos tempo do que desejariam (38,8%) e que consideram insuficiente o tempo disponível para *dedicar-se a tratar de si, cultivando interesses pessoais próprios* (43%).

## 8.2 Trabalho pago, não pago e vida familiar: o desequilíbrio entre sexos

O nº de horas gasto quotidianamente no trabalho pode ser um forte condicionador do equilíbrio entre os vários domínios da vida quotidiana. Aliás, como se observou, um larga percentagem de inquiridos aprecia de forma negativa, por excesso, o tempo despendido no trabalho.

Em termos totais, a média do número horas reais de trabalho diário é 9h<sup>54</sup>, bastante superior à média europeia: 7,7 (38,5 horas semanais: Eurostat Labour Force Survey 3/2007). A situação mais comum, para a maioria dos inquiridos (48%), é trabalhar entre 7 e 8 horas por dia. Note-se, contudo, que 32% dos inquiridos trabalham entre 9 e 10 horas.

Gráfico 71. Horas médias de trabalho por dia (%)



O número de horas de trabalho efectivo é, contudo, diferente consoante os géneros, trabalhando os homens, em média, maior número de horas do que as mulheres. A percentagem de homens que indica trabalhar (no emprego) entre 10 e 13 horas por dia ascende a 31,9%, enquanto a das mulheres é cerca de 19%.

Sublinhe-se, contudo, recordando o que se havia referido em capítulo anterior, que o tempo médio diariamente aplicado na realização de tarefas domésticas e/ou a cuidar de dependentes a cargo é, no caso dos homens, 2,18 horas, sendo cerca do dobro no caso das mulheres (4,41 horas).

<sup>54</sup> A resposta mais frequente é 8h, valor mediano, que concentra até 52,6% das respostas.

### 8.3 Conciliação entre Trabalho e vida familiar: uma ética da responsabilidade?

O equilíbrio entre trabalho e vida familiar foi, na presente inquirição, avaliado segundo três elementos: a frequência com que os respondentes admitem chegar a casa muito cansado do trabalho para realizar as tarefas domésticas necessárias; ser difícil responder às responsabilidades familiares por passar muito tempo no emprego e ser difícil concentrar-se no trabalho, devido às responsabilidades familiares.

Na avaliação conjunta destas três questões, parece perpassar a impressão do que designaríamos como uma **ética da responsabilidade** que, em prol do trabalho, se afigura sobretudo penalizadora para os próprios indivíduos e famílias.

Assim, se mais claramente se assume, por parte de 42,3% dos respondentes, que *chegar muito cansado do trabalho para fazer tarefas domésticas necessárias* é algo que acontece *muitas vezes durante a semana (e muitas vezes por mês, para 19,6%)*<sup>55</sup> – parece existir uma maior resistência em assumir falhas, quer no que reporta à execução de tarefas profissionais (aspectos raramente prejudicados pelas responsabilidades familiares), quer no que se refere à resposta às responsabilidades familiares.

O reconhecimento da interferência do trabalho na capacidade de responder às responsabilidades familiares é menos frequente, embora expressivo: 21,9% declara *chegar a casa demasiado cansado para responder às responsabilidades familiares muitas vezes por semana* e 20% declara experimentar esta sensação *muitas vezes por mês*.

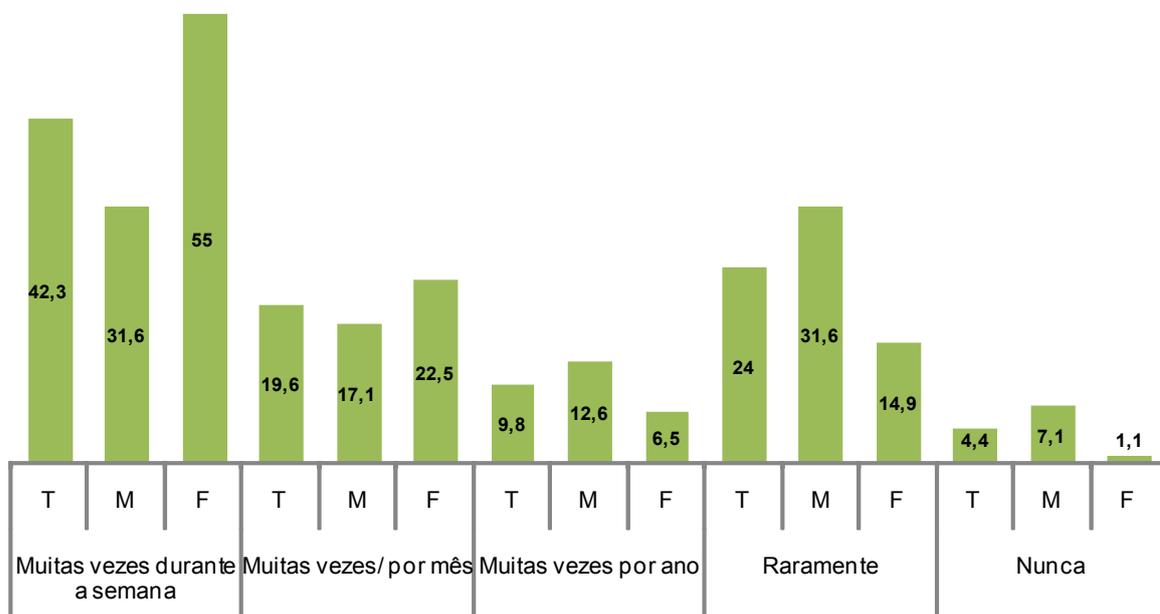
Como se pode verificar pelos gráficos seguintes, a conciliação entre trabalho e vida familiar apresenta-se especialmente comprometida para as mulheres. Em qualquer das situações consideradas, são as mulheres que, em percentagens bastante mais elevadas, reconhecem chegar muito cansadas do trabalho quer para a realização de tarefas domésticas quer para o desempenho de responsabilidades familiares. A maioria das mulheres (55%) declara que *chegar muito cansada do trabalho para fazer tarefas domésticas necessárias acontece muitas vezes durante a semana*<sup>56</sup>.

---

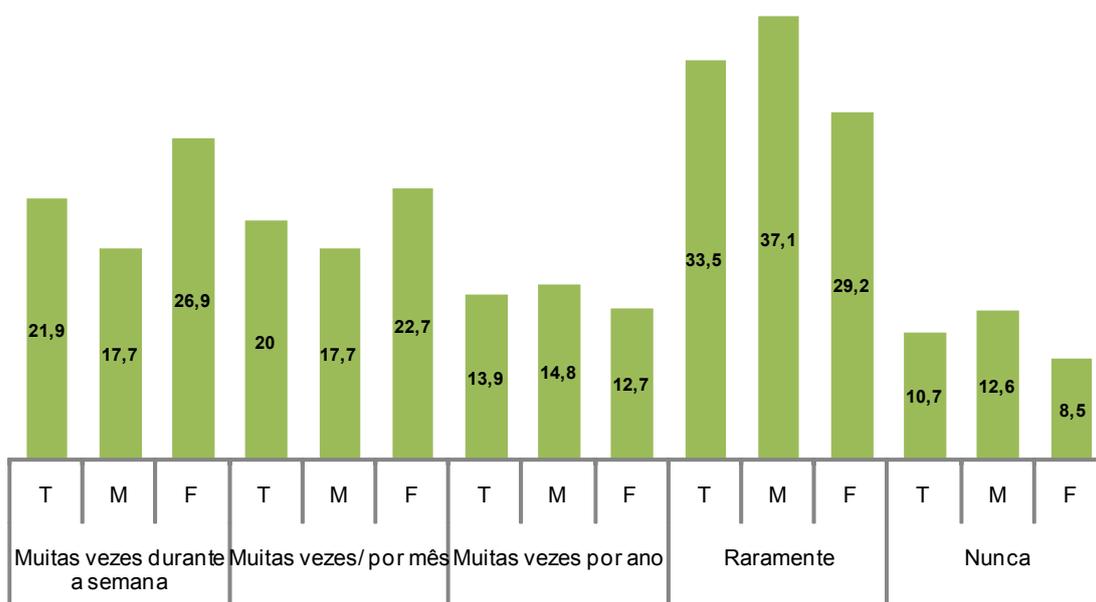
55 Resultado para UE27, nos resultados do EQLS (2209: 25) – “quase metade dos indivíduos empregados (48%) considera que chegar muito cansado do trabalho para realizar tarefas domésticas acontece várias vezes por mês e quase um quarto (22%) considera [que isso] acontece várias vezes por semana”.

56 A distribuição das respostas é, no caso dos homens, bimodal: “muitas vezes durante a semana” (31,6%) e “raramente” (31,6%) são possibilidades igualmente frequentes.

**Gráfico 72. Chegar muito cansado(a) do trabalho para fazer as tarefas domésticas que precisam de ser feitas (%)**

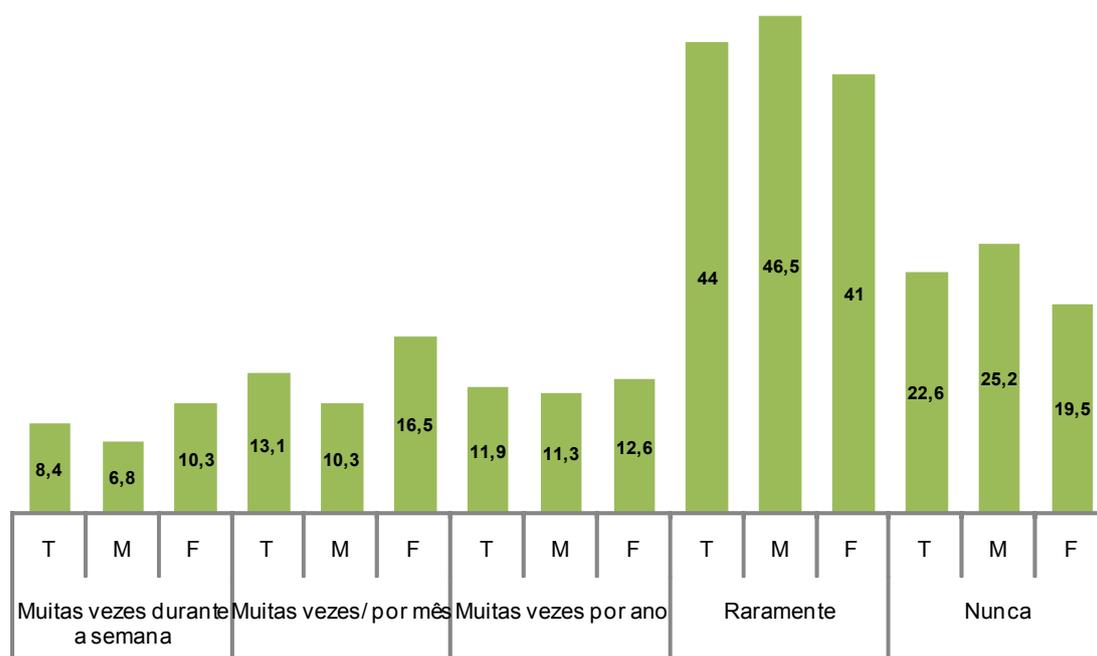


**Gráfico 73. Ser difícil responder às responsabilidades familiares, por passar muito tempo no emprego (%)**



Os efeitos negativos da vida familiar no trabalho são, entre a generalidade dos inquiridos, muito menos frequentes. A *dificuldade em concentrar-se no trabalho, devido às responsabilidades familiares* acontece raramente ou nunca (66,6%) no total da amostra<sup>57</sup>. Embora a maioria dos inquiridos do sexo masculino e feminino, refiram raramente ou nunca *sentir dificuldade em concentrar-se no trabalho devido às suas responsabilidades familiares*, observa-se que esta situação tem uma frequência mais elevada nos homens (71,7%) do que nas mulheres (60,5%).

Gráfico 74. Ser difícil concentrar-se no trabalho, devido às responsabilidades familiares (%)

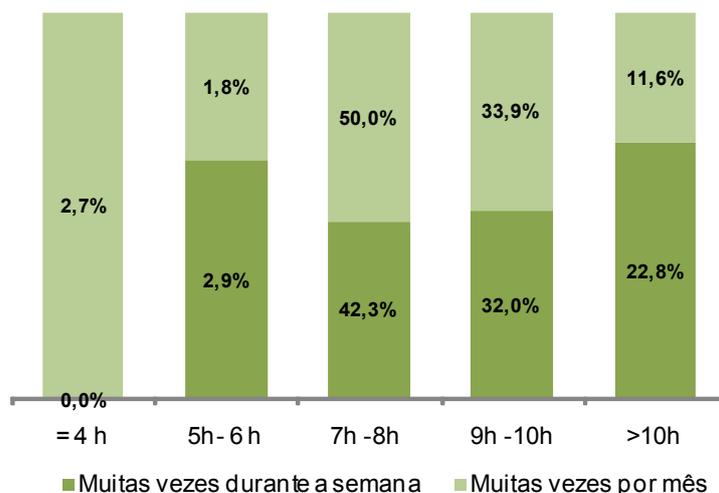


A conciliação entre trabalho e vida familiar é construída em prejuízo desta última. A assumpção de uma ética da responsabilidade tende a proteger a esfera do trabalho, tornado imune às interferências de responsabilidades assumidas noutras esferas da vida, nomeadamente, no tempo e atribuições afectas à vida familiar.

Refira-se ainda que quanto mais elevado é o número de horas diárias reais de trabalho, maior a probabilidade de comprometimento ou prejuízo observado no desempenho das tarefas domésticas.

<sup>57</sup> Esta situação é coincidente com a apurada para o contexto europeu (UE 27) pelo EQLS, em que apenas 3% dos indivíduos empregados admitem que a dificuldade em concentrar-se no trabalho por interferência de responsabilidades familiares acontece *muitas vezes por semana* e 8% *várias vezes por mês* (II EQLS, 2009: 27).

Gráfico 75. Chegar muito cansado do trabalho para realizar tarefas domésticas, por nº de horas diárias de trabalho



#### 8.4. Perfis de relação com o Tempo

A conciliação dos tempos afectos aos múltiplos domínios da vida é um aspecto central na construção do bem-estar. Nela se expressam os conflitos na gestão das identidades pessoais e sociais dos indivíduos, nela se joga também a percepção da qualidade de vida.

Relacionando variáveis diversas e reportadas a diversas dimensões da vida, a Análise de Correspondências Múltiplas (ACM) afigurou-se como técnica adequada à exploração de eventuais perfis de relação com o Tempo, votando-se especial atenção à emergência da *falta de tempo* como fenómeno particularmente penalizador, num momento em que se ampliam as solicitações e as oportunidades de vida.

Foi possível identificar 3 clusters definidores de distintos perfis de relação com o tempo:

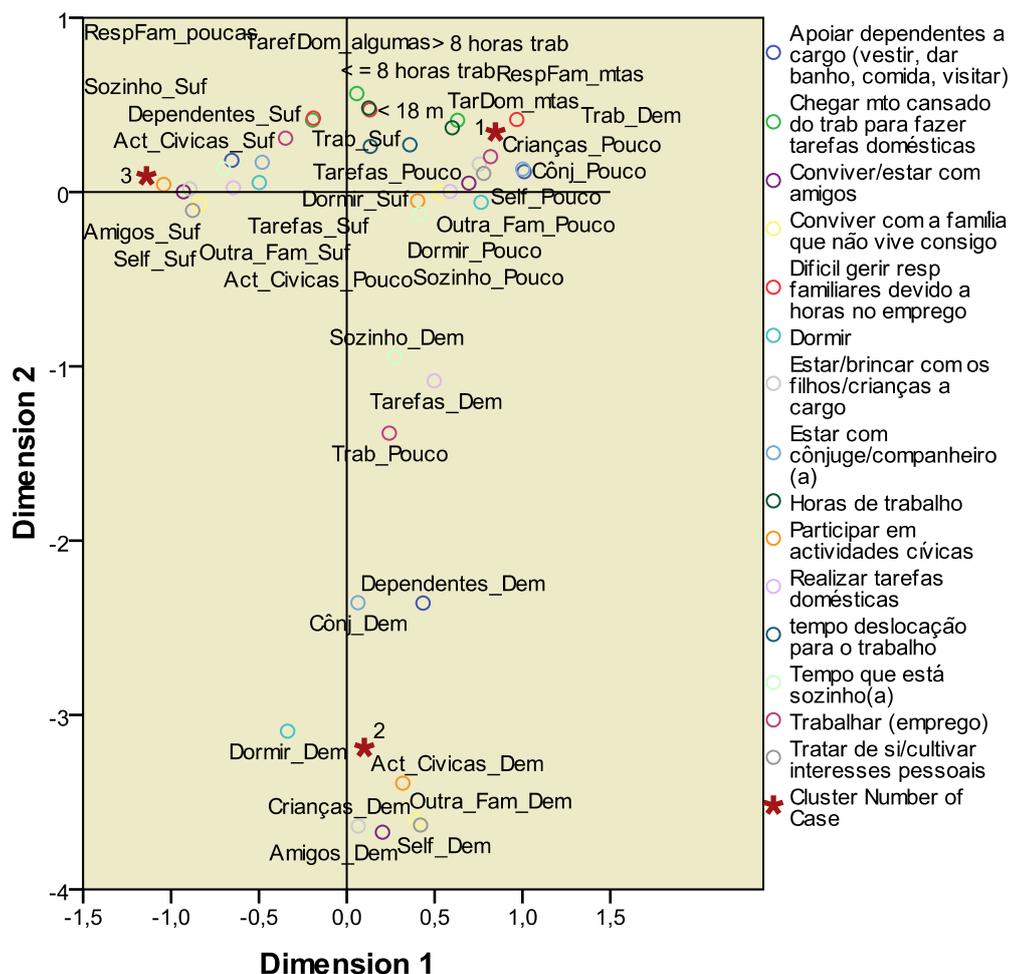
**Cluster 1: Trabalho aglutinador.** É o cluster que agrega maior número de indivíduos (envolvendo **47,2%** dos inquiridos). Constitui-se principalmente pelos que sentem que trabalham demasiado e que têm pouco tempo, quer para si, quer para dedicar ao contacto com os outros (familiares, amigos, dependentes a cargo), quer ainda para aplicar noutros aspectos da sua vida (como sejam o realizar as tarefas domésticas, ou o participar em actividades cívicas). Neste grupo, predomina o sentimento de chegar muitas vezes a casa demasiado cansado para realizar as tarefas domésticas e de ser muitas vezes difícil gerir as responsabilidades familiares devido ao número de horas dispendidas no emprego. Trata-se pois de um grupo em que a **precarização pelo tempo** se faz sentir de forma particularmente acutilante.

**Cluster 2: Família em primeiro plano.** Agregando apenas 9,2% dos indivíduos, é constituído por aqueles que tendem a considerar *demasiado* o tempo dispendido a apoiar dependentes a

cargo e a estar com o cônjuge/companheiro – ao mesmo tempo que oscilam entre considerar suficiente e demasiado o tempo gasto a trabalhar, realizar tarefas domésticas, conviver com os amigos, tratar de si, dormir ou passar tempo sozinhos. Apesar disso, tendem a chegar muitas vezes a casa demasiado cansados para realizar as tarefas domésticas, e consideraram ser muitas vezes difícil gerir as responsabilidades familiares devido ao número de horas dispendidas no emprego. Neste grupo, apenas é considerado pouco, o tempo passado em actividades cívicas, com familiares com os quais não residem e com as crianças a cargo.

**Cluster 3: Confortáveis com o tempo.** Agrega 43,6% dos respondentes e é constituído principalmente por aqueles que consideram *suficiente* o tempo que passam a trabalhar, estar com as crianças que têm a cargo, realizar tarefas domésticas, conviver com amigos, tratar de si, apoiar dependentes a cargo, dormir, conviver com outros familiares, estar com o cônjuge, participar em actividades cívicas e para estar sozinhos. Tendencialmente, trabalham menos de 8 horas por dia. São poucas as vezes em que lhes acontece ser difícil gerir as responsabilidades familiares devido às horas passadas no emprego. Neste grupo, a precarização pelo tempo não se faz sentir – pelo menos, pelo menos percebida enquanto tal.

Gráfico 76. Disposição dos clusters de relação com o tempo no espaço social

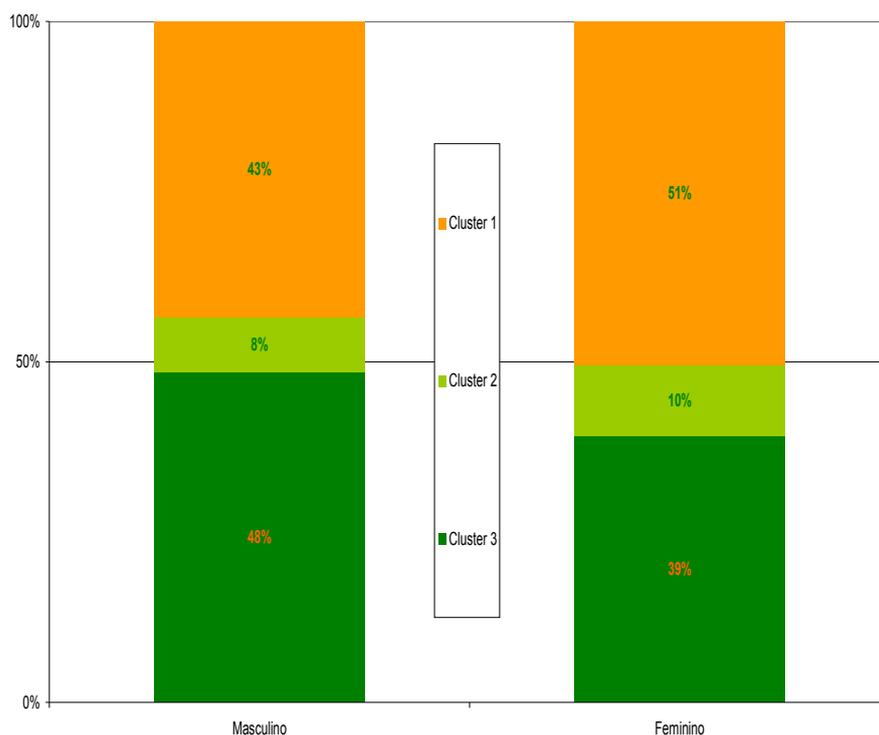


Quando cruzados estes grupos com algumas variáveis de caracterização sociográfica, constata-se que no grupo dos que mais sentem a falta de tempo se encontram principalmente as mulheres, os inquiridos entre os 25 e os 44 anos e os mais qualificados.

Adensa-se a impressão da maior precarização pelo tempo experimentada pelas mulheres, a natural polarização pelo trabalho entre os mais tendencialmente activos, sendo interessante notar que a insatisfação relativamente ao tempo entre os mais qualificados não implica considerar que são estes indivíduos os que maior número de horas trabalham<sup>58</sup>.

Como seria de esperar, são também os casais com filhos menores de 18 anos a cargo, assim como as famílias monoparentais, os que mais sentem falta de tempo. Os gráficos seguintes dão conta desigual relação com o tempo manifesta na diversidade social e etária dos inquiridos.

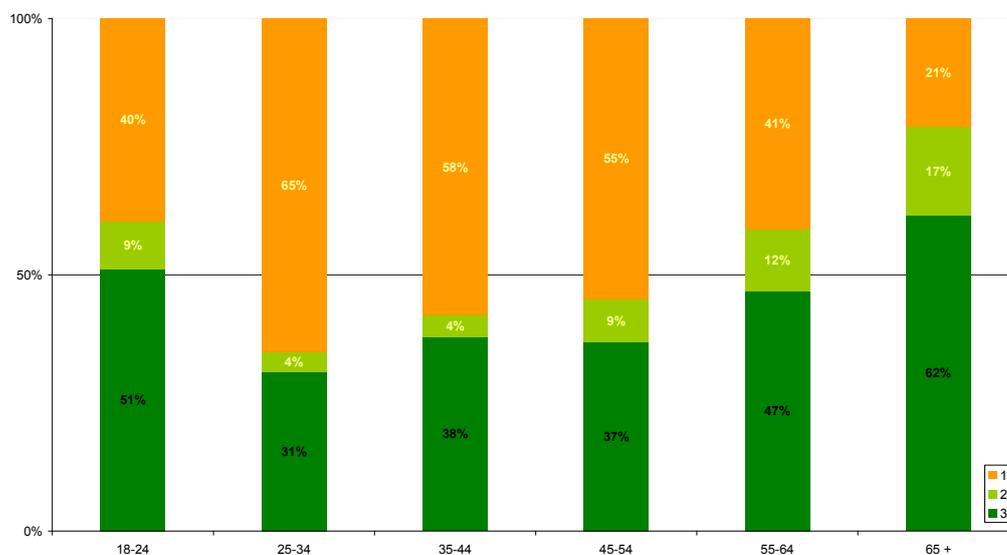
**Gráfico 77. Tipo de relação com o tempo (clusters), por sexo do inquirido**



$$\chi^2_{(2)} = 10,005, p < 0,05$$

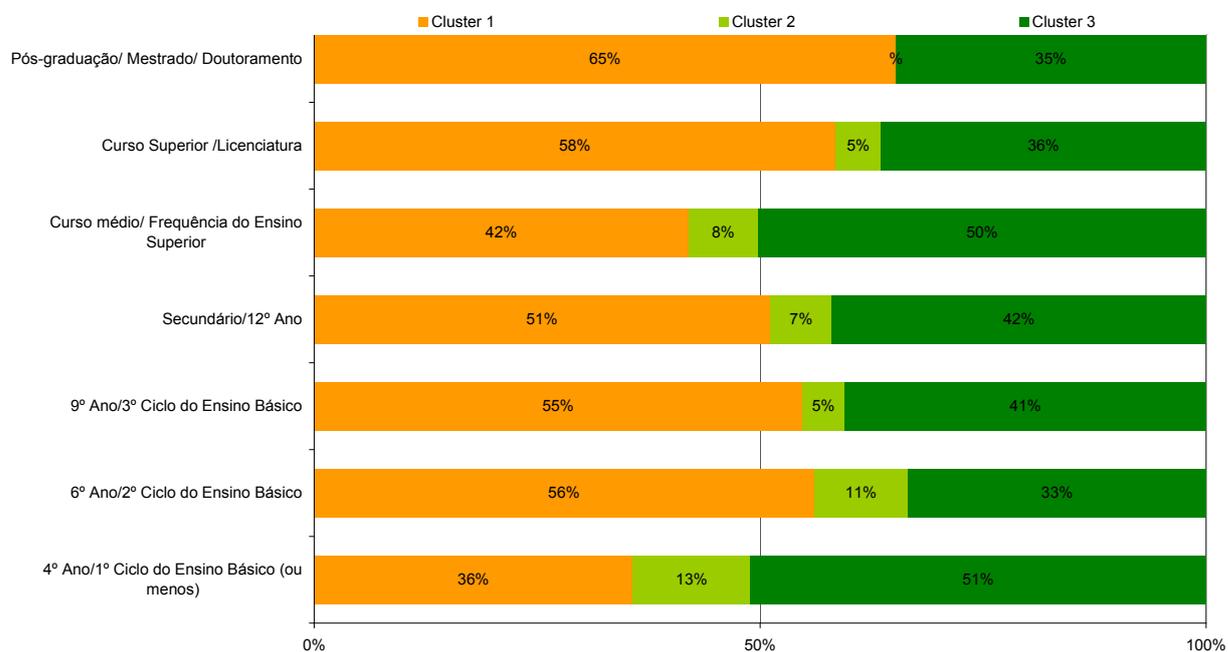
<sup>58</sup> A média de horas de trabalho diminui à medida que aumenta o nível de instrução. Básico: 9,19h; Secundário: 8,69h; Superior (8,49h). Mas a diferença de médias não é significativa.

**Gráfico 78. Tipo de relação com o tempo (clusters), por idade do inquirido**



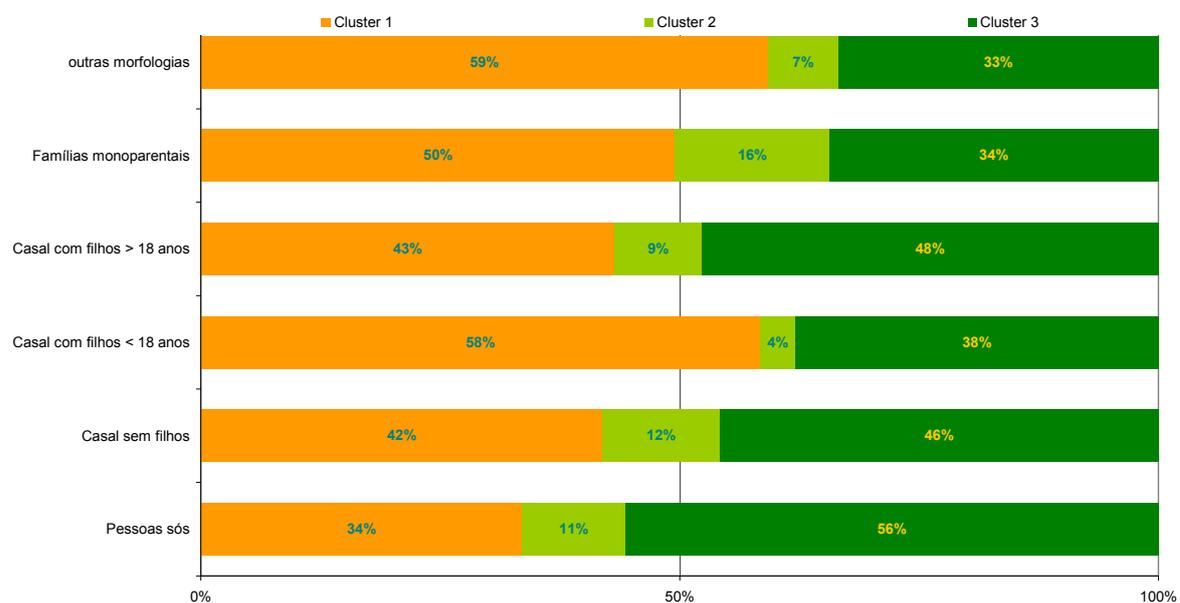
$\chi^2_{(10)} = 120,321, p < 0,001$

**Gráfico 79. Tipo de relação com o tempo (clusters), por grau de instrução**



$\chi^2_{(12)} = 50,856, p < 0,001$

Gráfico 80. Tipo de relação com o tempo (clusters), por tipo de morfologia familiar



$\chi^2_{(10)} = 50,221, p < 0,001$

A coexistência entre debilidades historicamente estruturais e o veloz progresso observado ao nível do Desenvolvimento Humano apresenta-se como uma marca indelevelmente associada à contemporaneidade Portuguesa.

A análise dos danos e das percepções de carência reportadas pelos Portugueses apresenta-se, neste contexto, como uma oportunidade privilegiada para reflectir sobre os aparentes paradoxos de uma realidade *una*, mas experimentada em desiguais condições materiais e subjectivas de vida. Uma realidade politicamente democrática, socialmente integrada num caminho de *progresso*, mas onde a Mudança Social se processa, internamente, a diferentes velocidades, enfrentando diferentes combinações de resistência – suscitando fragilidades em âmbitos de desenvolvimento aparentemente *resolvidos*, renovando contornos de *velhos* problemas e potenciando a emergência de *riscos*, efectivamente, novos.

Na análise dos resultados do Inquérito às Necessidades em Portugal, os aparentes paradoxos tornam inevitável, em alguns casos, a sensação de enfrentar um *copo* que – se indiscutivelmente *meio cheio* quando olhado numa perspectiva histórica mais longínqua – se apresenta, na leitura comparativa com os contextos actualmente considerados política e socialmente próximos, *meio vazio*. A atenção à investigação realizada em moldes comparativos internacionais assume também, neste sentido, uma importância estratégica no relativizar da leitura dos dados recolhidos.

A extensão do presente relatório indicia o vasto campo para a exploração dos resultados. Neste capítulo conclusivo, da análise realizada, destacar-se-ão três temas considerados chave na leitura dos dados recolhidos: o destaque da pobreza e da privação, ao nível das necessidades físicas e de recursos no país; o aprofundamento das necessidades associadas ao bem-estar e à emergência do EU; confiança, capital social, perspectiva do futuro como necessidades associadas ao domínio do *Ser* (Erik Allardt, 1993).

## **1. Necessidades e Pobreza: forte presença das necessidades físicas e de recursos e forte heterogeneidade social**

Numa sociedade como a portuguesa, com fortes níveis de pobreza e de grande disparidade social, os resultados da inquirição não são de estranhar pois reflectem esses dois traços essenciais conhecidos. Por um lado, o peso relevante da privação e da pobreza num grupo significativo de entrevistados e, por outro lado, uma heterogeneidade social que faz com que a expressão das necessidades seja atravessada pela diversidade das condições de vida da população portuguesa e pela subjectividade das condições de apreciação das carências sendo sempre difícil uma análise “objectiva” das carências manifestadas.

### ***O peso da pobreza e dos baixos rendimentos na população interrogada.***

O discurso dos entrevistados face às necessidades está, em larga medida, marcado pela privação de uma percentagem significativa de respondentes. Cerca de 1/3 da população entrevistada vai manifestando, ao longo do questionário, dificuldades várias, e de diferente intensidade, face à vida quotidiana. Apesar do questionário manifestar a diversidade dos modos de vida e das formas de expressão das necessidades da população portuguesa, é um contexto marcado pela precariedade que sobressai, estando uma parte significativa da população preocupada com a sua sobrevivência e tendo dificuldades em assegurar algumas condições de vida básicas.

Para a maioria dos entrevistados, a percepção das necessidades associa-se, assim, a necessidades físicas e de recursos: rendimentos, emprego, acesso aos serviços de saúde, transportes e acessibilidades. Estas necessidades decorrem não apenas da apreciação dos rendimentos do trabalho mas também dos recursos sociais provenientes do “modelo social” de desenvolvimento da sociedade portuguesa com dificuldades em assegurar dimensões chave das políticas sociais como a protecção na saúde e na velhice.

São muitos os traços que definem estas dimensões de forte carência:

- Deve salientar-se que mais de metade da população interrogada (57%) declara que o seu orçamento familiar é inferior a 900€;
- Num contexto em que a precariedade laboral sobressai de forma marcante – em que 41,3% dos respondentes experimenta vínculos passíveis de traduzir condições de alguma precariedade e 10,5% estão desempregados – a dificuldade e a incapacidade em poupar afecta os vários escalões de rendimento: cerca de metade dos inquiridos admite não conseguir fazer qualquer poupança;

- Ainda que motivado por diferentes factores, não deixa de ser importante notar traços de carência particularmente penosos: metade dos inquiridos considera não ter possibilidade, por dificuldade económica, de gozar da totalidade de uma eventual baixa médica, por exemplo. Também *comprar todos os medicamentos receitados*, apesar de possíveis para a maioria, é inalcançável 13% dos respondentes;
- Mais de 1/3 dos inquiridos (35%) tem dívidas e destes mais de 43% tem dívidas superiores a 25% do seu rendimento familiar;
- Mais de 15% afirma terem tido dificuldades no pagamento de despesas relativas à habitação, nos últimos 12 meses;
- Cerca de 20% apresenta um índice de privação elevado.

Claro que estamos perante níveis de privação importantes mas longe daqueles que assolam os países menos desenvolvidos onde as carências elementares de habitação, de abrigo, de segurança básica não estão garantidas. No entanto, em pleno século XXI, e na Europa, as carências e os danos associados às necessidades físicas e de recursos assumem (ainda) particular expressão junto de uma parte substancial da população residente em Portugal Continental. Quer falemos de rendimentos auferidos, quer de emprego e condições de trabalho, ou ainda de condições de mobilidade e acesso aos serviços de saúde, verificamos que 1/5 da população inquirida vai manifestando dificuldades várias na realização do seu quotidiano<sup>59</sup>. Os idosos e os mais jovens, as famílias monoparentais, os casais com filhos menores e os isolados (particularmente, em sequência de rupturas na vida familiar, como, por exemplo, situações de divórcio ou viuvez) e os menos instruídos – estes são, neste âmbito, grupos particularmente frágeis.

### ***A diversidade social e a expressão das necessidades***

Apesar do peso da população pobre, a diversidade social está claramente expressa no questionário quando se referencia um “índice de privação” onde a distribuição dos grupos sociais se reparte de forma bastante simétrica pelos níveis de privação encontrados<sup>60</sup>. A aconselhada conjugação entre indicadores de Pobreza e de Privação (Carlos Farinha, 2008) permite verificar que a privação atinge os diversos grupos sociais de uma forma menos dual. Se a análise da pobreza acentua um fosso existente entre grupos extremos, a da privação

<sup>59</sup> De alguma forma, a inquirição confirma os dados oficiais que consideram que 18% da população vive abaixo do limiar de pobreza.

<sup>60</sup> Note-se a descoincidência entre os rendimentos declarados e os níveis de privação. Nos primeiros há uma maior homogeneidade por baixo enquanto nos segundos há um maior leque e hierarquização dos diferentes grupos sociais parecendo pois haver uma sub-declaração de rendimentos dos indivíduos colocados no ponto mais alto da escala de rendimentos.

revela uma vulnerabilidade mais partilhada, entre grupos sociais diversamente posicionados em termos de recursos e capacidades.

A complexidade dos suportes económicos à sobrevivência familiar está presente quando se reflecte que estes rendimentos não têm apenas por origem o trabalho - uma parte significativa dos inquiridos refere receber algum tipo de apoio (cerca de 1/3) advindo este, sobretudo do Estado (11% recebe apoio público) e da família (6%).

Ainda assim, os indicadores de privação demonstram o alargamento da exposição à vulnerabilidade, afectando grupos bastante diversos. Sublinhe-se as percentagens elevadas dos que não conseguem *gozar de uma semana de férias anualmente fora de casa* (61,9%) ou *manter a casa devidamente aquecida* (32,6%)

Esta diversidade social, que atravessa o questionamento que foi realizado, tem forte impacto na forma como os diferentes grupos sociais vão exprimir as necessidades. Está-se perante um problema de compreensão complexa que, embora não subscrevendo a teoria da hierarquia das necessidades de Abraham Maslow (1970), faz sobressair nos grupos mais vulneráveis necessidades mais ligadas ao ter (*having*) do que ao ser (*being*). De facto, é ao nível dos grupos sociais com maior capital cultural que emergem maiores preocupações com dimensões de bem-estar mais imateriais, relacionadas com necessidades sócio-afectivas e de desenvolvimento pessoal e social.

## **2. A afirmação do Eu, do Bem-estar e da Felicidade**

A satisfação dos inquiridos com a sua vida, o grau de felicidade que sentem actualmente e a aferição da sua auto-estima assumem, na presente pesquisa, uma importância estratégica na descoberta das necessidades dos indivíduos.

Justifica este interesse, o próprio entendimento teórico subjacente à pesquisa, segundo o qual as necessidades se configuram como danos e/ou percepções de carência, cuja insatisfação gera impactes negativos na optimização da qualidade de vida e das oportunidades de desenvolvimento pessoal dos indivíduos. Neste âmbito, satisfação com a vida e felicidade oferecem-se como variáveis *de balanço*, que se supõe resultar da conjugação de avaliações parcelares do sujeito sobre o *sucesso* e as insuficiências alcançadas nas várias dimensões da sua vida. De facto, a não correspondência entre os vários níveis de necessidades emerge com alguma expressão: os níveis de satisfação pela vida e apreciação da felicidade, os sentimentos positivos, sendo baixos comparativamente a inquirições internacionais, são bem mais elevados do que faria prever o peso das “necessidades básicas”.

### ***Malgré tout ... Um sentimento de bem-estar individual, de satisfação e felicidade***

Curiosamente, e apesar da forte presença da privação ao nível das condições de vida, já comentada, a satisfação pela vida e a felicidade emergem maioritariamente numa apreciação positiva, manifestando, os inquiridos, fundamentalmente sentimentos positivos na sua vida quotidiana.

A *medição da satisfação com a vida e da felicidade* tem sido realizada de inúmeras formas, sendo que estes indicadores vêm sendo sistematicamente monitorizados num conjunto de estudos internacionais, comparativos, nomeadamente ao nível da UE. Nessas pesquisas, há muito que se observa que a *satisfação com a vida* atinge, em Portugal, valores cotados como *dos mais baixos*. Em termos comparativos, os resultados da presente inquirição seguem esta tendência, ainda que o valor médio de satisfação com a vida atinja um valor positivo – 6,6 – ultrapassando claramente o ponto médio da escala de apreciação.

Decorrente de processos menos cognitivos e mais afectivo-emocionais, o grau de felicidade sentido pelos inquiridos atinge um valor superior ao observado para a satisfação geral com a vida – 7,3 numa escala semelhante – no que confirma também uma tendência internacionalmente confirmada.

A satisfação com a vida e a felicidade são indicadores de bem-estar individual, sendo este confirmado pela predominância de sentimentos positivos, embora os sentimentos negativos não sejam de desprezar na medida em que cerca de 1/3 diz sentir-se frequentemente *ansioso/preocupado* e quase 7% sentir-se frequentemente como não pertencendo à sociedade.

São vários, e diversificados, os factores que influenciam os sentimentos negativos. Estes estão mais presentes nos grupos com índice de privação elevado, nas pessoas que possuem algum tipo de limitação física ou psíquica assim como os que mais sentem que dedicam pouco tempo da sua vida diária aos outros, a si mesmos e a outro tipo de actividades, ou seja, os mais precarizados pelo tempo.

Na perspectiva teórica que suporta a pesquisa, explorar as variáveis que formatam o bem-estar individual permitiria também distinguir os diferentes pesos alcançados por necessidades de tipos analiticamente distintos – desde as associadas à manutenção da sobrevivência física dos indivíduos, até às necessidades relacionadas com a formulação de identidades sociais, relacionamento interpessoal e desenvolvimento pessoal (ALLARDT, 1993).

Salvaguardando o interesse da medição descritiva dessas avaliações (de saber-se que nível atingem, numa escala determinada), procurava detectar-se que necessidades e que factores contribuem para a formulação de graus maiores ou menores de felicidade e satisfação com a vida. A análise dos factores de satisfação permite perceber que os níveis mais elevados de satisfação se situam nas esferas mais privadas e de relacionamento interpessoal, nomeadamente, a vida familiar e as relações de amizade. Concomitantemente, as dimensões

de insatisfação articulam-se, obviamente, com os baixos níveis de vida mas provêm também de condições mais imateriais, da ordem do *Ser* e da realização pessoal, como a consideração da existência de pouca vida espiritual e participação cívica e o descontentamento face ao tempo livre.

O peso das condições materiais faz-se sentir ainda no enunciar de factores que proporcionariam maior qualidade de vida. *Ter mais dinheiro, mais saúde/melhor acesso a cuidados de saúde e arranjar trabalho ou mudar de emprego* seriam os elementos chave, segundo os residentes em Portugal Continental, para que a sua qualidade de vida melhorasse.

Conclui-se contudo que, apesar da forte presença da privação ao nível das condições de vida – e apesar de os factores que poderiam melhorar a qualidade de vida reportarem directamente a necessidades físicas e de recursos – a satisfação pela vida e a felicidade emergem como apreciações maioritariamente positivas.

Apesar de comparativamente menores face a outros contextos internacionais, o facto de estes indicadores assumirem valores médios positivos permitem pensar num desfasamento entre as condições objectivas de vida e a percepção do bem-estar. Neste caso, a *falta de dinheiro* não impede, de facto, a felicidade – embora o posicionamento do indivíduo em termos de índice de privação exerça uma força preponderante na formação de sentimentos e predisposições negativas.

### ***A precariedade pelo tempo***

Um dos maiores factores de insatisfação manifestados é a *falta de tempo* para si, para os outros ou para as actividades sociais. Feliz ou infelizmente, o tempo é dado fixo e limitado não se podendo diminuir ou acrescentar horas ao que está fixado.

Há muito que os investigadores se preocupam com as interacções entre as diferentes actividades da vida social – que não se limitam à célebre dupla trabalho/vida familiar – mas sem conseguir chegar a um modelo integrado que possa ajudar a dar conta da complexidade de papéis e das temporalidades da vida quotidiana. É o tempo para si, o tempo da família, o tempo para o trabalho, o tempo para o consumo e lazer, etc. Cada vez mais estas variáveis são múltiplas, diversas nos modos de vida e de difícil modelização.

O que a inquirição permite situar é a clivagem quase simétrica entre os que têm tempo e os que não têm tempo. Não sendo uma problemática aprofundada neste trabalho, é importante destacar o esforço, sobretudo das mulheres, na conciliação entre trabalho e vida familiar. A prevalência de uma ética do trabalho penalizadora para os próprios indivíduos e sua vida pessoal parece assumir uma particular importância na compreensão deste quadro. Em prejuízo do seu bem-estar e actividades de relacionamento interpessoal, a esfera do trabalho parece

imunizada às interferências das responsabilidades assumidas noutras esferas da vida, nomeadamente, no tempo e nas atribuições afectas à vida familiar. Mais frequentemente se assume que *chegar a casa muito cansado do trabalho para fazer domésticas necessárias* é algo que acontece muitas vezes durante a semana (42,3%) – sendo menos expressiva a percentagem que confessa que alguma vez a sua concentração no trabalho é prejudicada pelas suas responsabilidades familiares (33,4%).

O tempo pessoal, tempo para si, adquire já uma importância significativa, fruto deste individualismo moderno que exige ao sujeito o tempo da sua própria auto-reconstrução, física, moral ou reflexiva. O tempo para si, para estar só ou para cultivar-se também é sentido por alguns como insuficiente. Apenas cerca de metade considera ter tempo suficiente para tratar de si/cultivar interesses pessoais (54%) ou estar sozinho (46%).

### ***A confiança em si e o processo de activação***

Colocava-se como hipótese que uma relativa elevada satisfação com a vida e um percurso de mobilidade social traria consigo formas de activação para o reforço de energia disponível para um reinvestimento em si. Ultrapassando a explicação das necessidades a partir da satisfação das necessidades económicas, o enquadramento da pesquisa enfatizava a dimensão da capacitação como uma dimensão que, repousando sobre as expectativas futuras, considerava e analisava factores de activação que permitiriam aproveitar novas oportunidades em função de projectos de realização individual e familiar.

Numa sociedade de incerteza onde cada um é continuamente colocado à prova numa luta pelo reconhecimento de si e pela conquista «de um lugar», a capacidade de acção torna-se um elemento central de sobrevivência e de afirmação. Cada um está entregue às suas próprias potencialidades mas também às suas dúvidas e medos que não pode deixar de gerir, num esforço quotidiano de acção com vista à construção do seu futuro. De alguma forma, trata-se menos da capacidade de delinear um futuro do que da capacidade em desenvolver acções estratégicas adaptando-se a uma sociedade em contínua mudança gerindo as oportunidades a seu favor.

As capacidades, e o processo da sua activação, podem assumir uma grande diversidade de formas, sendo transversal às dimensões analisadas e é assaz difícil dar conta das motivações que as tornam reais e operativas nomeadamente ao nível da capacitação para sair de situações de vulnerabilidade e de dependência. A estruturação das capacidades depende quer das oportunidades sociais que estão presentes no contexto de acção, quer da experiência de exercício da liberdade de decisão o que se relaciona com uma grande diversidade de variáveis como a idade, o género, os níveis de rendimentos ou de capital social, etc.

É conhecida a dificuldade das pessoas de menores recursos em encontrar capacidades de activação quer por encontrarem menores oportunidades de informação quer por disporem menores competências e treino do seu exercício. É reconhecida a importância desta dimensão na análise da inclusão pois contribui para dar conta da importância de factores imateriais na expressão das vulnerabilidades, mas deverá chamar-se a atenção para o facto de também se poder correr o risco de insistir sobre os factores individuais da activação minimizando as dimensões mais colectivas e sociais. No entanto, a motivação para a mudança, a capacidade de correr riscos, a ambição face ao futuro, a mobilização através de projectos, isto é, a capacidade de activação do sujeito, são factores que estão subjacentes aos percursos de mobilidade social.

Apesar das dificuldades em dar conta desta dimensão, e do jogo entre capacidades e oportunidades, parece indiciar-se, numa percentagem significativa de entrevistados, alguma acomodação à situação actual e são poucos os inquiridos que manifestam capacidades e desejos de activação. A própria *vontade de arriscar*, de *aproveitar oportunidades* raramente ou nunca acontece para 39% dos inquiridos – sendo que apenas 22% refere senti-la frequente ou muito frequente.

Por exemplo, os baixos níveis de remuneração e a ausência de perspectivas de ser promovido apresentam-se como os principais danos experimentados pelos inquiridos no seu trabalho. Mas mesmo entre a expressiva minoria de indivíduos que confessa o desejo de mudar a sua situação profissional (31%) – na qual se destaca a presença das mulheres (58%) e dos jovens entre os 18 e os 34 anos (52% - mais de 1/3 assume não ter feito nem estar a fazer nada para que tal aconteça). Quando questionados sobre a possibilidade de procurar alternativas no estrangeiro por via da emigração, a maioria (63%) dos indivíduos recusa a possibilidade, apesar de não dever desprezar-se que mais de 1/3 dos inquiridos equaciona essa possibilidade.

Uma das dimensões mais socialmente valorizadas para o aumento das capacidades de acção é a melhoria dos níveis de escolarização. Também aqui há um certo apaziguamento da ambição com um valor de satisfação pelas habilitações existentes de 6,6 numa escala pontuada de 1 a 10 (máxima satisfação). Refira-se, ainda, que a maioria dos indivíduos não frequentou, nos últimos 3 anos, qualquer curso (75%) e apenas uma minoria deseja voltar a estudar. Incapacidades próprias justificam a falta de vontade de retomar esta prática, nomeadamente, o achar já não ter idade para tal (para 51% dos indivíduos que não querem voltar a estudar) e a falta de tempo (para cerca de ¼ dos mesmos). Vale a pena sublinhar que são os que já têm níveis de habilitações médios ou acima da média que estudaram ou manifestam vontade de vir a estudar, o que parece indiciar uma hierarquia também desigual nas potencialidades de desenvolvimento dos diferentes grupos sociais em presença.

Mas se a escolarização parece ser pouco apetecível, é muito interessante o reconhecimento da necessidade de aprender dimensões mais informais. Neste âmbito, são postas em evidência competências associadas à plena fruição da designada sociedade do conhecimento. Em termos gerais, a necessidade de aprender mais reporta às seguintes actividades: 1) comunicar em línguas estrangeiras e 2) utilizar o computador e a Internet, 3) acompanhar os filhos na vida escolar e 4) expressar as próprias ideias por escrito

### **3. Risco, Confiança e Capital Social**

A aceitação da existência de uma “sociedade de risco” tem sido assumida nas últimas décadas, essencialmente pela percepção que tem a maioria dos cidadãos de viver numa sociedade com dificuldades em controlar a imponderabilidade quer societal quer individual. Desde o célebre livro de Beck (1999), que estamos cientes de pertencer a uma “comunidade mundial de risco” onde os perigos não são mais os de um só país mas têm uma escala planetária e onde, paradoxalmente, o progresso científico, ao abrir horizontes sobre o controle das imponderabilidades, também tem como efeito aumentar as capacidades de abertura a novos riscos.

Apesar dos constrangimentos sociais que limitam oportunidades (alguns dos quais, indiscutivelmente tradicionais e conhecidos), a ampliação das oportunidades e das possibilidades de escolha na construção dos projectos de vida confronta-se com a própria natureza imponderável dos factores de mudança. Neste contexto, a crença nas próprias capacidades, as oportunidades e capacidades de prevenção face ao futuro e ao inesperado, a confiança nos outros e na reciprocidade dos *gestos* e o crédito votado às instituições como instrumentos de protecção colectiva face ao imponderável<sup>61</sup>, assumem-se como factores estruturantes no sucesso de estratégias de resiliência individual e colectiva.

Para ancorar estas estratégias, as redes de relações sociais são indispensáveis. Por essa razão, as teorias do capital social, na imensa diversidade de entendimento deste conceito, têm vindo a demonstrar a «força dos laços fracos» e, sobretudo, o papel estrutural que têm as redes de relações sociais na criação de dimensões de segurança e de coesão social mas também de competitividade de uma sociedade moderna.

O capital social tornou-se, assim, um conceito central onde está sedimentado o bem-estar individual e a felicidade mas também a acção colectiva, considerando-se que a democracia necessita não apenas de capital económico mas muito particularmente de capital social e cultural, intimamente associados.

---

<sup>61</sup> Dir-se-á que o que é novo não é sobretudo o imponderável. O que é novo são os tipos de ameaça e a descrença ou relativização das narrativas teleológicas como preditoras do futuro.

Na presente inquirição, a expressão da *sociedade de risco* perpassa dimensões diversas, insinuando-se em variáveis objectivas (por exemplo, na precariedade do trabalho e dos vínculos de emprego) e subjectivas (desconfiança e incertezas quanto ao futuro).

Neste âmbito, a inquirição revela um sentimento assumido de se viver numa sociedade de risco e de desconfiança o que pode ser reconhecido em diversas dimensões: 1) na necessidade de prevenção contra a protecção face à imponderabilidade (doença, reforma, desemprego); 2) no fechamento nas relações mais próximas, nomeadamente familiares e de amizade; 3) na falta de confiança nos outros e na esfera pública e 4) na diminuta participação nas organizações de índole mais societária.

### ***A sensação de risco e a procura de protecção na adversidade***

A situação económica actual, e o momento da inquirição, em finais de 2008, não podem deixar de influenciar as opiniões mas parece ser transversal a todos os grupos sociais a preocupação face ao futuro. A imponderabilidade dos factores de desenvolvimento do país e a incerteza face ao futuro atravessam todo o questionário associando a vulnerabilidade pessoal e familiar à procura da segurança considerada como um valor positivo.

Em primeiro lugar, a segurança face ao trabalho – e portanto face aos rendimentos – num contexto onde 41,3% dos inquiridos tem contratos precários ou a termo certo e onde maioritariamente (2/3 dos inquiridos) não considera provável mudar de emprego nem o desejaria. Atravessa as respostas, a noção de que o futuro não é apenas incerto mas potencialmente menos promissor quer para si quer para os seus filhos. Os inquiridos consideram maioritariamente que, se perdessem o emprego dificilmente teriam oportunidade para encontrar novo emprego e com remuneração semelhante, e muitos temem que o futuro dos seus filhos não seja melhor do que o seu.

Algumas acções de protecção começam a emergir, embora de forma ainda não massiva. Apesar das dificuldades em fazer face às despesas, há já uma percentagem de indivíduos que adere a sistemas privados de protecção social (cerca de 23% dos inquiridos tem um seguro de saúde e quase 20% tem planos de poupança reforma - PPR).

### ***A satisfação pelos laços primários: família e amigos***

As redes familiares, de amizade e a participação cívica são consideradas elementos fundamentais do capital social e cimentos indispensáveis para o bem-estar individual e societal. O capital social tem uma função estrutural, sendo considerado como um recurso indispensável

para a acção. Como as outras formas de capital, ele é “produtivo”<sup>62</sup> permitindo, pela sua presença ou ausência, que certos objectivos sejam atingidos. Ele é mesmo considerado uma variável explicativa da acção. Ao contrário de outros tipos de capital, não está integrado nos objectos nem nas pessoas ou meios mas nas redes de relações entre as pessoas

A distribuição diferencial do capital social pelos grupos sociais, as redes que o alimentam, a hierarquia e estratégias de accionamento, etc., são hoje objecto de inúmeros estudos que têm salientado a importância da família como rede de base de cimentação do capital social para todos os grupos sociais e muito particularmente para os grupos sociais desmunidos de outro tipo de capital. Assim, tem-se enfatizado a importância da família e das redes comunitárias locais para os grupos sociais onde o capital económico não é abundante.

A inquirição confirma a importância da família no suporte material e emocional a todos os níveis da vida quotidiana e para todos os grupos sociais, com alguma hierarquia tradicional – conjugues, pais e irmãos. Os amigos emergem também com importância para necessidades mais emocionais e afectivas do que materiais e de suporte para cuidar dos filhos. É pouco elevada, mas não desprezível, a percentagem dos que não têm ninguém a quem recorrer, por exemplo para pagar uma dívida ou para desabafar.

### ***A des-confiança nos outros e na governação***

A confiança, nos outros e nas instituições, é indispensável numa sociedade entendida como de risco na medida em que permite a geração de laços de conforto que impedem a sensação de “salve-se quem puder” e o estabelecimento real, ou simbólico, de laços sociais. Numa sociedade de incerteza, e onde as esferas tradicionais de socialização perderam o seu vigor, a vulnerabilidade sentida é tanto mais forte quanto menor forem os factores de confiança em si, nos outros e nas instâncias públicas.

Não está estabelecida a relação entre a confiança social e a confiança no governo e entre estas e o associativismo. Alguns estudos mostram mesmo que países de transição democrática recente como Espanha produziram uma legitimidade democrática elevada sem que o nível de confiança interpessoal e a participação associativa aumentasse significativamente.

O sentimento de confiança é simultaneamente racional e emocional e evolui no espaço e no tempo em função de experiências de vida pessoal ou societária. A confiança, sendo essencialmente um fenómeno de redução da incerteza, é também algo que tem profundos

---

<sup>62</sup> Cfr Cherche capital social, désespérément de Évelyne Ritaine in [http://www.cairn.info/article.php?ID\\_REVUE=CR11&ID\\_NUMPUBLIE=CR11\\_012&ID\\_ARTICLE=CR11\\_012\\_0048](http://www.cairn.info/article.php?ID_REVUE=CR11&ID_NUMPUBLIE=CR11_012&ID_ARTICLE=CR11_012_0048)

impactes nas estratégias e nos modos de vida de forma a reforçar ou a esbater o sentimento das vulnerabilidades de cada um.

De facto, é a confiança que gera o sentimento de pertença e o reconhecimento como membro de uma comunidade e de uma sociedade, assentando na noção de que existem princípios de liberdade fundamental, de igualdade de oportunidades, de protecção na adversidade, etc., que são resultado de suporte de redes sociais privadas e públicas, o que está no fundamento da coesão social de qualquer sociedade.

Face à importância do significado simbólico da confiança, e às consequências práticas da sua ausência, torna-se assaz chocante os baixos níveis de confiança manifestados pelos interlocutores quer no que se refere à confiança nos outros, quer no que se refere à confiança nas instituições.

A confiança nos outros alcança um valor médio muito baixo, situado em 4,5, numa escala de 1 a 10, não atingindo, portanto, o ponto médio da escala. Embora varie com as idades, género e níveis de instrução, é apenas com esta última variável que atinge o grau médio da escala (os inquiridos com um nível de instrução superior, revelam um nível médio de confiança nos outros de 5,2).

Acrescente-se que a confiança nas instituições, sobretudo públicas, não é maior. As instituições que nos governam merecem um menor nível de confiança dos inquiridos, concentrando um maior número de respostas nas categorias *pouca ou nenhuma confiança* (70%). Curiosamente, as instituições privadas recolhem, em geral, níveis mais elevados de confiança; Ensino Privado (76 %), Sistemas de Saúde Privados (74%), e Associações de Solidariedade Social (69%). Os Sistemas de Protecção Social Privados suscitam uma menor confiança (53% deposita *pouca ou nenhuma confiança* nestes sistemas).

O clima de desconfiança é, ainda, manifestado na resposta á interrogação sobre as prioridades para melhorar a qualidade de vida em Portugal, onde, em primeiro lugar, se considera o tornar a habitação financeiramente mais acessível, em segundo, combater a corrupção e, em terceiro, reduzir ou evitar criminalidade violenta.

É curioso verificar que a hierarquia de respostas face aos problemas da sociedade portuguesa inclui vários actores, todos eles fundamentando (ou não) a confiança. Nestas respostas estão incluídos os níveis de protecção social (habitação), a confiança no sistema de governação (corrupção) e a confiança nos outros (criminalidade violenta).

Como afirma Pierre Rosanvallon recentemente (Março de 2009) «La démocratie est inséparable de l'idée de cohésion sociale. Et c'est effectivement aujourd'hui là qu'est le problème. Car il y a un écart grandissant entre ce qu'on pourrait appeler une démocratie des droits, qui est, d'un certain point de vue, en progression (...), et d'un autre côté, une démocratie d'intégration qui, elle, est totalement en panne, voire en pleine régression.(...) Il ne faut jamais

oublier que l'origine même de la démocratie a été liée à la nécessité de trouver des institutions participatives pour faire vivre la diversité.»<sup>63</sup>

### ***A participação cívica e o capital social***

A importância do capital social já não como recurso disponível mas como disposição colectiva, fruto de identidades sociais, comunitárias ou societárias – incitando à cooperação tem vindo a ser salientada. Considera-se que uma nação com identidade positiva recolhe os seus trunfos da vitalidade da sociedade civil que, por sua vez, resulta do entrelaçamento de instituições intermédias.

Muitos analistas consideram estar aqui uma das chaves de interpretação da acção política que permite altos níveis de solidariedade colectiva, de participação cívica e política.

Assim, as sociedades com forte capital social e cultural, entendido também como disposição para cooperar, definidas como sociedade de confiança, parecem melhor adaptadas às economias modernas muito interactivas e necessariamente confiantes nas relações sociais imateriais.

Para alguns, as sociedades mais familistas seriam sociedades tradicionalistas a que se oporiam as sociedades mais «racionais», assentes em relações imateriais e de confiança formal. Outros consideram que todos os tipos de capitais têm uma função essencial na sedimentação da coesão social e que nomeadamente as relações mais familistas e comunitárias seriam indispensáveis para o reforço da confiança. Desde Robert Putman (2000), que o diagnóstico da análise do capital social demonstra a importância da cultura cívica (confiança, reciprocidade, redes de compromisso cultural e político, etc.) na eficácia do funcionamento democrático de uma sociedade.

Aliás, esta problemática tem vindo a tornar-se cada vez mais complexa através de uma crítica à visão linear e normativa que afirma a ligação directa entre a extensão do associativismo e participação cívica e a democraticidade de uma sociedade, na medida em que esquece que a cooperação não se limita a produzir os laços sociais (*bridging capital*), mas pode também produzir sociedades fechadas, fragmentadas e de interesses particularistas (*bounded solidarities*).

A questão importante que aqui se poderá interrogar é como uma sociedade tão «quente» do ponto de vista da força dos laços familiares é tão frágil do ponto de vista dos laços comunitários e societários, nomeadamente ao nível do associativismo e participação cívica.

---

<sup>63</sup> <http://desirdavenirparis5.over-blog.com/article-31113423.html>

A análise da participação formal e informal, como indicadores de participação na comunidade/sociedade, manifesta dois comportamentos distintos: um grau elevado ao nível da participação formal (aqui medido pela votação nas últimas eleições para a Assembleia da República em 2005 -75%) mas, por outro, pouco investimento na participação informal na comunidade - actividades de voluntariado, associativismo, fazer um donativo junto de uma instituição, etc. que não vão para além dos 10% de práticas entre os interrogados.

### ***O receio face ao futuro e a preocupação com o futuro das gerações seguintes***

A auto-avaliação de si e da sua vida, não deixa de trazer consigo reflexões sobre o amanhã. No limite poderíamos afirmar que o futuro está presente no desejo de percorrer hoje o caminho que nos levará ao amanhã. Hoje, esta noção de sonho que contem o futuro tende a apagar-se sendo, de alguma forma, substituída pelo temor do que virá amanhã. Marc-Henry Soulet (2005) afirma que, nos dias de hoje, a modernidade que emergia como uma promessa, define-se frequentemente como uma ameaça<sup>64</sup>. Esta imponderabilidade, e quase ameaça do futuro, é muito exigente na própria preparação do amanhã, como afirma Soulet<sup>65</sup>.

A confiança no futuro é um antídoto face ao risco pois alimenta a crença numa melhoria das condições de vida. Na matriz sócio-histórica portuguesa, a evolução das condições de vida sofreu profundas e bruscas transformações devido à *revolução dos cravos*. Esta súbita e grande mobilidade social e societal, em poucas décadas, foi tributária, em larga medida, do surto de desenvolvimento económico acompanhado pelo grande desenvolvimento social e político e também pela inserção num espaço económico e cultural de grande dinamismo como a Europa. Uma parte significativa dos portugueses, numa só geração, rompeu com uma história de grande privação tendo incorporado a noção que a mobilidade social é algo que vai de si, sem um grande esforço pessoal acompanhando um surto de desenvolvimento colectivo. No entanto, a crise económica actual veio questionar essa ideia de evolução linear e permanente e, pela primeira vez, os portugueses vêem-se confrontados com a ideia de que o futuro pode não trazer para si e para os seus filhos o que pareceria garantido na era anterior.

A estabilidade é ainda uma referência e a maioria dos inquiridos assenta a sua vida laboral numa perspectiva de estabilidade: 75% considerar ser improvável vir a perder o emprego ou ser despedido, e 60% considera poder vir a trabalhar na mesma empresa até se reformar. Mas a mesma maioria considera que, se perdesse o emprego actual, seria difícil ou muito difícil arranjar emprego compatível, quer com o actual nível de vida (80%), quer com o actual nível de qualificações (72%).

---

<sup>64</sup> La vulnérabilité comme catégorie de l'action publique, Marc-Henry Soulet, in Pensée plurielle [De Boeck Université](http://www.cairn.info/revue-pensee-plurielle-2005-2-p-49.htm?WhatU=soulet&Auteur=&doc=N_DS_273_0331.htm&ID_ARTICLE=PP_010_0049) in [http://www.cairn.info/revue-pensee-plurielle-2005-2-p-49.htm?WhatU=soulet&Auteur=&doc=N\\_DS\\_273\\_0331.htm&ID\\_ARTICLE=PP\\_010\\_0049](http://www.cairn.info/revue-pensee-plurielle-2005-2-p-49.htm?WhatU=soulet&Auteur=&doc=N_DS_273_0331.htm&ID_ARTICLE=PP_010_0049)

<sup>65</sup> Idem

A esta percepção de que o futuro pode vir a ser difícil se perder o emprego, associa-se também a preocupação face ao futuro das próximas gerações considerando que estas poderão vir a ter piores condições de vida (45%), que poderá não ser possível proporcionar-lhes uma boa preparação escolar (18,3%), que há ameaças associadas a comportamentos de risco – traduzidas em categorias como a violência na escola (39%) e o consumo de drogas (38%).

Talvez por isso, os pais se sintam inseguros face aos modelos de educação quando alguns referem não ter a certeza de estar a dar ou fazer tudo o que as crianças/ jovens a seu cargo precisam (21%).

### **Mas afinal quais as necessidades dos portugueses?**

O aprofundamento das necessidades é uma análise complexa na diversidade das situações, dos instrumentos de análise do projecto de pesquisa em curso e as dificuldades de conhecimento orientam para cautelas epistemológicas e teóricas que colocam como provisórias estas conclusões que são sobretudo pistas para orientar a capacidade de nos irmos aproximando do conhecimento das necessidades dos portugueses. Assim, as “descobertas” da pesquisa funcionam mais como “hipóteses de trabalho” para futuros desenvolvimentos do que certezas absolutas e inabaláveis.

De qualquer forma, a hipótese que estrutura o entendimento desta inquirição é de que a sociedade portuguesa é atravessada por dois grandes níveis de necessidades. Por um lado, emergem necessidades advindas do seu modelo de desenvolvimento económico e social que referencia debilidades articuladas com o funcionamento do mercado de trabalho e das políticas sociais. Por outro lado, salienta-se uma sociedade assente em dimensões familistas e informais onde estão pouco presentes as variáveis ligadas ao sentimento de pertença a uma comunidade de cidadãos colectivamente responsáveis. A não confiança e a frágil participação civil fazem da sociedade portuguesa uma sociedade fragilizada nos seus laços colectivos mesmo quando os portugueses se sentem maioritariamente felizes e com pensamentos optimistas.

A coexistência entre tradição e modernidade atravessa os resultados da inquirição, sendo esta coexistência apanágio de sociedades em rápida transição, tornando-as plásticas e geralmente adaptáveis pois mantêm recursos e saberes das sociedades anteriores e conseguem absorver rapidamente os germens da mudança, sequiosas que estão de contemporaneidade, considerando-a atraente e apetecível. No entanto, parece urgente reforçar na sociedade portuguesa as dimensões mais racionais, colectivas e organizacionais que prefiguram hoje as sociedades ocidentais modernas.

## Bibliografia

ALLARDT, Erik (1993), *Having, loving, being: an alternative to the Swedish Model of Welfare Research*, in NUSSBAUM, Martha, SEN, Amartya (Ed.), *The Quality of Life*, Oxford: Oxford University Press.

BECK, Ulrich (1999), *World Risk Society*, Cambridge: Polity

DOYAL, Len, GOUGH, Ian (1991), *A Theory of Human Need*, London: MacMillan.

EUROFOUND – *European Foundation for the Improvement of Living and Working Conditions* (2009), *Second European Quality of Life Survey*, Dublin: EUROFOUND.

FARINHA, Carlos (2008), *Seis questões e algumas sugestões sobre os indicadores de Pobreza – Audição Pública sobre Linha de Pobreza* – consultado em: [http://www.gep.mtss.gov.pt/seminarios/audicaopublica\\_17out/carlosfrodrigues.pdf](http://www.gep.mtss.gov.pt/seminarios/audicaopublica_17out/carlosfrodrigues.pdf)

INE - Instituto Nacional de Estatística (2007), *Inquérito às Condições de Vida e Rendimento e Condições de Vida*.

MASLOW, Abraham (1970), *Motivation and Personality*, USA: Harper & Row, Publishers.

PUTNAM, Robert (2000), *Bowling alone: the collapse and revival of American community*, New York: Touchstone Book

YOUNG FOUNDATION (2006), *Mapping Britain's Unmet Needs. A report prepared for the Commission on Unclaimed Assets*, London: Young Foundation.

EUROSTAT (2007), *European Union Labour Force Survey-Annual results 2007*.

FAHEY, T., NOLAN, B., WHELAN, C., (2003), *Monitoring Quality of Life in Europe*. Luxembourg: Office for Official Publications of the European Communities.

SOULET, Marc-Henry, *La vulnérabilité comme catégorie de l'action publique, in Pensée plurielle : De Boeck Université* - consultado em: [http://www.cairn.info/revue-pensee-plurielle-2005-2-p-](http://www.cairn.info/revue-pensee-plurielle-2005-2-p-49.htm?WhatU=soulet&Auteur=&doc=N_DS_273_0331.htm&ID_ARTICLE=PP_010_0049)

[49.htm?WhatU=soulet&Auteur=&doc=N\\_DS\\_273\\_0331.htm&ID\\_ARTICLE=PP\\_010\\_0049](http://www.cairn.info/revue-pensee-plurielle-2005-2-p-49.htm?WhatU=soulet&Auteur=&doc=N_DS_273_0331.htm&ID_ARTICLE=PP_010_0049)

CET/ISCTE ( 2008) - *Plano Estratégico de Habitação*.



# CESOP Estudo sobre Necessidades em Portugal 2008

Data \_\_\_/\_\_\_/11/2008 Hora do início \_\_\_:\_\_\_ Hora do fim \_\_\_:\_\_\_ Entrevistador: \_\_\_\_\_

Rua \_\_\_\_\_

Freguesia (SEM PERGUNTAR): \_\_\_\_\_

Sou entrevistador do Centro de Estudos e Sondagens de Opinião da Universidade Católica.

Estamos a fazer um estudo sobre as condições e a qualidade de vida das pessoas que vivem em Portugal, no qual procuramos perceber como é que as pessoas gerem o seu dia-a-dia e como conseguem enfrentar e resolver as necessidades que têm.

**Gostaria de fazer algumas perguntas sobre este assunto à pessoa desta casa que, tendo 18 ou mais anos, foi a última a fazer anos.**

Não se importaria de a chamar?

(CONTINUAR O INQUÉRITO COM ESSA PESSOA) Posso colocar-lhe, então, algumas questões?

Todas as respostas são confidenciais e anónimas.

[Se inquirido se recusar ou se mostrar receio ou suspeitas] Posso dar-lhe os números de telefone do coordenador deste trabalho na Universidade Católica ou do seu telemóvel para que confirme.

## TRABALHO E EMPREGO

P1. Das seguintes opções, qual a que melhor se aplica à sua situação profissional actual? (LER ITENS)

1. Dono de empresa/negócio com trabalhadores a cargo (Patrão)	<input type="checkbox"/>
2. A fazer trabalho pago, por conta de outrem	<input type="checkbox"/>
3. A fazer trabalho pago por conta própria – Trabalhador Independente	<input type="checkbox"/>
4. Desempregado	<input type="checkbox"/>
5. À procura do 1º emprego [NA]	<input type="checkbox"/>
6. A estudar, mesmo se de férias, sem ser remunerado [NA]	<input type="checkbox"/>
7. A fazer serviço cívico ou militar	<input type="checkbox"/>
8. Na reforma com actividade profissional	<input type="checkbox"/>
9. Na reforma sem actividade profissional	<input type="checkbox"/>
10. A fazer trabalho doméstico, a cuidar de crianças ou de outras pessoas, sem ser pago [NA]	<input type="checkbox"/>
11. Em situação de doença ou incapacidade/invalidez permanente	<input type="checkbox"/>
12. Outra _____	<input type="checkbox"/>
Ns/Nr	<input type="checkbox"/>

P2. Há quanto tempo está nessa situação?

anos  meses

P3. Tem vontade de mudar a sua situação profissional?

Sim

Não → Se Activo PASSA À P5, Se Outras Situações PASSA À P14

Ns/Nr → Se Activo PASSA À P5, Se Outras Situações PASSA À P14

P4. O que já fez ou está a fazer para mudar a sua situação profissional (MÚLTIPLA, CODIFICAÇÃO OCULTA: NÃO LER ITENS)

Procurar emprego nos jornais/Internet, colocar ou responder a anúncio

Procurar emprego junto de amigos e conhecidos

Enviar Curriculum Vitae (CV) ou deslocar-se a empresas para apresentar CV

Procurar emprego noutras localidades portuguesas

Procurar emprego no estrangeiro

Tentar montar empresa ou negócio próprio

Investir na formação pessoal

Não fez, nem está a fazer, nada

Ns/Nr

## SÓ PARA EMPREGADOS / ACTIVOS

(restantes → P14)

P5. Poderia descrever-me o que faz exactamente na sua profissão actual?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

P6. **Indique qual o regime e a duração do contrato de trabalho que tem na sua actividade principal.**  
(ASSINALAR APENAS UMA RESPOSTA)

Regime		Duração (meses)
1. Empregado com contrato sem termo	<input type="checkbox"/>	
2. Empregado com contrato a termo certo	<input type="checkbox"/>	<input type="text"/>
3. Empregado com contrato a termo incerto	<input type="checkbox"/>	
4. Recibos verdes cumprindo horário	<input type="checkbox"/>	
5. Bolseiro	<input type="checkbox"/>	<input type="text"/>
6. Trabalhador por conta própria (recibos verdes)	<input type="checkbox"/>	
7. Trabalha num negócio de família	<input type="checkbox"/>	
8. Trabalha sem contrato	<input type="checkbox"/>	
9. Não sabe	<input type="checkbox"/>	
10. Não responde	<input type="checkbox"/>	

P7. **Exerce alguma actividade remunerada para além da sua profissão principal actual?**

Sim

Não → **PASSA À P9**

P8. **Por favor, indique o principal motivo pelo qual tem mais do que uma actividade profissional.**  
(LER ITENS)

Por necessidade económica. O que ganha na actividade principal não chega para as suas necessidades

Por exercício de um hobby, por prazer

Para ajudar familiares, ajudar no negócio familiar, conseguir dinheiro extra para ajudar familiares

Ns/Nr

P9. **Actualmente, no seu caso pessoal, avalia as seguintes situações como prováveis ou improváveis? Positivas ou negativas?** (LER ITENS. LER ESCALA)

	Provável	Improvável	Positivo	Negativo
Trabalhar na mesma empresa/instituição até se reformar	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Ter de mudar de lugar de residência para trabalhar	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Ter mais do que um emprego	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Perder o emprego/ Ser despedido	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		

P10. **Relativamente à sua actividade profissional principal, indique o grau de concordância relativamente às seguintes afirmações.** (LER ITENS. LER ESCALA)

	Discordo Totalmente	Discordo	Concordo	Concordo Totalmente
1. É justamente remunerado para aquilo que faz	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2. No seu trabalho tem capacidade de decisão e autonomia	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3. O n.º de horas que trabalha é suficiente para a realização das tarefas que lhe são atribuídas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
4. Trabalha em condições seguras e que protegem a sua saúde	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
5. O seu trabalho contribui para o seu bem-estar pessoal	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
6. Tem boas perspectivas de ser promovido no seu emprego	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
7. O seu trabalho contribui para a melhoria do país	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
8. O seu trabalho é adequado às suas qualificações	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

P11. **No último ano, com que frequência lhe aconteceu cada uma das seguintes situações?**  
(LER ITENS. LER ESCALA)

	Muitas vezes durante a semana	Muitas vezes por mês	Muitas vezes por ano	Raramente	Nunca
Chegar muito cansado(a) do trabalho para fazer as tarefas domésticas que precisam de ser feitas.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Ser difícil responder às responsabilidades familiares, porque passa muito tempo no emprego.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Ser difícil concentrar-se no trabalho, devido às suas responsabilidades familiares	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

P12. **Em média, quantas horas trabalha, por dia? Por favor, diga o n.º de horas real de trabalho, e não o que está definido no contrato.**

Horas

**P13. Se perdesse o emprego nesta altura, arranjar um trabalho (LER ITEM) seria (LER ESCALA)**

+	Muito difícil	Difícil	Fácil	Muito fácil	Ns/Nr
Compatível com o seu actual nível de vida	<input type="checkbox"/>				
Compatível com o seu actual nível de qualificações	<input type="checkbox"/>				

**NÍVEL DE VIDA, GESTÃO DE RENDIMENTOS E CONSUMOS**

**P14. Existem coisas que as pessoas não conseguem ter/comprar, mesmo que gostem delas. Indique, por favor, se tem capacidade, se quiser, para obter ou realizar os seguintes aspectos. (LER ITENS. LER ESCALA)**

	Sim, consigo se quiser	Não, não consigo	Ns/Nr
Manter a sua casa devidamente aquecida, se quiser	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Anualmente, pagar uma semana de férias fora de casa, sem ficar em casa de familiares	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Fazer diariamente uma refeição com carne ou peixe, se quiser	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Receber amigos ou família em casa, para uma refeição ou um café/ copo quando quer	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Usufruir do total do período de baixa médica sem grandes restrições para o orçamento familiar	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Em datas festivas (aniversários, Natal...), comprar presentes para oferecer às pessoas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Comprar todos os medicamentos que lhe são receitados	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

**P15. Nos últimos 12 meses, teve dificuldades em pagar no prazo previamente estabelecido alguma destas despesas? (LER ITENS)**

	Sim	Não	NA	Ns/Nr
Renda ou prestação da habitação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Contas de electricidade, água, gás	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Despesas de Alimentação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Despesas/Mensalidades com a Escola, creches, ATL's	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Outras. Quais? _____ _____	<input type="checkbox"/>	<input style="width: 100px; height: 20px;" type="text"/>		

**P16. Indique quais dos seguintes apoios recebe. (MÚLTIPLA. LER ITENS)**

Apoio financeiro institucional: Rendimento Social de Inserção, Subsídio de Desemprego, Complemento Solidário para Idosos

Apoio em géneros: de familiares e vizinhos, Banco Alimentar, etc.

Apoios Familiares: mesada, alojamento

Apoio Domiciliário: cuidados de enfermagem, alimentação, higiene

Outras fontes. Qual?

Não recebe nenhum apoio

**P17. Actualmente, há alguma coisa que não faça por falta de dinheiro?**

Sim

Não → **PASSA À P19**

**P18. Indique as 2 coisas que lhe custa mais deixar de comprar ou de fazer por falta de dinheiro. (MÚLTIPLA ATÉ 2. CODIFICAÇÃO OCULTA: NÃO LER ITENS)**

- Investir em formação
- Viajar
- Ir ao ginásio
- Reduzir despesas ou não usar telemóvel
- Usar a Internet
- Comprar livros/Cd's de música
- Utilizar menos o carro ou não utilizar
- Ir a exposições, ir ao cinema, ir a espectáculos
- Investir em formação/actividades extra para os filhos
- Comprar produtos de qualidade inferior aos que costuma comprar
- Deixar de poder pagar a prestação/renda da casa
- Outro. Qual?

**P19. Retirando as suas despesas mensais, que percentagem dos seus rendimentos diria que lhe sobra por mês?**

- Nada/Quase nada
- Até 10%
- Entre 11 a 25%
- Entre 26 a 50%
- Mais de metade dos rendimentos

**P20. Actualmente tem algumas dívidas/créditos contraídos?**

- Sim
- Não → **PASSA À P23**

P21. **Para que fins?** (MÚLTIPLA)

- Habitação
- Viagem de férias
- Despesas com educação e formação
- Compra de equipamento para a casa: electrodomésticos, mobílias, computador...
- Carro
- Cuidados de saúde (Ex. intervenção cirúrgica)
- Outras despesas. Quais? \_\_\_\_\_

P22. **No total do seu rendimento familiar, qual é o peso mensal de dívidas/créditos contraídos?**

- Até 10%
- Entre 11 a 25%
- Entre 26 a 50%
- Mais de metade dos rendimentos

P23. **Tem poupança privada para a reforma (PPR's)?**

- Sim
- Não

P24. **Tem seguro privado de saúde?**

- Sim
- Não

P25. **Na última semana, quais das seguintes coisas fez?** (LER ITENS)

	Sim	Não
Utilizar lâmpadas de baixo consumo em casa	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Apagar luzes em divisões vazias	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Desligar os aparelhos na tomada	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Reciclar o lixo doméstico	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Fechar torneira ao lavar loiça, dentes e no banho	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Privilegiou uso de transportes públicos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Levou saco próprio para o supermercado/compras	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

P26. **Usa a Internet?**

- Sim
- Não usa mas precisava →PASSA À P28
- Não usa nem precisa →PASSA À P28
- Ns/Nr →PASSA À P28

P27. **Em média, quantas horas por dia costuma utilizar a Internet?**

 Horas

**HABITAT, AMBIENTE LOCAL E MOBILIDADES**

P28. **Podia-me dizer se vive numa:**

- Casa própria
- Casa arrendada – arrendamento público
- Casa arrendada – arrendamento privado
- Casa de familiares
- Instituição de apoio social (Ex. Lar)
- Casa cedida pelo empregador
- Outra situação

P29. **Tem na sua casa, algum ou alguns dos seguintes problemas?** (LER ITENS)

	Sim (tenho esse problema)	Não (não tenho esse problema)	Ns/Nr
Falta de espaço	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Infiltrações, fugas de água, humidades	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Falta de wc completo dentro de casa	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Falta de água quente em sua casa	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Deficiente adequação da habitação às suas capacidades de locomoção física	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

P30. **Indique 3 coisas que poderiam melhorar a qualidade da zona onde mora** (MÚLTIPLA ATÉ 3, CODIFICAÇÃO OCULTA: NÃO LER ITENS)

- Espaços verdes
- Espaços de lazer: parques infantis, campos de jogos
- Maior n.º de equipamentos culturais (cinema)
- Mais segurança
- Mais e melhor limpeza do espaço público
- Mais animação, como mais pessoas na rua, mais vida no bairro
- Melhores acessibilidades (mais vias de acesso)
- Mais transportes públicos
- Mais comércio
- Diminuir o ruído do trânsito
- Mais estacionamento
- Outros. O quê? \_\_\_\_\_

P31. **Considera que a zona onde vive está bem servida de transportes públicos?**

- Sim
- Não

P32. **Tem fácil acesso a estes equipamentos? Em média, quanto tempo demora a chegar a estes equipamentos, no meio de transporte que costuma usar? (LER ITENS)**

+			Tempo médio de deslocação (minutos)
	Sim	Não	
1. Hospital	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="text"/>
2. Centro de Saúde	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="text"/>
3. Auto-Estrada/ Estrada principal	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="text"/>
4. Local de Trabalho	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="text"/>
5. Supermercado	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="text"/>
6. Escolas /creche	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="text"/>
7. Banco/ Caixa multibanco	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="text"/>
8. Ecoponto	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="text"/>
9. Equipamentos Desportivos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="text"/>

P33. **Pensando na área imediatamente próxima da sua casa, considera que tem razões de queixa relativamente a algum dos seguintes aspectos? (LER ITENS. LER ESCALA)**

+					Ns/Nr
	Muitas razões	Algumas razões	Nenhuma razão		
Barulho	<input type="checkbox"/>				
Má qualidade do ar que respira	<input type="checkbox"/>				
Falta de áreas verdes ou espaços de lazer	<input type="checkbox"/>				
Má qualidade da água que bebe	<input type="checkbox"/>				
Excesso de concentração/densidade urbanística	<input type="checkbox"/>				
Espaços exteriores não/mal cuidados	<input type="checkbox"/>				
Insegurança, criminalidade e vandalismo	<input type="checkbox"/>				
Isolamento da casa	<input type="checkbox"/>				

## EDUCAÇÃO E COMPETÊNCIAS

P34. **Sente-se preparado para realizar as seguintes acções? E sente necessidade de aprender mais? (LER ITENS)**

+	Sente-se preparado		Sente necessidade de aprender mais	
	Sim	Não	Sim	Não
Acompanhar os filhos na vida escolar	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Cozinhar	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Comunicar em línguas estrangeiras	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Utilizar Internet/computador	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Gerir o seu dinheiro	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Conseguir explicar as suas ideias por escrito	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

P35. **Frequentou, nestes últimos 3 anos, algum curso?**

- Sim  
 Não →PASSA À P37

P36. **Indique qual o principal motivo que o levou a frequentar o curso. Caso tenha feito mais que um, responda acerca do que levou mais tempo a fazer? (CODIFICAÇÃO OCULTA: NÃO LER ITENS)**

- Por gosto ou prazer  
 Curso(s) frequentado(s) estava(m) incluído(s) no seu trabalho  
 Melhorar situação profissional (Ex. ascender na carreira)  
 Adquirir outras competências para assegurar perspectiva de futuro (futuro não previsto, ainda)  
 Outro motivo. Qual?

P37. **Tenciona voltar a estudar?**

- Sim →PASSA À P39  
 Não

P38. **(Se não) Porquê? (MÚLTIPLA. CODIFICAÇÃO OCULTA: NÃO LER ITENS)**

- Já tem o grau de instrução que pretende  
 Já não tem idade para estudar  
 Não gosta  
 Não tem tempo  
 Não tem dinheiro  
 Não há o curso que deseja na zona  
 Outra razão

P39. Se tivesse oportunidade de ir trabalhar ou estudar temporariamente para outro país, iria?

- Sim  
 Não → PASSA À P41 +

P40. Qual o principal motivo que o levaria a sair do país? (CODIFICAÇÃO OCULTA: NÃO LER ITENS)

- Não ter perspectivas de emprego em Portugal  
 Para obter competências mais adequadas  
 Para ganhar mais dinheiro  
 Para conhecer novas culturas  
 Para aprender a ser independente  
 Para aproximar-se dos seus familiares

### FAMÍLIA

P41. Actualmente, tem pessoas dependentes a seu cargo?

- Sim  
 Não → PASSA À P45

P42. Quem? (MÚLTIPLA)

- Crianças com menos de 18 anos  
 Pessoas portadoras de deficiência  
 Pessoas idosas dependentes  
 Pessoas noutra situação/condição +

P43. Sente falta de algum apoio ou serviço específico para cuidar das pessoas dependentes a seu cargo?

- Sim  
 Não → PASSA À P45

P44. De que tipo de apoio ou serviços específicos?

1. \_\_\_\_\_
2. \_\_\_\_\_

P45. N.º de horas despendido [aplicado, gasto, ocupado] por dia em tarefas domésticas e/ou a cuidar de dependentes a cargo:

Horas  Minutos

P46. (Para pessoas com crianças/jovens a cargo, até 18 anos) Pensando nas crianças/jovens a seu cargo, quais são as suas maiores preocupações? (MÚLTIPLA ATÉ 3. CODIFICAÇÃO OCULTA: NÃO LER ITENS)

- Não tem a certeza de estar a dar/fazer tudo o que eles precisam  
 Não tem a certeza sobre a melhor forma de os educar  
 Que venham a ter piores condições de vida  
 Não terem tempo para brincar/divertirem-se +  
 Não ter ninguém para os acompanhar, quando estão sozinhos  
 Violência na escolas  
 Consumo de drogas  
 Dependência relativamente ao computador/Internet (isolamento)  
 Não ter condições para lhe proporcionar uma boa preparação escolar  
 Que possam não ter valores/princípios  
 Outra preocupação.  
 Qual? \_\_\_\_\_

### REDES DE ENTREAJUDA E CAPITAL SOCIAL

P47. Normalmente, em caso de necessidade, a quem (ou a que é que) recorre primeiro, nas seguintes situações? (LER ITENS)

	N.º da 1ª pessoa a quem pediria ajuda	Lista de pessoas a quem pediria ajuda
Cuidar dos filhos quando tem de se ausentar	<input type="text"/>	1. Cônjuge/ Companheiro(a) 3. Pais
Quando precisa de se deslocar e não dispõe de meios	<input type="text"/>	4. Irmãos e outros familiares 5. O meu filho (a) 6. Os vizinhos
Apoia-lo(a) em casa quando está doente	<input type="text"/>	7. Amigos 8. Psicólogo/ Psiquiatra
Pedir dinheiro emprestado para pagar uma dívida	<input type="text"/>	9. Médico (excepção psiquiatra) 10. Apoio religioso (Padre/ Rabino/ Sheik...)
Conversar e/ou pedir conselho quando tem de tomar uma decisão sobre o seu futuro	<input type="text"/>	11. Apoio domiciliário (serviços, assistente social) 12. Outros. Quais?
Desabafar quando se sente triste e deprimido(a)	<input type="text"/>	13. Não tenho ninguém a quem recorrer 14. Não recorro a ninguém porque resolvo sozinho
Ajudar/ Dar-lhe assistência quando envelhecer	<input type="text"/>	

P48. **Ao longo do último ano...** (LER ITENS)

	Sim	Não
Realizou trabalho voluntariado	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Assinou um abaixo-assinado	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Fez um donativo junto de uma instituição	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Escreveu num Livro de Reclamações	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Participou numa manifestação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Aderiu a uma greve	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Escreveu num blog	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Recorreu a algum sindicato ou participou em alguma actividade promovida pelo mesmo	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

P49. **Nas últimas eleições para a Assembleia da República, em 2005, votou?**

- Sim  
 Não +

P50. **Em geral, acha que podemos confiar nas outras pessoas, numa escala de 1 a 10, onde 1 significa que “há que ser muito cuidadoso na forma como se lida com as pessoas” e 10 significa “pode-se confiar na maioria das pessoas”?** (MOSTRAR CARTÃO 1)

Há que ser muito cuidadoso na forma como se lida com as pessoas										Pode-se confiar na maioria das pessoas	Ns/Nr
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10		

P51. **Das seguintes instituições, diga, por favor, qual o grau de confiança que lhe inspira cada uma delas:** (LER ITENS. LER ESCALA)

	Muita confiança	Alguma confiança	Pouca confiança	Nenhuma confiança	Ns	Nr
A. Segurança Social Pública	<input type="checkbox"/>					
B. Ensino Público	<input type="checkbox"/>					
C. Instituições que nos governam	<input type="checkbox"/>					
D. Serviço de Saúde Público	<input type="checkbox"/>					
E. Sistemas de protecção social privados (PPR, etc.)	<input type="checkbox"/>					
F. Sistemas de saúde privados	<input type="checkbox"/>					
G. Ensino privado	<input type="checkbox"/>					
H. Associações de solidariedade social (IPSS, ONG)	<input type="checkbox"/>					

+

**BEM-ESTAR SUBJECTIVO**

P52. **Considera demasiado, suficiente ou pouco, o tempo que passa, na sua vida, em cada uma das seguintes actividades?** (LER ITENS)

Tempo que passa a...	Demasiado	Suficiente	Pouco	Ns/Nr	N/A
Trabalhar (emprego)	<input type="checkbox"/>				
Estar/brincar com os filhos/crianças a cargo	<input type="checkbox"/>				
Realizar tarefas domésticas	<input type="checkbox"/>				
Conviver/estar com amigos	<input type="checkbox"/>				
Tratar de si/ cultivar interesses pessoais	<input type="checkbox"/>				
Apoiar dependentes a cargo (vestir, dar banho, comida, visitar)	<input type="checkbox"/>				
Dormir	<input type="checkbox"/>				
Conviver com a família que não vive consigo	<input type="checkbox"/>				
Estar com cônjuge/companheiro(a)	<input type="checkbox"/>				
Participar em actividades cívicas	<input type="checkbox"/>				
Tempo que está sozinho	<input type="checkbox"/>				

+

+

+

P53. Utilizando uma escala de 1 (nada satisfeito) a 10 (muito satisfeito), indique o seu grau de satisfação em relação a cada um dos seguintes aspectos: (LER ITENS) (MOSTRAR CARTÃO 2)

+	Nada satisfeito										Muito satisfeito	Nr
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10		
O seu trabalho	<input type="checkbox"/>											
A sua vida familiar	<input type="checkbox"/>											
As suas relações de amizade	<input type="checkbox"/>											
O seu tempo livre/de lazer	<input type="checkbox"/>											
A sua participação cívica	<input type="checkbox"/>											
A sua vida espiritual	<input type="checkbox"/>											
O seu nível de vida	<input type="checkbox"/>											
A sua casa	<input type="checkbox"/>											
A sua área de residência	<input type="checkbox"/>											
O seu nível de educação/formação	<input type="checkbox"/>											
O seu estado de saúde	<input type="checkbox"/>											

P54. Utilizando a mesma escala de 1 a 10, considerando todos os aspectos, qual é o seu grau de satisfação com a vida em geral? (MOSTRAR CARTÃO 2)

Nada satisfeito									Muito satisfeito	Ns/Nr
<input type="checkbox"/>										
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	

P55. Se ganhasse 5000 Euros, o que compraria ou faria?

P56. O que é que, neste momento, mais poderia melhorar a sua qualidade de vida? (INDIQUE ATÉ 3 ASPECTOS)

1º

2º

3º

P57. Considerando todos os aspectos da sua vida, qual o grau de felicidade que sente actualmente? Responda utilizando uma escala de 1 a 10, em que 1 significa “infeliz” e 10 significa “feliz”. (MOSTRAR CARTÃO 3)

Infeliz									Feliz	Ns/Nr
<input type="checkbox"/>										
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	

P58. Como sabe, existem neste país recursos limitados para satisfazer um largo conjunto de necessidades. Se tivesse de estabelecer prioridades, o que consideraria fundamental para melhorar a qualidade de vida em Portugal? Assinale 3 medidas, por ordem de prioridade (1ª, 2ª e 3ª). (LER ITENS) (MOSTRAR CARTÃO 4)

- Habitação financeiramente mais acessível
- Apoio a idosos para combater o seu isolamento e solidão
- Combater a corrupção
- Combater a violência nas escolas
- Melhor aconselhamento sobre como gerir o próprio dinheiro
- Reduzir ou evitar criminalidade violenta
- Criar mais serviços específicos de apoio a pessoas com deficiência
- Apostar nas energias renováveis e poupar energia
- Mais e melhores tratamentos para os toxicodependentes
- Melhores acessos e redes de transporte para deficientes e idosos
- Combater a discriminação no local de trabalho
- Adopção de horários de trabalho flexíveis para poder acompanhar crianças e jovens
- Outra.
- Qual?
- Ns/Nr

## SAÚDE FÍSICA E PSÍQUICA

P59. **Nas suas actividades diárias, considera-se limitado(a) por algum tipo de doença, incapacidade ou problema de saúde físico ou psíquico?**

- Sim  
 Não → PASSA À P62  
 Ns/Nr → PASSA À P62

P60. **Em que medida?**

- Muito limitado(a)  
 Relativamente limitado(a)  
 Pouco limitado(a)

P61. **Qual é a causa principal dessa limitação?** (LER ITENS)

- Problemas tais como cardíacos, tensão arterial, respiratórios, renais, etc.  
 Problemas do foro alimentar, tais como obesidade, anorexia, bulimia, etc.  
 Problemas motores, tais como dificuldades de locomoção  
 Ansiedade, depressão, stress  
 Outro. Qual? \_\_\_\_\_

Ns/Nr

P62. **Qual é a frequência com que se sente...?** (LER ITENS. LER ESCALA)

	Nunca	Raramente	Às vezes	Frequentemente	Muito frequentemente
Com vontade de arriscar, aproveitar oportunidades	<input type="checkbox"/>				
Contente, satisfeito(a)	<input type="checkbox"/>				
Ansioso(a), preocupado(a), nervoso(a)	<input type="checkbox"/>				
Irritado(a), zangado(a)	<input type="checkbox"/>				
Enérgico(a), livre de neuras e doenças	<input type="checkbox"/>				
Deprimido(a), com sentimentos negativos sobre si, desesperado(a), perdido(a)	<input type="checkbox"/>				
Optimista em relação ao futuro	<input type="checkbox"/>				
Sentir-se como se não fizesse parte da sociedade	<input type="checkbox"/>				

P63. **No último ano, quando recorreu a serviços de saúde, que serviços usou mais?** (MÚLTIPLA. LER ITENS)

- Serviços públicos, como hospitais públicos, centros de saúde, médico de família  
 Serviços privados, como hospitais privados, médicos particulares  
 Não recorreu a serviços de saúde

P64. **Qual a principal razão para ter recorrido a serviços privados de saúde, no último ano?** (CODIFICAÇÃO OCULTA: NÃO LER ITENS)

- Não recorreu a serviços privados de saúde no último ano  
 Melhores instalações/equipamentos  
 Médicos mais competentes  
 Menor tempo de espera  
 Maior privacidade durante internamentos/consultas  
 Especialidades de acesso difícil no sistema público  
 Estabelecimento onde chega mais rapidamente  
 Outra razão

P65. **Indique, por favor, aquilo que faz com a intenção de preservar/melhorar o seu bem-estar físico e saúde.** (LER ITENS)

	Sim	Não
Consultas de rotina/rastreamentos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Exercício físico regular	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Massagens/ Spa	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Hábitos alimentares saudáveis	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Controlo de peso	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Tratamentos estéticos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Outro hábito Qual? _____	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

### Elementos de Caracterização

P66. **Qual é a sua nacionalidade?**

- Portuguesa  
 Outra. Qual? \_\_\_\_\_

P67. **Qual é o seu estado civil?**

- Solteiro(a)  
 Casado(a)/união de facto  
 Viúvo(a)  
 Divorciado(a)

P68. Gostaria que me descrevesse exactamente quem são as pessoas que vivem consigo em casa.

Grau Parentesco/ Relação c/ Inquirido	Sexo		Idade
	M.	F.	
1. Inquirido	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="text"/>
2. _____	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="text"/>
3. _____	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="text"/>
4. _____	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="text"/>
5. _____	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="text"/>
6. _____	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="text"/>
7. _____	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="text"/>
8. _____	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="text"/>
9. _____	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="text"/>
10. _____	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="text"/>
<b>N.º Total</b>	<input type="text"/>		

P69. Qual o grau de instrução mais elevado que completou? Indique também o grau de instrução mais elevado que completou 1) o seu cônjuge/companheiro(a) [Inquirido autónomo] ou 2) a pessoa que mais contribui para o rendimento do agregado familiar [Inquirido não autónomo]. (VERIFICAR NA P1 SE INQUIRIDO É AUTÓNOMO OU NÃO)

Nível de instrução	Inq.	1	2
4º ano/1º ciclo do Ensino Básico (ou menos)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
6º ano / 2º ciclo do Ensino Básico	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
9º ano / 3º ciclo do Ensino Básico	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Secundário / 12º ano	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Curso médio / Frequência do Ensino Superior	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Curso superior / Licenciatura	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Pós-Graduação/ Mestrado/ Doutoramento	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Ns/Nr	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Se Inquirido é Autónomo e Solteiro/Viúvo/Divorciado  
→ PASSA À P72

P70. Qual é a opção que melhor se aplica à situação profissional actual 1) do seu cônjuge/ companheiro(a) [se Inquirido é autónomo] ou 2) da pessoa que mais contribui para o rendimento do agregado familiar [se Inquirido não é autónomo]. (LER ITENS)

1. Dono de empresa/negócio com trabalhadores a cargo (Patrão)	<input type="checkbox"/>
2. A fazer trabalho pago, por conta de outrem	<input type="checkbox"/>
3. A fazer trabalho pago por conta própria – Trabalhador Independente	<input type="checkbox"/>
4. Desempregado	<input type="checkbox"/>
5. À procura do 1º emprego	<input type="checkbox"/>
6. A estudar, mesmo se de férias, sem ser remunerado	<input type="checkbox"/>
7. A fazer serviço cívico ou militar	<input type="checkbox"/>
8. Na reforma com actividade profissional	<input type="checkbox"/>
9. Na reforma sem actividade profissional	<input type="checkbox"/>
10. A fazer trabalho doméstico, a cuidar de crianças ou de outras pessoas, sem ser pago	<input type="checkbox"/>
11. Em situação de doença ou incapacidade/invalidez permanente	<input type="checkbox"/>
12. Outra _____	<input type="checkbox"/>
Ns/Nr	<input type="checkbox"/>

P71. Qual é a profissão principal actual ou a última 1) do seu cônjuge/ companheiro(a) [Inquirido autónomo] ou 2) da pessoa que mais contribui para o rendimento do agregado familiar [Inquirido não autónomo]?

\_\_\_\_\_

P72. No Cartão 5 estão indicados alguns escalões de rendimento, assinalados com umas letras. Que letra corresponde melhor ao rendimento mensal do seu agregado familiar (provenientes do trabalho ou outros meios) (depois de feitos os descontos). (MOSTRAR CARTÃO 5)

C	F	H	N	O	P	Ns/Nr
<input type="checkbox"/>						

P73. Qual é o n.º de assoalhadas da sua residência (n.º de quartos + sala(s))?

AGRADEÇA E PEÇA O NÚMERO DE TELEFONE (e escreva no cabeçalho do inquérito), para posterior verificação de qualidade do trabalho. Se o mesmo não lhe for fornecido, aponte a morada.

## A REGISTAR PELO INQUIRIDOR

### P74. Etnia/Cor da pele

- Negro/Mulato
- Asiático
- Branco
- Cigano
- Indiano
- Outro

### P75. Tipo de habitação

- Apartamento (clássico, prédio)
- Apartamento/Moradia (condomínio fechado)
- Moradia unifamiliar/bifamiliar (clássica)
- Quarto ou parte de casa
- Casa abarracada
- Outra situação \_\_\_\_\_

### Para o inquiridor:

“Declaro por minha honra que esta entrevista foi realizada estritamente de acordo com as orientações que me foram prestadas pelo CESOP e que todas e cada uma das respostas são autênticas, salvo lapso de preenchimento da minha parte ou erro de interpretação ou má fé por parte do entrevistado”

---